

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LÓGICA E METAFÍSICA

Juliana Faccio Lima

**Proposições e Valor Cognitivo:  
Podem demonstrativos não ter sentido?**

1 volume

Rio de Janeiro

2010

JULIANA FACCIO LIMA

Proposições e Valor cognitivo:  
Podem demonstrativos *não* ter sentido?

UFRJ

V. I

Juliana Faccio Lima

Proposições e Valor Cognitivo: Podem demonstrativos não ter sentido

1 volume

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Caron Ruffino

Rio de Janeiro  
2010

S237 Faccio, Juliana Lima.

Proposições e Valor Cognitivo: Podem demonstrativos não ter sentido? / Juliana Faccio Lima. Rio de Janeiro, 2010. xi, 260 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto  
De Filosofia e Ciências Sociais, 2010.

Orientador: Marco Antonio Caron Ruffino

1. Proposição. 2. Valor cognitivo. 3. Indexicais –  
Teses. Ruffino, Marco Antonio Caron (Orient.). II.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de  
Pós-graduação Lógica e Metafísica. III. Mestre.

CDD: 658.4

Juliana Faccio Lima

**Proposições e Valor Cognitivo: Podem demonstrativos não ter sentido?**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Lógica e Metafísica. Área de Concentração: Filosofia, Ontologia Lógica, Semântica Filosófica.

Rio de Janeiro, ..... de ..... de .....

---

Marco Antonio Caron Ruffino, Pós-Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

João Miguel Biscaia Valadas Branquinho, Pós-Doutor, Universidade de Lisboa

---

Ludovic Soutif, Doutor, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Dedico esta dissertação aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, e a meu amado.

## **Agradecimentos**

Muitas pessoas tiveram fundamental importância durante o desenvolvimento desta dissertação e a algumas eu gostaria de agradecer nominalmente:

Ao meu orientador, Prof. Marco Ruffino, pela dedicação e paciência, que foram de vital importância para o desenvolvimento deste trabalho, e por sua sincera amizade.

Ao prof. João Branquinho e ao prof. Ludovic Soutif por gentilmente aceitarem o convite para compor a banca de avaliação.

Ao Prof. Guido Imaguire pela amizade e pelas proveitosas discussões que contribuíram imensamente para o desenvolvimento do terceiro capítulo desta dissertação. E ao Vitor Mauro pelas discussões em aulas e grupos de estudos durante o período do mestrado que foram úteis para o aperfeiçoamento de toda a dissertação.

Aos amigos que conheci no Rio de Janeiro, principalmente Audrey Luana Machado, Fellipe Pinheiro, Maria Clara Faria e Patrícia Ruffino, por ajudar na difícil transição de Curitiba e pelas incansáveis tentativas de amenizar as saudades que senti. Um agradecimento especial a Vivianne Figueiredo que nestes últimos meses me deu ânimo neste árduo processo de escrita.

Aos meus amigos de Curitiba, Roberta de Aguiar, Daniel Aust de Andrade, Ana Luísa Dias da Rosa, Fernanda Camargo e Ana Lúcia Rocha, que, embora distantes fisicamente, me deram muito apoio e ânimo.

Por último, mas não menos importante, meu eterno agradecimento ao meu orientador da graduação, Prof. Breno Hax Júnior, cujo incentivo foi fundamental para decidir o caminho a ser percorrido por mim na filosofia.

“I don't share that sense of obviousness. It seems to me to be the result of limited imagination or theoretical prejudice.”

(CAPPELEN & LEPORE, 2005)



## RESUMO

FACCIO, Juliana Lima. **Proposições e Valor Cognitivo: Podem demonstrativos não ter sentido?** Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise de quatro das principais teorias da referência disponíveis sobre o conteúdo semântico dos indexicais. A análise será guiada pela eficiência das quatro teorias selecionadas em explicar nossas intuições linguísticas sobre três situações-modelo envolvendo atitudes proposicionais com relação especificamente a proposições expressas por sentenças compostas por indexicais. A primeira teoria a ser examinada como possível teoria da referência dos indexicais é a teoria da referência fregeana (1892, 1918). A interpretação da teoria de Frege abordada neste trabalho defende a identificação do sentido dos nomes próprios com o sentido de descrições definidas. Tal teoria é rapidamente rejeitada pois quando aplicada a sentenças compostas por indexicais dá origem a contradições internas à própria teoria. Alternativas à teoria fregeana que podemos encontrar na literatura são as teorias da referência direta. As teorias da referência direta por mim selecionadas são as teorias de David Kaplan (1989) e John Perry (1977). Apesar das semelhanças entre as duas teorias, salvaguardam-se diferenças; e pelo fato de as duas teorias serem diferentes, as objeções que ofereço a cada uma delas também serão diferentes. Como pretendo mostrar, Kaplan, assim como Frege, também parece incorrer em problemas de contradição interna. Contra a objeção de Perry, desenvolvo um argumento baseado no trabalho de Richard Heck (1995, 2002). Com isso, pretendo mostrar que a explicação de Perry para atitudes proposicionais que envolvem proposições expressas por sentenças indexicais não é uma boa explicação. Por fim, exploro um tipo de teoria da referência diferente das três teorias já analisadas, a saber, a teoria de Evans (1982). A análise semântica que essa teoria oferece para proposições expressas por sentenças compostas por indexicais, em algumas situações, também discorda de nossas intuições linguísticas. Porém, como concluo, Evans tem boas razões para abandonar as conclusões de nossas intuições linguísticas nesses casos e, portanto, me parece ser mais adequada que as anteriores.

Palavras-chave: Indexicais. Teoria da referência direta. Teoria neo-fregeana.

## ABSTRACT

FACCIO, Juliana Lima. **Proposições e Valor Cognitivo: Podem demonstrativos não ter sentido?** Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Lógica e Metafísica) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

To this work I select four among the main theories of reference for indexical expressions and analyse their efficiency in explain our linguistic intuitions on three model-situations. The three model-situations involve propositional attitudes towards propositions expressed by sentences with an indexical constituent. The first theory to be analysed is Frege's theory of reference (1892, 1918). The interpretation of Frege's theory considered here identifies the sense of proper names with the sense of definite descriptions. I've rejected such theory because, when it comes down to indexicals expressions, it gives rise to contradictions within the theory itself. The alternatives treatments for indexicals we can find in the literature are theories of direct reference. Here I focus on two of them: Kaplan's (1989) and Perry's (1977) theories. Though the two are very similar, I show that there are relevant differences between and also offer different objections for them. Against Kaplan's theory I argue that his theory also falls in contradictions within it, as Frege's theory does, although they do for different reasons. Against Perry's theory I develop an argument based on Richard Heck's work (1995, 2002). The argument intends to show that its explanation for propositional attitudes towards propositions expressed by sentences with an indexical constituent is not a good one. At last I explore a substantially different sort of theory of reference: Evans' theory (1982). The semantic analysis his theory provides for propositions expressed by sentences which has an indexical constituent, in some situations, also diverges from our linguistic intuitions. Nonetheless, as I conclude, Evans is well justified to, in these cases, abandon our linguistic intuitions, and, therefore is preferable to the others.

Keywords: Indexicals. Direct reference theory. Neo-fregean theory.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	11
<b>1 FREGE</b> .....	19
1.1 O PROBLEMA POSTO PELOS INDEXICAIS .....	27
1.2 TEORIA FREGEANA DOS INDEXICAIS .....	30
1.3 A PARTICULARIDADE DO ‘EU’ .....	34
<b>2 TEORIAS DA REFERÊNCIA DIRETA</b> .....	37
2.1 PERRY .....	38
<b>2.1.1 Soluções alternativas para teorias descritivistas e argumentos para a referênci</b> <b>referência direta</b> .....	38
<b>2.1.2 Teoria da referência direta dos indexicais</b> .....	47
2.2 KAPLAN .....	52
<b>2.2.1 Questões preliminares</b> .....	52
<b>2.2.2 Argumentos para um tratamento diretamente referencial de indexicais</b> .....	57
<b>2.2.3 O problema da atribuição de atitudes proposicionais</b> .....	64
<b>3 PODEM DEMONSTRATIVOS NÃO TER SENTIDO?</b> .....	69
3.1 CONCEPÇÃO DE COMUNICAÇÃO .....	71
3.2 NOMES PRÓPRIOS .....	73
3.3 – EXPRESSÕES INDEXICAIS.....	77
<b>4 EVANS</b> .....	86
4.1 APRESENTAÇÃO GERAL .....	87
4.2 INFORMAÇÃO, SISTEMA INFORMATIVO E <i>INFORMATION-LINK</i> .....	91

4.3 PENSAMENTO E IDEIA .....	100
4.4 IDEIAS BASEADAS NA INFORMAÇÃO .....	108
4.5 IDEIAS DEMONSTRATIVAS .....	110
4.6 ESTRUTURA DA COMUNICAÇÃO.....	115
4.7 PROBLEMA DA RE-EXPRESSÃO DA CRENÇA .....	118
4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	123
<b>Conclusão</b> .....	126
<b>Referências</b> .....	133

## Introdução

Todos nós temos conhecimento, crenças, desejos e pensamentos com relação aos objetos que observamos no mundo, e muitas vezes desejamos comunicar esses pensamentos. Para isso, proferimos sentenças que julgamos serem apropriadas para transmitir nosso conhecimento, desejo ou crença sobre algum objeto.

Porém, nem todos os objetos no mundo têm nomes convencionados para possibilitar que falemos deles. Aliás, a maioria dos objetos no mundo não tem nomes; e mesmo aqueles objetos que têm, nem sempre sabemos qual é seu nome. Entretanto, isso não é um empecilho para deixarmos de falar sobre tais objetos, afinal na linguagem natural há um conjunto de expressões linguísticas que funcionam como pronomes e eliminam esse “problema”. Se há várias canecas em cima de uma mesa e alguém me pergunta qual é a minha, eu apontarei para uma delas e direi ‘Esta é a minha caneca’. Geralmente canecas não têm nomes, mas ainda assim eu posso falar delas. Ou se estou no hospital e um homem bêbado entra e começa a falar alto, posso me referir a ele pelas expressões ‘ele’ ou ‘aquele homem’ e comunicar meu pensamento de que ele está sendo inconveniente para a pessoa que está ao meu lado proferindo a sentença ‘Aquele homem está sendo inconveniente’ e apontando para o homem bêbado. Provavelmente o homem bêbado tem algum nome, mas mesmo que eu não saiba qual é seu nome, ainda assim posso me referir a ele. Ou mesmo que eu saiba o nome da pessoa a qual me refiro, eu posso usar um pronome para falar dela, como quando estou conversando com algum amigo e me refiro a ele por ‘você’ ao invés de usar seu nome. Em alguns casos, usar um pronome é necessário para obter o efeito desejado. P.ex., como quando peço ao garçom para que ele apresse meu pedido porque estou com fome e digo a ele ‘Eu estou com

fome'. Provavelmente eu não conseguiria que ele apressasse meu pedido se dissesse apenas 'Juliana está com fome'.

Ao contrário do que acontece com nomes próprios, os pronomes podem ser usados para se referir a diferentes objetos dependendo do contexto em que eles são usados. O nome 'Eric Blair' não pode mudar de referente dependendo do contexto; sua regra linguística é tal que determina sempre o mesmo referente. Claro um nome próprio pode ser o nome de mais de um referente, mas, nesse caso, o nome próprio tem mais de uma regra linguística associada a ele, uma regra que sempre se refere ao indivíduo  $X$  e outra que sempre se refere ao indivíduo  $Y$ . Os 'nomes provisórios', chamados de *indexicais*, são distintos das outras expressões da linguagem natural por possuírem uma única regra linguística que pode determinar objetos diferentes dependendo do contexto em que são usados. Quando eu digo 'ele' para me referir ao homem bêbado no hospital, a regra linguística do indexical 'ele' se mantém a mesma de quando eu uso 'ele' demonstrando Eric Blair para me referir a ele. Assim como quando eu uso 'esta caneca' para falar de outra caneca que não é a minha, a expressão indexical tem o mesmo significado linguístico de quando eu a usei para falar da minha caneca.

Dos exemplos que apresentei nos parágrafos acima, podemos notar que alguns indexicais são acompanhados de demonstrações e outros não. Seguindo a terminologia proposta por Kaplan (1989b), as expressões indexicais que precisam ser acompanhadas por uma demonstração para fazer referência (seja um gesto, um olhar, etc.) são chamadas de *demonstrativos*, p.ex., 'esta caneca', 'isto', 'aquele navio', 'essa mesa', alguns usos de 'ele', 'ela', 'aqui', 'agora', etc. Outros indexicais se referem simplesmente pelo fato de serem usados (proferidos ou escritos), i.e., sem precisar recorrer a nenhuma saliência contextual além da regra expressa pelo seu significado linguístico e são chamados de indexicais puros. A característica destes de não precisar

recorrer a outra evidência além da regra linguística se deve, em geral, ao fato de os elementos do contexto de proferimento aos quais tais expressões se referem serem únicos. É o caso das expressões ‘eu’, alguns usos de ‘aqui’ e ‘agora’, ‘atual’ (para alguns filósofos), ‘hoje’, etc.

Como as expressões indexicais podem mudar de referente a todo o momento, a tarefa de determinar exatamente o conteúdo que é expresso por uma sentença composta por um indexical se torna um pouco mais complicada. O presente trabalho tem por objetivo refletir acerca de algumas propostas disponíveis sobre qual é a natureza do conteúdo expresso por sentenças compostas por tais expressões. Todas as teorias aqui mencionadas assumem que esse conteúdo pode ser representado por uma entidade abstrata que é a portadora do valor de verdade, chamada de *proposição*. Embora cada uma das teorias defenda proposições de naturezas diferentes, elas assumem que há uma relação íntima entre proposição e aquilo que é objeto de atitudes proposicionais, i.e., aquilo em que podemos crer, descrer, desejar, duvidar, etc. As descrições de como essa relação se apresenta também variam de teoria para teoria.

Nos capítulos que se seguem, analisarei a eficiência das teorias comparando o tratamento que as mesmas oferecem para três situações-modelo e confrontarei estes tratamentos com as nossas intuições linguísticas com respeito às mesmas situações. Ou seja, se as teorias estão de acordo com o uso da linguagem natural ou não, e, se não estão, porque não estão e como justificam o descompasso entre suas teses e nossas intuições linguísticas.

Três fenômenos muito comuns envolvendo expressões indexicais devem ser bem acomodados por uma teoria que se propõem a explicar o comportamento de sentenças compostas por indexicais. O primeiro é como uma sentença composta por um indexical puro, considerada em dois contextos diferentes, pode expressar proposições com valores

de verdade diferentes. É o que acontece, p.ex., quando a sentença ‘Eu sou o escritor de 1984’ é proferida por Eric Blair e por Aldous Huxley: quando Eric Blair a profere, o conteúdo expresso é verdadeiro, mas quando Aldous Huxley a profere, o conteúdo expresso é falso. Além de permitir a distinção dos valores de verdade do conteúdo expresso pelos dois proferimentos, ela deve também permitir a um sujeito ter atitudes proposicionais diferentes com relação aos mesmos, i.e., permitir que alguém acredite no que Eric Blair disse mas não acredite no que Aldous Huxley disse sem ser irracional. O segundo fenômeno que uma teoria semântica dos indexicais deve explicar é como as proposições expressas por proferimentos da mesma sentença composta por um demonstrativo podem ter diferentes valores de verdade. P.ex., a proposição expressa pelo proferimento da sentença ‘Ele é o escritor de 1984’ acompanhado de uma demonstração para Eric Blair é verdadeira, mas a proposição expressa pela mesma sentença acompanhada, agora, de uma demonstração para Aldous Huxley é falsa. A teoria também precisa explicar como esses dois proferimentos podem suscitar atitudes proposicionais diferentes. Por último, a teoria precisa justificar como dois proferimentos de sentenças compostas por expressões indexicais diferentes podem exprimir o mesmo conteúdo, i.e., como intuitivamente cremos que expressam o mesmo conteúdo os proferimentos da sentença ‘Ele é o escritor de 1984’ feito apontando para Eric Blair e o proferimento de ‘Você é o escritor de 1984’ falando com Eric Blair, ou quando no dia 31 de outubro alguém profere a sentença ‘Hoje é um belo dia’ e no dia 1º de novembro profere ‘Ontem foi um belo dia’.

Em outras palavras, as teorias precisam estar de acordo com os critérios de distinção de proposições e objetos de atitudes proposicionais<sup>1</sup>. O critério para distinguir

---

<sup>1</sup> Esses critérios são suficientes porém não são necessários. É suficiente que duas proposições tenham valores de verdade distintos para dizermos que elas são diferentes. Contudo, não é necessário para duas proposições diferentes que elas tenham valores de verdade distintos. Intuitivamente as proposições



proposições diz que uma proposição não pode ter dois valores de verdades diferentes, i.e., uma proposição não pode ser verdadeira e falsa. Se os proferimentos que estão sendo analisados expressam proposições que diferem em valor de verdade, como quando Eric Blair profere ‘Eu sou o escritor de *1984*’ e Aldous Huxley profere a mesma sentença, então os proferimentos expressam proposições diferentes. O critério para distinguir objetos de atitudes proposicionais afirma que se é possível tomar atitudes proposicionais diferentes com relação a dois proferimentos, então os objetos das atitudes proposicionais são diferentes. A respeito desse critério é necessário fazer uma ressalva. Normalmente o critério é formulado dizendo que se com relação a dois objetos atitudes proposicionais diferentes são tomadas, então eles são *objetos* diferentes. Mas a explicação não precisa necessariamente recorrer a diferentes objetos de atitudes proposicionais. Como veremos no capítulo 2, Perry explica a diferença de atitudes proposicionais recorrendo não a diferentes objetos, mas a diferentes perspectivas que se tem de um único objeto. Não vou entrar em detalhes agora, quero apenas observar que o critério de distinção de atitudes proposicionais do modo como foi exposto acima não é assim tão neutro. Para formulá-lo de maneira neutra, deveríamos dizer que se atitudes proposicionais diferentes são tomadas com relação a dois proferimentos, então elementos diferentes estão envolvidos com relação àquilo que se tem uma crença.

Como o título deste trabalho diz, tentarei mostrar como expressões indexicais não podem deixar de expressar um sentido que deve estar presente na proposição expressa por sentenças compostas por indexicais. A principal razão advém da falha, por parte de teorias que não admitem sentido para essas expressões, em explicar as atitudes

---

expressas por ‘Aldous Huxley é o escritor de *1984*’ e por ‘Flipper gosta de couve-flor’ são diferentes porque afirmam coisas diferentes de indivíduos diferentes, apesar de terem o mesmo valor de verdade, a saber, o falso. Bem como é suficiente que seja possível a um indivíduo manter atitudes proposicionais diferentes com relação a duas proposições para podermos afirmar que são proposições diferentes. Entretanto, é possível manter a mesma atitude proposicional, p.ex., crer, em duas proposições diferentes; um sujeito pode crer na proposição expressa por ‘George Orwell é o escritor de *1984*’ e na expressa por ‘Flipper gosta de couve-flor’ apesar de, intuitivamente, serem proposições diferentes.

proposicionais, ou seja, por elas não estarem de acordo com o critério de distinção de atitudes proposicionais.

Para isso, no primeiro capítulo apresento a principal teoria da referência que recorre a sentidos, proposta por Frege (1892, 1918), chamada também de *teoria descritivista*. Frege primeiro desenvolve sua teoria para nomes próprios e descrições definidas para depois tentar adaptá-la para indexicais. E, apesar das fortes críticas sofridas por essa teoria, provenientes principalmente de Kripke (1980), ela ainda é atraente para explicar vários fenômenos da linguagem natural que envolvem nomes próprios como o conteúdo de nomes próprios ficcionais, o conteúdo de sentenças existenciais negativas e a diferença entre as atitudes proposicionais com relação a sentenças que envolvem nomes próprios correferenciais na posição de sujeito. Entretanto, o modo como o sentido é caracterizado na teoria fregeana parece fazer com que a teoria não seja bem sucedida na explicação dos três fenômenos que envolvem expressões indexicais descritas anteriormente, embora Frege (1918) sugira que sua teoria funcione adequadamente com expressões indexicais. Como pretendo argumentar, quando a teoria é adaptada para explicar uma delas, ela perde a habilidade de explicar uma ou as outras duas, ou incorre em problemas de coerência interna.

As duas teorias consideradas no capítulo 2 são da família de teorias da referência direta e surgem como alternativas ao tratamento descritivista para expressões indexicais. As perspectivas referencialistas por mim escolhidas são as de dois filósofos de maior projeção no tratamento diretamente referencial dos indexicais: Perry e Kaplan. As duas posições são similares em vários aspectos, p.ex., ambas distinguem o que é portador do valor de verdade - i.e., a proposição - dos elementos envolvidos em atitudes proposicionais; as duas teorias descartam o significado linguístico como contribuição

proposicional do indexical, apesar de recorrerem a ele para explicar atitudes proposicionais, etc.

À primeira vista, as duas teorias são bem sucedidas na análise dos três fenômenos: ambas explicam como usos diferentes das expressões indexicais podem se referir a diferentes objetos, em que sentido duas sentenças compostas por expressões indexicais podem expressar o mesmo conteúdo e como é possível ter atitudes proposicionais diferentes com relação a dois proferimentos de sentenças compostas por indexicais diferentes mas que se referem ao mesmo objeto. As críticas que apresentarei contra a teoria de Kaplan irão chamar a atenção para o fato de que ela afirma teses contraditórias. Kaplan apresenta uma situação em que uma herdeira presa no portamalas de um carro pensa e acredita no que é expresso pelo seu proferimento de ‘Está quieto aqui agora’, depois de ter parado de escutar as vozes dos sequestradores mas sem que saiba onde está nem quanto tempo se passou. Convencido de que precisa explicar como alguém pode ter uma atitude proposicional sem saber qual é a proposição, ele afirma que uma pessoa que saiba apenas o significado linguístico da expressão indexical que compõe a sentença usada para expressar uma proposição pode ter uma atitude proposicional com relação a ela. Contudo, essa posição já havia sido por ele rejeitada por incorrer em outros problemas. Se ele optasse por abandonar essa idéia de que a herdeira pode pensar e acreditar em ‘Está quieto aqui agora’, o resultado seria uma teoria muito similar à de Perry. Esta, por sua vez, é alvo das críticas de Heck (2002) que serão desenvolvidas no capítulo 3.

Heck irá mostrar que, embora seja possível sustentar que proposição e objeto de atitudes proposicionais sejam entidades diferentes, elas são equivalentes. Assim sendo, uma teoria semântica adequada para expressões indexicais não deveria permitir que

proposições expressas por sentenças compostas por indexicais que se referem ao mesmo objeto sejam idênticas, como defende Perry.

Por fim, seguindo a sugestão de Heck no fim do seu artigo, considero a teoria de Evans que re-identifica a proposição com o objeto de atitudes proposicionais, mas o faz de uma maneira diferente da de Frege. A dificuldade dessa teoria está em não conseguir explicar a diferença de atitudes proposicionais com relação a proposições expressas por sentenças compostas por indexicais diferentes mas correferenciais, como quando alguém acredita no que é expresso por ‘Ele é o escritor de *1984*’ demonstrando Eric Blair, mas não acredita no que é expresso por ‘Você é o escritor de *1984*’ sendo Eric Blair o interlocutor. Entretanto, como tentarei mostrar, Evans parece ter uma boa justificativa para rejeitar nossas intuições linguísticas com respeito a essas situações.

## 1 FREGE

Para explicar o tratamento de Frege para expressões indexicais e o problema enfrentado por ele, é preciso primeiro abordar sua teoria para nomes próprios para entender o que Frege espera que uma teoria semântica seja capaz de lidar.

A teoria da referência fregeana é motivada por um problema que Frege percebe com nomes próprios. Ao comparar sentenças de identidade como ‘Eric Blair é Eric Blair’ e ‘Eric Blair é George Orwell’, Frege (1892) percebe uma diferença entre o conteúdo informado por cada uma delas. A primeira sentença é uma tautologia e expressa uma verdade conhecida *a priori*. Alguém que venha a saber que ‘Eric Blair é Eric Blair’ expressa uma proposição verdadeira pode, no máximo, vir a saber que existe algum objeto chamado ‘Eric Blair’, dependendo se a teoria semântica adotada entende que o uso do nome próprio *pressupõe* a existência do objeto referido – Frege e Strawson - ou se *implica* na existência do mesmo – Russell. Contudo, nos casos que nos interessam, a saber, aqueles em que o sujeito sabe o significado das expressões linguísticas envolvidas na sentença, e, portanto, sabe se o nome tem ou não referente, não há qualquer alteração significativa na rede de crenças do sujeito se lhe for “informado” que a sentença ‘Eric Blair é Eric Blair’ é verdadeira. Porém, se lhe for informado do valor de verdade da segunda sentença, sua rede de crenças poderá se alterar significativamente. Suponha que Aldous Huxley saiba que George Orwell é o escritor de *1984* e que Eric Blair tem a voz ligeiramente afeminada<sup>2</sup>. A partir do momento em que lhe for dito que ‘Eric Blair é George Orwell’ e ele crer que essa sentença expressa um conteúdo verdadeiro, então ele obterá duas informações, a saber, que Eric Blair é o escritor de *1984* e que George Orwell tem a voz ligeiramente

---

<sup>2</sup> Eric Blair foi ferido no pescoço enquanto lutava na Guerra Civil Espanhola na província de Huesca em Aragão. Uma bala danificou-lhe as cordas vocais, saindo pelas costas, e desde então sua voz ficou ligeiramente afeminada. (Fonte: The Literature Network)

afeminada. Portanto, podemos ver porque Frege conclui que o valor cognitivo das sentenças ‘Eric Blair é Eric Blair’ e ‘Eric Blair é George Orwell’ são diferentes. Isso, para ele, significa o mesmo que dizer que os conteúdos expressos pelas duas sentenças são diferentes. Observando a iniciativa de Frege de, a partir de distinções em valor cognitivo, postular distinções no conteúdo expresso (proposição ou pensamento), fica claro que, para ele, a proposição e o valor ou significância cognitiva de uma sentença devam ser representados por uma e mesma entidade.

Frege, então, analisa a teoria que defende que o conteúdo expresso por nomes próprios é constituído apenas pelo próprio referente. Por essa visão, as sentenças consideradas acima expressariam o mesmo conteúdo, pois, apesar de os nomes que estão à direita do “sinal de identidade”, a saber, ‘Eric Blair’ na primeira sentença e ‘George Orwell’ na segunda, serem diferentes, o referente de ambos é o mesmo. Entretanto, como vimos no parágrafo anterior, as observações de Frege a respeito das duas sentenças negam que elas expressem o mesmo conteúdo. Por esse motivo, ele rejeita as teorias que homogeneízam o conteúdo expresso por nomes próprios correferenciais.

Em seguida, ele considera sua posição defendida em 1879, que reconhece a identidade como uma relação entre nomes, mas também logo a abandona. É claro que ao dizer que a relação é entre nomes, Frege não pretende com isso dizer que a identidade expressa pela sentença ‘Eric Blair é George Orwell’ seja que o nome ‘Eric Blair’ é idêntico ao nome ‘George Orwell’ com relação à sua forma; ‘Eric Blair’ e ‘George Orwell’ são obviamente distintos, o primeiro tem nove letras, e o segundo, onze; o primeiro é composto pela letra ‘a’ e o segundo não; etc. O que estaria sendo afirmado é, na verdade, que os nomes ‘Eric Blair’ e ‘George Orwell’ nomeiam o mesmo objeto (Frege, 1892, p.186), i.e., que os dois nomes podem ser usados para fazer

referência ao mesmo objeto. No entanto, aponta Frege, por essa posição, sentenças de identidade fariam afirmações apenas sobre as regras semânticas da linguagem utilizada, ou seja, afirmações sobre o fato *contingente* de que os nomes ‘Eric Blair’ e ‘George Orwell’ são usados para se referir ao mesmo objeto. A sentença ‘Eric Blair é George Orwell’ estaria, então, se referindo à nossa maneira de designar objetos e não a uma questão de fato (“matter of fact”) e, portanto, nenhum conhecimento genuíno estaria sendo expresso por ela (Frege, 1892, p.186), como o fato necessário de Eric Blair ser George Orwell. Além disso, também não estaria expressando mais que ‘Eric Blair é Eric Blair’, visto que esta também afirma que ‘Eric Blair’ nomeia o mesmo objeto que ‘Eric Blair’. Logo, tal posição não explicitaria o conhecimento sobre o mundo que a sentença ‘Eric Blair é George Orwell’ expressa, nem distingue o conteúdo expresso por essa sentença do conteúdo expresso por aquela.

Uma vez descartadas as possibilidades de ser o objeto ou os signos aquilo que é relacionado em sentenças de identidade, Frege conclui a necessidade de ser admitida uma entidade extralinguística, distinta do referente, que ele chama de *sentido*. Porém, ele não mais retorna às questões do que está envolvido na relação de identidade. A identidade entre os sentidos dos nomes próprios também não poderia ser o que é relacionado na sentença ‘Eric Blair é George Orwell’, visto que, como veremos, ‘Eric Blair’ e ‘George Orwell’ expressam sentidos diferentes; e se duas coisas são diferentes, elas não são idênticas. No entanto, o fato de Frege não ter explicado a relação de identidade não traz menos credibilidade à sua teoria. Como observa Salmon (1986, p. 12), Frege pretende, na verdade, investigar a diferença cognitiva que há entre nomes co-referenciais e não apenas tratar do conteúdo cognitivo expresso por sentenças de identidade. A escolha de Frege de apresentar o problema por meio de sentenças de identidade pode ser devida ao fato de, nessas sentenças, a diferença entre o conteúdo de

nomes correferenciais ser mais dramática. Mas a questão da diferença cognitiva também se estabelece em pares de sentenças como ‘Eric Blair é o escritor de 1984’ e ‘George Orwell é o escritor de 1984’ (entendidas como compostas por um termo singular justaposto ao predicado ‘ser o escritor de 1984’ e não uma identidade entre um nome próprio e uma descrição definida), ou ‘Super-homem voa’ e ‘Clark Kent voa’, i.e., sentenças que diferem apenas no termo singular usado para designar o objeto do qual a mesma propriedade é predicada, que são também chamadas de sentenças correferenciais.

A teoria da referência apresentada por Frege relaciona os nomes diretamente antes com um sentido, do que com o próprio objeto. A cada nome corresponde um sentido definido e a este, um referente definido mas o mesmo sentido pode ser expresso por mais de um nome e um mesmo referente pode corresponder a mais de um sentido. Os nomes ‘Eric Blair’ e ‘George Orwell’ expressam cada um um único sentido, respectivamente,  $\mathcal{S}_{EB}$  e  $\mathcal{S}_{GO}$  e não podem expressar outros sentidos que não esses em qualquer sentença que eles venham a compor. Em alguns casos, Frege admite que dois nomes possam expressar o mesmo sentido, como o nomes ‘London’ e ‘Londres’ que expressam o sentido  $\mathcal{S}_L$ . Mas um único sentido não pode apresentar dois objetos diferentes; se ‘London’ e ‘Londres’ expressam o mesmo sentido  $\mathcal{S}_L$  então os dois nomes designam a mesma cidade, bem como os sentidos  $\mathcal{S}_{EB}$  e  $\mathcal{S}_{GO}$  não podem determinar outra pessoa que não seja Eric Blair. Todavia, um mesmo objeto pode ser referente de mais de uma expressão e ser denotado por mais de um sentido, como é o caso de Eric Blair ser o



referente dos nomes ‘Eric Blair’ e ‘George Orwell’ e ser denotado por  $\mathcal{S}_{EB}$  e  $\mathcal{S}_{GO}$  respectivamente<sup>3</sup>.

O sentido de qualquer expressão linguística é aquilo que o sujeito apreende quando a compreende; no caso dos termos singulares, o sentido é o modo de apresentação de um objeto. Quando o sujeito se depara com o nome ‘Eric Blair’, p.ex., primeiro ele assimila o sentido associado ao nome, para depois, unicamente através desse sentido, ser conduzido ao referente, caso o nome tenha um referente. A identificação do sentido com aquilo que o sujeito entende de um nome poderia introduzir alguma dose de subjetividade no sentido, porquanto cada indivíduo pode entender de modo diferente o mesmo nome. Porém, para Frege, o sentido é tão objetivo quanto o referente, no quesito de existir independentemente de ser sustentado por um sujeito e de exatamente o mesmo sentido poder ser apreendido por mais de um sujeito. No trecho que cito abaixo, Frege faz uma comparação que auxilia na compreensão do que ele quer dizer com objetividade do sentido por oposição à subjetividade das representações.

Alguém observa a Lua por um telescópio. A Lua é comparável com o referente; ela é o objeto da observação que é mediada pela imagem real projetada por lentes objetivas no interior do telescópio, e através da imagem na retina do observador. A primeira pode ser comparada com o sentido, a segunda com a representação (ou imagem no sentido psicológico). A imagem dentro do telescópio, entretanto, é relativa; ela depende do ponto de vista, mas ela é objetiva na medida em que pode servir a vários observadores. (1892, p.188)

---

<sup>3</sup> Para Frege, um nome nem sempre se refere a um objeto no mundo. Nos casos em que ele ocorre no escopo de verbos epistêmicos, chamado por Frege de *discurso oblíquo*, o referente do nome será o sentido que o nome tem em contextos normais. P.ex, na sentença ‘Eric Blair crê que Londres é a capital da Inglaterra’, o objeto da crença de Eric Blair é o conteúdo expresso por ‘Londres é capital da Inglaterra’, a saber,  $\langle \mathcal{S}_L, \mathcal{S}_Q \rangle$ , e não Londres ela mesma e a propriedade de ser a capital da Inglaterra. Portanto, a proposição expressa pela sentença ‘Eric Blair crê que Londres é a capital da Inglaterra’ é uma proposição composta pelo sentido de ‘Eric Blair’, o sentido da relação ‘crer que’ e o sentido que tem como referente o sentido  $\langle \mathcal{S}_L, \mathcal{S}_Q \rangle$ , ao invés de ser composta do sentido de ‘Eric Blair’, o sentido da relação ‘crer que’, o sentido de ‘Londres’ e o sentido de ‘ser a capital da Inglaterra’. O uso de sentenças no discurso oblíquo não será abordado neste trabalho.

Conferir subjetividade aos sentidos significa considerá-los como as imagens mentais, sentimentos ou idéias que cada indivíduo forma ao entender uma expressão, e isso não é o que Frege intenciona. Esses elementos, imagens mentais, sentimentos ou idéias, são de acesso único e exclusivo da pessoa que os têm, ou seja, possuem características diferentes do sentido fregeano que pode ser apreendido por qualquer falante competente no idioma.

O sentido intermedeia não apenas a relação das expressões linguísticas de termos singulares, i.e., expressões que se referem a objetos, mas também dos predicados, i.e., das expressões linguísticas que se referem a propriedades, conceitos ou funções, como ‘ser o escritor de 1984’, ‘ser um navio porta-aviões’ ou ‘ser a capital da Inglaterra’. Porém, os sentidos adequados às expressões predicativas são diferentes dos adequados aos termos singulares; estes valem-se de sentidos *completos* ou *saturados*, e aqueles de sentidos *incompletos* ou *insaturados*. Quando sentidos insaturados são completados por um sentido saturado<sup>4</sup>, então esse novo sentido composto pode determinar um objeto (*pode* porque, para Frege, o sentido de uma expressão linguística não garante a existência do referente). Isso é o caso dos sentidos das sentenças; o sentido insaturado de ‘ser o escritor de 1984’, que denota uma função, quando conjugado ao sentido saturado de ‘Eric Blair’, passa a ser um sentido completo e a denotar um objeto, que para Frege é o valor de verdade verdadeiro ou falso. Denotará o verdadeiro se o objeto satisfizer a função e o falso se o objeto não satisfizer. Caso haja falha de referente em

---

<sup>4</sup> Um sentido insaturado também pode saturar outro sentido insaturado. Isso se dá, p.ex., com predicados de segunda ordem. Tais predicados têm o sentido insaturado, como é adequado a um predicado, e são adequadamente saturados por sentidos de predicados de primeira ordem, que pela teoria fregeana também são insaturados. Um exemplo é o sentido expresso por ‘Unicórnios existem’. Para Frege, existência é um predicado de segunda ordem e expressa um sentido  $\mathcal{S}_e$  e ‘unicórnios’ expressa o sentido da propriedade de *ser um unicórnio*,  $\mathcal{S}_u$ . O sentido de ‘Unicórnios existem’ é composto pelos sentidos das partes e pode ser assim representado:  $\langle \mathcal{S}_u^1, \mathcal{S}_e^2 \rangle$ . Se a propriedade *ser um unicórnio* satisfizer a propriedade de *existir*, então o sentido da sentença se referirá ao verdadeiro, caso contrário, se referirá ao falso.

alguma das partes, então o sentido composto não denotará nenhum valor de verdade, como acontece com ‘Papai Noel é um bom velhinho’. O termo singular ‘Papai Noel’ possui sentido mas não denota nenhum objeto no mundo, logo não há objeto para ser avaliado se satisfaz ou não o predicado de ser um bom velhinho. O modo como Frege articula o sentido da sentença obedece ao *princípio de composicionalidade*. De acordo com esse princípio, o sentido de uma sentença é uma função dos sentidos das expressões subsentenciais que a compõem. O princípio de composicionalidade é útil não só para explicar como é determinado o sentido e o valor de verdade do que é expresso pela sentença, mas também esclarece como podemos entender sentenças com as quais nunca nos deparamos antes, mas temos conhecimento do sentido e da referência das partes que a compõem. O que nos é novo é o modo como as expressões foram organizadas; entretanto, por conhecermos o sentido de cada uma delas, o princípio de composicionalidade garante a compreensão do sentido da sentença.

O sentido da sentença possui algumas características semelhantes ao sentido do termo singular. A cada sentença corresponde um sentido definido e a este um referente definido (se houver). A sentença ‘Eric Blair é o escritor de 1984’ expressa um sentido composto, também chamado de *proposição* ou *pensamento*, pelo sentido do nome ‘Eric Blair’, representado por  $\mathcal{S}_{EB}$ , e o sentido da propriedade de ser o escritor de 1984, representado por  $\mathcal{S}_p$ , que pode ser representado da seguinte forma:  $\langle \mathcal{S}_{EB}, \mathcal{S}_p \rangle$ <sup>5</sup>, e ela não pode expressar outra proposição que não seja esta composta pelo sentido de ‘Eric Blair’ e de ‘ser o escritor de 1984’. Ou seja, o sentido de sentenças que não são compostas por expressões sensíveis ao contexto, como é o caso de nomes próprios e

---

<sup>5</sup> Para Frege, é correto também dizer que a sentença ‘Eric Blair é o escritor de 1984’ pode ser analisada como contendo dois nomes, ‘Eric Blair’ e ‘o escritor de 1984’, e a relação de identidade, ‘=’, em vez de um predicado e um nome. Tendo em vista a simplicidade, opto pela abordagem desses casos como funções de um argumento.

descrições definidas, não depende fortemente<sup>6</sup> do contexto em que são proferidas e possuem um sentido estável. Como, para Frege, a um único sentido corresponde um único objeto, portanto, o sentido representado por  $\langle \mathcal{S}_{EB}, \mathcal{S}_p \rangle$  terá apenas um referente, i.e., determinará sempre ao verdadeiro ou ao falso. Uma mesma proposição pode ser expressa por mais de uma sentença, como é o caso da proposição  $\langle \mathcal{S}_l, \mathcal{S}_q \rangle$ , onde  $\mathcal{S}_l$  é o sentido expresso por ‘London’ e ‘Londres’, e  $\mathcal{S}_q$  é o sentido dos predicados ‘ser a capital da Inglaterra’ e ‘is the capital of England’, que pode ser expressa tanto pela sentença ‘London is the capital of England’ quanto pela sentença ‘Londres é a capital da Inglaterra’. E, evidentemente, o mesmo objeto apropriado a sentenças pode ser referente de mais de uma sentença. As sentenças ‘Eric Blair é o escritor de 1984’ e ‘Londres é a capital da Inglaterra’, ou ainda qualquer outra sentença verdadeira, têm o mesmo valor de verdade como referente. E assim como o sentido dos termos singulares não são subjetivos ou psicológicos, o pensamento e a proposição também não os são. Por fim, também a existência de um pensamento não depende de ser pensado por um sujeito.

Como veremos na subseção a seguir, a perspectiva de Frege da relação entre expressão linguística e mundo parece ser pouco flexível para descrever a comunicação como acontece na linguagem natural.

---

<sup>6</sup> Em um sentido, toda sentença depende do contexto para determinar algum de seus aspectos semânticos; p.ex. a expressão ‘Ich’ tanto pode ser uma expressão da língua alemã que se refere ao proferidor, quanto pode ser uma expressão de asco se proferida num contexto na língua inglesa. Essa dependência é chamada de dependência pré-semântica ou fraca. Outros tipos de dependência pré-semântica das expressões linguísticas são a eliminação da ambiguidade das expressões, tanto a ambiguidade lexical - manga fruta e manga parte da roupa -, quanto a estrutural - p.ex., a determinação do escopo do operador existencial (‘Todo mundo é amado por alguém’ pode expressar dois conteúdos diferentes:  $(\exists x)(\forall y)(x \text{ AMA } y)$  - um único indivíduo ama todo mundo - ou  $(\forall y)(\exists x)(x \text{ AMA } y)$  - para cada indivíduo alguém o ama) - ou ainda na determinação da função sintática de uma expressão linguística (‘cachorro do Daniel’: ‘cachorro’ pode ter a função de adjetivo ou substantivo; ‘I saw her duck under the table.’: ‘duck’ pode funcionar como substantivo (Eu vi o pato dela embaixo da mesa) ou verbo (Eu a vi agachada embaixo da mesa). Em oposição a esse tipo de dependência, temos a dependência semântica, que é a dependência característica de expressões indexicais e será abordada finamente mais adiante. Pode haver ainda uma terceira dependência contextual que é a recorrência ao contexto admitida em teorias que aceitam a existência dos chamados *constituíntes inarticulados*, que são elementos proposicionais que fazem parte da proposição mesmo sem terem sido invocados por alguma expressão linguística. Sobre as funções do contexto ver PERRY (1998a) e (1997).

## 1.1 O PROBLEMA POSTO PELOS INDEXICAIS

Mostrei na seção anterior que as características essenciais a qualquer sentido fregeano, seja ele de um termo singular, predicado ou sentença, é ser objetivo e imutável. Por objetivo entenda-se tanto que o sentido é tão real como qualquer objeto no mundo, como uma árvore ou um livro, quanto que o sentido é objetivo por poder ser apreendido por todo falante competente na língua. E por imutável, que se o sentido determina um objeto, então determina apenas aquele objeto e nunca nenhum outro. Para termos singulares, a teoria funciona da seguinte maneira. Cada um dos nomes ‘Eric Blair’ e ‘Londres’ e a descrição definida ‘o autor da frase ‘Big Brother is watching you’ expressam um sentido diferente, respectivamente,  $\mathcal{S}_{EB}$ ,  $\mathcal{S}_L$  e  $\mathcal{S}_{BB}$ . Tais sentidos sempre determinarão os mesmos objetos, a saber, Eric Blair para os sentidos  $\mathcal{S}_{EB}$  e  $\mathcal{S}_{BB}$  e a cidade Londres para o sentido  $\mathcal{S}_L$ . Com alguma alteração temos o sentido de predicados: ‘ser o escritor de 1984’ e ‘ser a capital da Inglaterra’ expressam, respectivamente, os sentidos  $\mathcal{S}_p$  e  $\mathcal{S}_q$ , que determinam funções, conceitos ou propriedades, e sempre determinarão, respectivamente, a propriedade de ser o escritor de 1984 e a propriedade de ser a capital da Inglaterra. O mesmo se dá para sentenças; a cada uma das sentenças ‘Eric Blair é o escritor de 1984’, ‘O autor da frase ‘Big Brother is watching you’ é o escritor de 1984’ e ‘Londres é a capital da Inglaterra’ está associado um sentido determinado, que tem ainda a característica adicional de ser composto por outros sentidos e ser regido pelo princípio de composicionalidade, respectivamente,  $\langle \mathcal{S}_{EB}, \mathcal{S}_p \rangle$ ,  $\langle \mathcal{S}_{BB}, \mathcal{S}_p \rangle$  e  $\langle \mathcal{S}_L, \mathcal{S}_q \rangle$ . Dentro da teoria fregeana, esse esquema parece funcionar bem com sentenças que não possuem nenhuma expressão sensível ao contexto. Porém, a teoria de Frege deve ser avaliada dentro do escopo por ele pretendido, a saber, a linguagem natural. Esta está repleta de termos singulares

sensíveis ao contexto – ‘eu’, ‘você’, ‘aqui’, ‘ontem’, ‘isto’, ‘ele’, ‘aquela caneca’, etc. -, por isso, passo a avaliar se o tratamento de Frege é compatível com tais expressões<sup>7</sup>.

A primeira dificuldade enfrentada pela teoria diz respeito ao acesso do sujeito ao sentido das expressões indexicais. Em “Über Sinn und Bedeutung” (1892), Frege defende que o sentido, ou o conteúdo de uma expressão linguística, é apreendido por qualquer falante competente no idioma (1892, p.187). O que qualquer falante apreende de uma expressão indexical quando se depara com ela é a regra de uso da expressão, p.ex., um falante ao se deparar com a expressão ‘ele’ apreende uma regra de uso do indexical ele. Pela posição de Frege (1892), essa regra deveria ser o sentido do indexical. Contudo, considerar o significado linguístico da expressão indexical seu sentido não é compatível com os dois critérios de distinção de pensamentos de Frege. Suponha dois proferimentos de ‘Ele é o escritor de 1984’ sendo que em um deles é demonstrado Eric Blair e no outro, Flipper. Seguindo essa interpretação de Frege, o pensamento expresso pelos dois proferimentos seria o mesmo, um pensamento composto pelo significado linguístico de ‘ele’ e o sentido do predicado, que pode ser assim representado:  $\langle ele, \mathcal{S}_p \rangle$ . Mas, de acordo com nossas intuições linguísticas, o primeiro proferimento é considerado verdadeiro, afinal Eric Blair é o escritor de 1984, enquanto que o segundo é considerado falso, já que Flipper não escreveu 1984. Pelo critério de distinção de pensamentos que recorre ao valor de verdade, os dois pensamentos expressos devem ser diferentes pois possuem valores de verdade

---

<sup>7</sup> Perry (1986) chama atenção para o fato de poder haver outro modo de o valor de verdade do que é expresso por uma sentença depender de outros elementos além daquilo que é apreendido por alguém que entende as expressões que a compõem. Algumas sentenças parecem ter o valor de verdade daquilo que elas expressam dependente de mais elementos além do sentido e do referente dos termos que a compõem como é o caso da sentença ‘Está chovendo’. Para Perry, o valor de verdade do que é expresso por essa sentença depende de ser determinado um local para ser avaliado se o predicado de *estar chovendo* é ou não satisfeito. Como não há nada da sintaxe da sentença que represente o local, Perry conclui que há mais coisas a serem consideradas para a atribuição do valor de verdade de um uso de algumas sentenças do que apenas o que é justaposto a partir do entendimento das partes que as compõem. Nem todas as análises tratam o problema levantado por Perry abandonando o princípio de composicionalidade de Frege. Para diferentes propostas ver Cappelen & Lepore (2005), Predelli (2005), Recanati (2007) e Stanley (2000).

diferentes. Porém, pela interpretação de Frege em análise, os dois pensamentos devem ser idênticos. Logo, essa interpretação não está de acordo com a teoria Fregeana. Suponha que um sujeito acredite no que é expresso pela sentença acompanhada pela demonstração para Eric Blair mas não acredite na sentença acompanhada da demonstração para Flipper. Pelo critério epistêmico de distinção de crenças, aquilo em que o sujeito acredita devem ser pensamentos diferentes pois são objetos de atitudes proposicionais diferentes. Mas, pela proposta em análise, os dois pensamentos são iguais. Logo, o significado linguístico não pode ser o sentido de um indexical.

Frege (1918) reconhece que com expressões indexicais a compreensão linguística não é suficiente para um sujeito apreender o sentido expresso. Isso porque a mera verbalização de tais expressões, do modo como elas nos são dadas na escrita, não é suficiente para a completa expressão do seu conteúdo; elas requerem auxílio de algum gesto ou demonstração para a expressão do pensamento. Logo, para o falante apreender o sentido de expressões como ‘ele’ ou ‘aquele homem’, ele precisa ser competente no idioma, ou seja, saber a regra de uso de tais expressões, e ter conhecimento da demonstração que as acompanha. Somente dessa forma o falante terá acesso ao modo de apresentação do objeto salientado e, conseqüentemente, também ao referente, se houver.

Ao tornar a expressão de um conteúdo dependente de uma entidade extralinguística, é criada para a teoria outra dificuldade que está relacionada com a imutabilidade do sentido. Para Frege, uma vez eliminada qualquer ambigüidade que um nome próprio possa ter (p.ex. ‘Lewis’ é ambíguo porque pode fazer referência tanto a Lewis Carroll, o autor de *Alice no País das Maravilhas*, quanto a David Lewis, o grande filósofo analítico, dependendo da ‘regra’ a ser considerada), o nome sempre expressará o mesmo sentido e se referirá sempre ao mesmo objeto. Com expressões indexicais isso não acontece. Se o indexical ‘ele’ está acompanhado de uma demonstração que aponta

para Eric Blair, então ele expressa um sentido  $\check{E}_{EB}$  que determina Eric Blair; se ‘ele’ for acompanhado de uma demonstração que aponta para Flipper, então ele passa a expressar um sentido  $\check{E}_F$  que determina Flipper. Por depender de elementos externos à sua sintaxe e que podem variar, o sentido expresso por ‘ele’ pode se alterar em todo uso que for feito da expressão. Essa alteração do sentido associado ao indexical não é adequadamente tratada se for entendida como um caso de ambiguidade. Os dois usos de ‘ele’, em que um se refere a Eric Blair e o outro a Flipper, não se diferenciam pela regra semântica; o significado linguístico de ‘ele’ se mantém o mesmo nos dois usos, algo como ‘o indivíduo do sexo masculino apontado pela demonstração’. A peculiaridade dos indexicais é que sua regra semântica é tal que é capaz de expressar mais de um sentido e ser o modo de apresentação de referentes distintos.

Em vista desses problemas, algumas alterações na teoria da referência apresentada em 1892 são requisitadas. Frege indica muito superficialmente que tipos de alterações precisam ser feitas no ensaio de 1918, que serão apresentadas na seção seguinte

## 1.2 TEORIA FREGEANA DOS INDEXICAIS

Muito pouco pode ser dito como sendo de fato a posição de Frege com relação a expressões indexicais, afinal Frege disse muito pouco sobre tais expressões. As teorias da referência de expressões indexicais inspiradas na teoria fregeana se apóiam principalmente em interpretações dos trechos abaixo somadas às suas ideias de 1892:

Se alguém quiser dizer hoje o mesmo que expressou ontem usando a palavra ‘hoje’, deve substituir esta palavra por ‘ontem’. Apesar de o pensamento ser o mesmo, sua expressão verbal deve ser diferente para que o sentido, que seria de outra forma afetado pela diferença entre os tempos dos proferimentos, seja reajustado. O caso é



o mesmo com palavras como ‘aqui’ e ‘lá’. Em todos esses casos, o mero palavreado, do modo como é dado na escrita, não é a completa expressão do pensamento, mas o conhecimento de certas condições que acompanham o proferimento, que são usadas como meios de expressão do pensamento, são requisitadas para sua correta apreensão. O apontar dos dedos, movimento das mãos, olhares podem pertencer aqui também. O mesmo proferimento contendo a palavra ‘eu’ expressará diferentes pensamentos nas bocas de diferentes homens, dos quais alguns podem ser verdadeiros, outros falsos. (1918, p.296. Tradução minha.)

e

Agora todos são apresentados a si mesmos por um modo particular e primitivo, pelo qual não são apresentados a ninguém mais. Então, quando Dr. Lauben pensa que ele foi machucado, ele provavelmente tomará como base esse modo primitivo pelo qual ele é apresentado a si mesmo. E somente Dr. Lauben ele mesmo pode apreender pensamentos determinados nessa forma. Mas agora ele pode querer se comunicar com outros. Ele não pode comunicar um pensamento que apenas ele pode apreender. Portanto, se ele diz agora ‘Eu fui machucado’, ele deve usar ‘eu’ em um sentido que pode ser apreendido pelos outros, talvez no sentido de ‘aquele que está falando com você nesse momento’, ao fazer isso ele faz com que as condições associadas ao seu proferimento sirvam para a expressão do seu pensamento. (1918, p.298. Tradução minha.)

Meu intuito nesta seção não é defender uma interpretação particular como a posição de Frege. Pretendo ser o mais neutra possível ao tratar de sua teoria da referência e apontar como termos singulares sensíveis ao contexto, i.e., expressões indexicais, podem impor dificuldades insuperáveis para a teoria fregeana.

A posição que tradicionalmente se credita a Frege, chamada de teoria fregeana dos demonstrativos (KAPLAN, 1989b), é a de que o sentido de um indexical é o sentido de uma descrição definida que traduz a demonstração que o acompanha. Assim, o uso de ‘ele’ na sentença ‘Ele é o escritor de 1984’, acompanhado de uma demonstração que aponta para Eric Blair, expressa um sentido que tem como elementos o sentido da descrição definida que traduz a demonstração feita no contexto para indicar Eric Blair,

que represento por:  $dd'_{EB}$ . Já a expressão ‘ele’ na mesma sentença, acompanhada de uma demonstração que aponta para Flipper, expressa o sentido da descrição definida que traduz a demonstração feita no contexto para Flipper, que pode ser representado por:  $dd'_F$ . Pelo princípio de composicionalidade, o primeiro proferimento da sentença expressa o pensamento  $\langle dd'_{EB}, S_p \rangle$  e o segundo, o pensamento  $\langle dd'_F, S_p \rangle$ . Como os dois pensamentos são diferentes, eles podem ter valores de verdade diferentes e comportar atitudes proposicionais diferentes.

A razão para se atribuir essa proposta a Frege é proveniente principalmente da sua afirmação de que, no caso dos indexicais, “o conhecimento de certas condições que acompanham o proferimento, que são usadas como meios de expressão do pensamento, são requisitadas para sua correta apreensão” (1918, p.296). É interessante notar que essa afirmação está inserida no contexto de explicação da expressão de pensamentos por meio de sentenças compostas por indexicais *puros*, i.e., indexicais que, apesar de apenas se referirem quando considerados em um contexto, não requerem nenhuma demonstração; qualquer gesto demonstrativo tem a função apenas de enfatizar alguma característica do discurso, mas isso é, para Frege, irrelevante do ponto de vista semântico. Com isso quero apontar para o fato curioso de que a solução que se atribui a Frege não é aplicável ao tipo de indexical que o motivou a propô-la. No caso dos indexicais puros, não há demonstração que possa ser traduzida por uma descrição definida e compoñha o sentido da expressão para diferenciá-lo de outro uso que se refira a outro objeto, como acontece com demonstrativos. Quando alguém profere uma sentença composta pelo indexical ‘hoje’, p.ex., ‘Hoje é um belo dia’, a fim de exprimir um pensamento acerca do dia corrente, suponha que seja dia 31 de outubro de 2010, ele não precisa fazer nada além de proferir a sentença composta pelo indexical, ou seja, não

é necessário que o dia corrente seja salientado de alguma forma. Assim como, para exprimir, no dia seguinte, o pensamento que predica a mesma propriedade de ser um belo dia sobre o dia 1º de novembro de 2010 basta que ele faça o mesmo que fez no dia 31 de outubro de 2010, a saber, proferir a sentença. Contudo, não pode ser dito que, para Frege, o significado linguístico do indexical ‘hoje’ é o sentido expresso pela expressão linguística, pois, se isso fosse correto, os dois proferimentos expressariam o mesmo pensamento, que pode ser representado por  $\langle \mathcal{S}_{hoje}, \mathcal{S}_R \rangle$ . Porém, para Frege, um mesmo pensamento não pode possuir dois valores de verdade ou ser objeto de atitudes proposicionais diferentes como seria o caso se supusermos que dia 31 foi um belo dia mas dia 1º não, e um sujeito acredita no que é expresso pelo primeiro proferimento mas não no que é expresso pelo segundo. Ademais, um sentido não pode determinar objetos diferentes como determina o significado linguístico de ‘hoje’ ao dia 31 e 1º.

A única diferença entre a expressão ‘hoje’ proferida no dia 31 de outubro e proferida no dia 1º de novembro parece ser o dia ao qual ela se refere. A princípio há dois modos de veicular essa diferença para o pensamento e justificar uma possível diferença no valor de verdade dos pensamentos expressos pelos dois proferimentos, mas nenhum deles é uma opção para Frege. O primeiro é introduzir o próprio dia no pensamento, e o segundo é dizer que a contribuição do indexical é uma descrição do dia referido pelo indexical. Essa descrição não necessariamente reflete a crença de um falante sobre o dia (argumentos contra essa opção serão abordados no capítulo 2), mas é uma descrição ‘objetiva’ do dia, p.ex., o proferimento de ‘hoje’ no dia 31 de outubro de 2010 expressaria o sentido da descrição ‘o dia em que foi eleita a primeira presidente mulher do Brasil’. Um dos problemas de se atribuir essa solução a Frege é que ela contraria o que ele diz sobre o sentido determinar o referente e não haver modo de, do referente, decidir o sentido associado à expressão linguística. Ou seja, não há critérios

para decidir qual descrição é a correta ou mais adequada para o uso de ‘hoje’ no dia 31 de outubro de 2010 - se a descrição ‘o dia em que foi eleita a primeira presidente mulher do Brasil’ ou ‘o último dia do mês de outubro de 2010’ – se a única informação que podemos recorrer é ao referente. Isso porque é o mesmo dia que satisfaz igualmente às duas descrições. Com relação à primeira sugestão, ela obviamente não é uma opção para Frege porque introduziria o próprio objeto no pensamento, e não há nada mais ‘anti-fregeano’ que isso.

Aparentemente a única diferença que há entre o primeiro e o segundo uso de ‘hoje’ é o próprio uso, mas o *uso* de um termo não parece poder influenciar o conteúdo semântico para Frege porque o *input* do seu sistema semântico são expressões linguísticas, a saber, sentenças, termos singulares e termos predicativos, etc. Se a linguagem contivesse enquanto termos singulares apenas nomes próprios ou descrições definidas, não haveria problemas com sentenças serem o *input* do sistema. Mas, a partir do momento que expressões indexicais são inseridas, alguma alteração precisa ser feita. Embora Frege (1918) tenha admitido isso e esboçado uma pequena alteração, como pretendi ter mostrado, ela ainda não é suficiente para dar conta do comportamento de expressões sensíveis ao contexto.

### 1.3 A PARTICULARIDADE DO ‘EU’

Antes de passar para os tratamentos referencialistas de expressões indexicais, é preciso mencionar outro problema enfrentado pela teoria da referência fregeana. Até agora os problemas questionavam as características atribuídas ao sentido. Nesta seção, abordo o problema relacionado com a posição de Frege quanto à acessibilidade dos pensamentos. Para ele, todos os pensamentos são acessíveis a qualquer sujeito que entende o veículo utilizado para a expressão do pensamento, seja ele uma sentença

apenas ou uma sentença em um contexto, e cada veículo de expressão de um pensamento expressa um e somente um pensamento. O problema dessa descrição é que os pensamentos expressos por sentenças que são compostas pelo indexical ‘eu’, chamados de pensamentos de autoconsciência, parecem não estar de acordo com ela.

Como todo pensamento indexical, esses pensamentos só podem ser expressos por uma sentença composta por um indexical, pois nenhuma descrição é capaz de deixar o indivíduo no mesmo estado cognitivo que o pensamento indexical deixa. Mas a particularidade desses pensamentos é que eles só podem ser corretamente sustentados pela pessoa sobre a qual ele é, ou seja, apenas Eric Blair pode apreender corretamente o pensamento de autoconsciência que ele expressa ao proferir a sentença ‘Eu sou o escritor de *1984*’. O pensamento apreendido por qualquer outra pessoa que não seja Eric Blair quando entende o proferimento dele de ‘Eu sou o escritor de *1984*’ não pode ser o mesmo pensamento autoconsciente que Eric Blair apreende. Isso porque qualquer pessoa, que não seja Eric Blair, que apreenda um pensamento autoconsciente que atribua a si o predicado de ser o escritor de *1984* estará apreendendo um pensamento falso. Pelo critério de distinção de pensamentos, se dois pensamentos possuem valores de verdade diferentes, então eles são pensamentos diferentes. Portanto, o pensamento que o ouvinte de Eric Blair apreende é um pensamento diferente do seu. Esses são os fatos básicos, não controversos, que uma teoria da referência dos indexicais precisa estar de acordo.

Para dar conta do comportamento do ‘eu’, Frege abre uma exceção para essa expressão. Ele diz que apesar de haver um modo de apresentação que a expressão ‘eu’ expressa para o proferidor, e esse modo ser tal que apenas o proferidor pode apreender e que caracteriza o pensamento autoconsciente, quando ele faz uso dessa expressão, ele a usa em um sentido que pode ser apreendido pelos outros, ou seja, um proferimento de

uma sentença composta pelo indexical ‘eu’ expressa dois valores cognitivos diferentes, sendo que um deles só é acessível ao proferidor. Portanto, quando Eric Blair profere a sentença ‘Eu sou o escritor de 1984’, a esse proferimento estão associados dois pensamentos: um é o pensamento composto por um sentido que expressa o modo de apresentação particular e primitivo que Eric Blair tem de si mesmo, e pode ser representador por  $\langle \mathcal{S}_e, \mathcal{S}_p \rangle$ ; e o outro é o pensamento sobre ele que qualquer outra pessoa pode apreender, representado por  $\langle \mathcal{S}_{eu}, \mathcal{S}_p \rangle$ .

No fim, a peculiaridade do ‘eu’ não é exatamente um problema para a teoria fregeana porque ela acomoda, de uma forma ou de outra, o comportamento do indexical.

## 2 TEORIAS DA REFERÊNCIA DIRETA

Tanto Perry quanto Kaplan pensam que para acomodar o comportamento dos indexicais é preciso abandonar o paradigma fregeano de proposições e defender que o conteúdo expresso pelo indexical é o próprio objeto ao invés de um conteúdo conceitual ou descritivo que o represente ou denote. Há quem afirme que a diferença entre as duas teorias se estabelece apenas no nível terminológico; enquanto Perry fala de *papel* de uma expressão para se referir ao significado linguístico e de *pensamento como informação* para se referir ao conteúdo expresso por uma sentença, Kaplan fala de *caráter* de uma expressão e *conteúdo*, respectivamente. Perry reconhece tal analogia (1977, p. 67) e afirma que sua teoria teve origem no conhecido ensaio de Kaplan, “Demonstratives” (1989b), mas diz que as semelhanças entre as duas teorias se limitam a essas. O modo como cada um se posiciona com relação à explicação de atitudes proposicionais perante proposições expressas por sentenças indexicais, ou as motivações de Perry para afirmar o papel e o pensamento como informação e as motivações oferecidas por Kaplan para distinguir caráter de conteúdo (que serão detalhadas nas subseções seguintes), p.ex., são diferentes<sup>8</sup>; enquanto Perry aponta problemas de inconsistência na teoria fregeana para rejeitar tal tratamento e, em seguida, desenvolver uma alternativa de tratamento, Kaplan questiona o paradigma fregeano recorrendo a argumentos modais.

As próximas seções e subseções serão dedicadas a esses dois tratamentos. Na abordagem de ambas as teorias, primeiro apresento as motivações de Perry e Kaplan para negar a teoria da referência fregeana para expressões indexicais, seguida da

---

<sup>8</sup> É provável que haja mais dessemelhanças além das explicitadas acima. Como Perry mesmo diz, não se pode assumir que Kaplan concorda com sua crítica à teoria fregeana, ou com seu tratamento do conhecimento de auto-localização (“self-locating knowledge”) com base apenas nas semelhanças entre seus tratamentos de expressões indexicais.

descrição das respectivas teorias e do tratamento para a questão de identidade e re-expressão da crença indexical. A objeção contra a proposta de Kaplan será apresentada logo após a exposição de sua teoria e apontará para inconsistências internas à mesma. Já a objeção contra a proposta de Perry será abordada no próximo capítulo.

## 2.1 PERRY

O ensaio de Perry onde ele trata de expressões indexicais mais conhecido é “Frege on Demonstratives” (1977). Neste artigo, Perry rejeita o tratamento descritivista de Frege para expressões indexicais e propõe um tratamento alternativo no qual o objeto passa a fazer parte da proposição como contribuição da expressão indexical. Sua proposta se baseia em duas das três soluções que ele considera como alternativas que, a princípio, poderiam ser aceitas por Frege e o ajudariam a contornar o problema posto pelos indexicais. Contudo, observa ele, essas soluções forçariam Frege a abandonar alguma característica essencial de sua teoria e, portanto, não podem, de fato, serem opções para Frege. No final desta seção, mostro como Perry lida com atitudes proposicionais a partir do seu novo conceito de proposição e valor cognitivo.

### **2.1.1 Soluções alternativas para teorias descritivistas e argumentos para a referência direta**

De acordo com Perry, é evidente que Frege admite que expressões indexicais expressem sentidos capazes de saturar um sentido incompleto. Isso porque Frege aceita que sentenças como ‘Aquele homem é o escritor de *1984*’ ou ‘Hoje é um belo dia’, acompanhadas de demonstrações adequadas, se necessário, expressem pensamentos, e estes são, por definição, sentidos insaturados expressos pelos predicados completados



pelos sentidos saturados de termos singulares. Ou seja, para Frege, expressões indexicais estão associadas não apenas com o objeto, mas também com um sentido completante (“completing sense”). Para Perry, é estranho que Frege atribua sentido a essas expressões pois ele também reconhece que uma expressão indexical tem um significado linguístico invariável, que Perry chama de papel, e pode ser usada para se referir a diferentes objetos, estes chamados, por Perry, de valor do indexical. Contudo, para Frege, nem o invariável papel de um indexical, nem seu variável valor são capazes de prover um sentido completante para um sentido incompleto<sup>9</sup>. Então, pergunta Perry, como nós chegamos de um sentido incompleto de um predicado, como ‘ser o escritor de 1984’ e ‘ser um belo dia’, mais uma expressão indexical, como ‘aquele homem’ e ‘hoje’, respectivamente, e um contexto até um pensamento expresso (1977, p.56)?

A primeira sugestão de Perry para tentar preservar a teoria fregeana é identificar o sentido de expressões indexicais com o seu papel. Mas ela é rapidamente descartada por se chocar com o critério de distinção de pensamentos. Considere a sentença ‘Aquele homem é o escritor de 1984’. Sendo o papel o sentido do indexical, o sentido da sentença seria uma composição do papel do indexical com o sentido do predicado. Esse sentido em alguns contextos expressa um pensamento verdadeiro, no caso de ser demonstrado Eric Blair, e em outros um pensamento falso, no caso de ser demonstrado para Flipper. Como Frege identifica o sentido de uma sentença com o pensamento, isso é o mesmo que dizer que em alguns contextos o pensamento expresso por ‘Aquele homem é o escritor de 1984’ é verdadeiro e em outros é falso. Porém, essa consequência contradiz a posição de Frege que um pensamento não pode determinar dois valores de verdade diferentes: pelo seu critério de diferenciação de pensamentos, a divergência de valor de verdade é condição suficiente para dizermos que os pensamentos em

---

<sup>9</sup> Os motivos da incompatibilidade com a teoria fregeana foram mostrados na seção 1.1 e 1.2 deste trabalho.

consideração são diferentes. Donde se segue que os dois pensamentos expressos nas situações acima devam ser diferentes. Mas isso é o oposto do que acontece com a proposta em consideração. Por essa razão, Perry rejeita a suposição de que o papel de uma expressão indexical seja o sentido expresso por ela.

A segunda solução considerada por Perry é dizer que uma sentença composta por uma expressão indexical não expressa nenhum pensamento fregeano, apenas determina uma classe de equivalência de pensamentos fregeanos. Por essa proposta, a sentença ‘Isto é  $F$ ’ forneceria duas informações: o sentido incompleto do predicado ‘ser  $F$ ’, representado por  $\mathcal{F}$ , e o objeto referido pelo indexical ‘isto’. Essas duas informações seriam os únicos critérios que estipulariam uma classe de equivalência de pensamentos fregeanos, mas sem indicar nenhum de seus membros em particular, em que todos eles seriam compostos por um sentido fregeano que tem como referente o mesmo objeto referido por ‘isto’ e pelo sentido do predicado ‘ser  $F$ ’. Dessa forma, explica-se como da sentença se chega a um pensamento fregeano. Os pensamentos fregeanos que pertencem a essa classe são equivalentes entre si no que diz respeito à informação transmitida por eles e por isso são ditos informativamente equivalentes (“informationally equivalent”). De acordo com essa solução, o pensamento expresso por uma sentença composta por um indexical não é mais entendido como um pensamento fregeano; a noção de pensamento é agora redefinida como uma classe de equivalência de pensamentos fregeano. É redefinido também o critério de distinção de pensamentos: dois proferimentos de duas sentenças que diferem entre si por serem compostas por expressões indexicais diferentes,  $F(d)$  e  $F'(d')$ , expressam o mesmo pensamento se, e somente se, determinam a mesma classe de pensamentos fregeanos, ou seja, se o sentido incompleto das duas expressões subsentenciais consideradas em seus respectivos contextos,  $F(\ )$  em  $c$  e  $F'(\ )$  em  $c'$ , e o valor dos demonstrativos  $d$  e  $d'$ , em seus

respectivos contextos. Por esse critério, um proferimento da sentença ‘Aquele homem é o escritor de *1984*’ apontando para Eric Blair e um proferimento de ‘Ele é o escritor de *1984*’ apontando também para Eric Blair expressam o mesmo pensamento pois as duas sentenças, em seus respectivos contextos, determinam a mesma classe de pensamentos fregeanos, a saber, os pensamentos compostos pelos sentidos fregeanos que determinam Eric Blair e o sentido do predicado ‘ser o escritor de *1984*’.

Entretanto, argumenta Perry, esse novo tipo de pensamento é incoerente com a teoria fregeana por três motivos. Primeiro porque ele é composto pelo valor do demonstrativo, i.e., o próprio objeto, e isso é completamente contrário à ideia de Frege. Além disso, pensamentos expressos por sentenças compostas por demonstrativos seriam considerados equivalentes a pensamentos expressos por sentenças que têm como termo singular uma descrição definida ou um nome próprio. Pois, a classe de equivalência de pensamentos determinada por uma sentença composta por um demonstrativo é constituída de pensamentos fregeanos que podem ser expressos por sentenças compostas por uma descrição definida ou nome próprio na posição de termo singular e o predicado da propriedade. P.ex., a sentença ‘Ele é o escritor de *1984*’, demonstrando Eric Blair, determinaria uma classe de equivalência dos pensamentos compostos por um sentido que determina Eric Blair e um sentido incompleto que determina a propriedade de ser o escritor de *1984*, dentre os quais estariam o pensamento que pode ser expresso pela sentença ‘Eric Blair é o escritor de *1984*’, ou o pensamento expresso pela sentença ‘O autor da frase ‘Big Brother is watching you’ é o escritor de *1984*’, etc. Mas essa é uma consequência indesejada por qualquer teoria que se proponha explicar o funcionamento dos indexicais pois é perfeitamente aceitável que um sujeito tenha atitudes diferentes com relação às sentenças ‘Ele é o escritor de *1984*’, demonstrando Eric Blair, e ‘O autor da frase ‘Big Brother is watching you’ é o escritor de *1984*’, e que

elas causem reações diferentes no sujeito. Se alguém profere a primeira sentença demonstrando um sujeito a 5 metros de distância de mim, isso irá me fazer ir em direção a Eric Blair e cumprimentá-lo. Porém, se for proferida a segunda sentença, eu poderia não me sentir motivada a ir até a pessoa que está a 5 metros de distância, pois ainda poderia não saber que aquela pessoa é o autor da frase ‘Big Brother is watching you’. Por último, outra equivalência indesejada que decorre desse novo tipo de pensamento é entre pensamentos expressos por sentenças compostas por diferentes expressões indexicais que têm, cada uma em seu contexto, o mesmo valor, i.e., determinam o mesmo objeto. Essa equivalência é indesejada porque se choca com o critério de distinção de pensamentos defendido por Frege. Para ilustrar isso, Perry descreve a seguinte situação:

Suppose I am viewing the harbour from downtown Oakland; the bow and the stern of the aircraft carrier *Enterprise* are visible, though its middle is obscured by a large building. The name ‘*Enterprise*’ is clearly visible on the bow, so when I tell a visitor, ‘This is the *Enterprise*’, pointing towards the bow, this is readily accepted. When I say, pointing to the stern clearly several city blocks from the bow, ‘That is the *Enterprise*’, however, she refuses to believe me. (1977, p.59)

No exemplo de Perry, um sujeito acredita no que é expresso por ‘Isto é o *Enterprise*’ apontando para a parte da frente do navio e não acredita no que é expresso por ‘Aquilo é o *Enterprise*’ quando apontado para a parte de trás do navio. Retomando o critério epistêmico de distinção de pensamentos, por ele temos que, se é possível ter atitudes proposicionais diferentes com relação a dois pensamentos, então há razões suficientes para distinguir os pensamentos. Logo, as duas sentenças deveriam expressar pensamentos diferentes. Contudo, de acordo com essa segunda sugestão, as duas sentenças determinam a mesma classe de equivalência de pensamentos, a saber, a classe

de pensamentos compostos por um sentido que determina o navio e pelo predicado ‘ser o *Enterprise*’. Logo, ela parece não ser compatível com a teoria fregeana.

Até o momento, as conclusões às quais chegamos são que indexicais não podem contribuir semanticamente apenas com o referente, pois, dentre outros problemas, objetos não saturam sentidos incompletos, nem pode a regra linguística ser o sentido associado a ele. Então, Perry propõe, seguindo uma sugestão de Dagfinn Føllesdal, que observemos como um sentido é associado a um nome próprio e transportemos esse esquema para expressões indexicais. De acordo com Perry, Frege afirma que o sentido de um nome próprio pode variar de pessoa para pessoa e que essa variação depende das crenças que cada falante têm sobre o referente do nome. Se ao nome ‘Eric Blair’ alguém associa o sentido da descrição ‘o autor da frase ‘Big Brother is watching you’’, para ele, o sentido de ‘Eric Blair’ é o mesmo que o sentido da descrição que ele associa. Ou seja, o sentido do nome, em uma determinada maneira, depende da crença do falante sobre o objeto. A terceira proposta de Perry seria, então, que essa mesma “dependência” do sentido com relação às crenças do sujeito ocorre com indexicais. Portanto, “para entender um demonstrativo é preciso ser capaz de fornecer um sentido em cada ocasião de uso do mesmo, sentido este que tem como referente o valor que o demonstrativo tem naquela ocasião” (PERRY, 1977, p. 60). Quando o sujeito entende o proferimento da sentença ‘Ele é o escritor de 1984’ acompanhada da demonstração para Eric Blair, ele associa ao demonstrativo ‘ele’ uma descrição qualquer que ele crê que seja satisfeita por Eric Blair, p.ex., a descrição ‘o autor da frase ‘Big Brother is watching you’’, representado por  $\mathcal{S}_{BB}$ , fazendo com que o sentido do demonstrativo, naquela ocasião, seja o mesmo que o sentido da descrição. Assim sendo, o proferimento da sentença ‘Ele é o escritor de 1984’ acompanhado da demonstração a Eric Blair expressaria um pensamento que pode ser representado por  $\langle \mathcal{S}_{BB}, \mathcal{S}_p \rangle$ . Diferente de um nome próprio,

uma expressão indexical tem um sentido diferente associado a ela a cada contexto. Consequentemente, a sentença ‘Ele é o escritor de *1984*’ nem sempre expressa o pensamento  $\langle \mathcal{S}_{BB}, \mathcal{S}_P \rangle$ . Se a sentença ‘Ele é o escritor de *1984*’ for considerada em um contexto em que é apontado para Flipper, e se o sentido que supre o sentido do indexical ‘ele’ for o sentido da descrição ‘o famoso golfinho da televisão’, representado por  $\mathcal{S}_A$ , então o pensamento expresso será  $\langle \mathcal{S}_A, \mathcal{S}_P \rangle$ .

Contra essa proposta de associar ao sentido do indexical uma crença do falante, Perry oferece três objeções para mostrar a irrelevância, a não-necessidade e a insuficiência da crença para expressar o pensamento por uma sentença composta por um indexical. Diferente das duas objeções anteriores que apontam para problemas de incoerência interna à teoria de Frege, essas três últimas objeções parecem ser contra o paradigma fregeano sobre a natureza da proposição expressa por uma sentença composta por um indexical. A primeira objeção de Perry mostra que, se o objeto satisfaz ou não a descrição que o sujeito associa ao indexical, isso é irrelevante para a expressão do pensamento. Suponha que a sentença ‘Ele é o escritor de *1984*’ seja acompanhada de uma demonstração que aponta para Aldous Huxley e que o ouvinte associe ao demonstrativo ‘ele’ o sentido da descrição ‘o autor da frase ‘Big Brother is watching you’’. A descrição se refere não a Aldous Huxley, mas a Eric Blair, e, nesse caso, o que estaria sendo afirmado, verdadeiramente, é que Eric Blair é o escritor de *1984*. Entretanto, observa Perry, intuitivamente diríamos que o pensamento expresso pela sentença não é um pensamento verdadeiro sobre Eric Blair, mas sim o pensamento falso de que Aldous Huxley é o escritor de *1984*. Donde ele conclui que se o objeto efetivamente demonstrado satisfaz ou não a descrição associada ao indexical é irrelevante para determinar o objeto sobre o qual é o pensamento expresso.

Para ilustrar a não-necessidade da crença, Perry descreve uma situação simples. Suponha que hoje seja dia 31 de outubro, que o falante não saiba que dia é hoje, e que ele profira a sentença ‘Hoje é um belo dia’. Para Perry, nossas intuições confirmam que o falante expressou o pensamento que o dia 31 de outubro de 2010 é um belo dia. Mas, pela descrição do exemplo, seguramente o falante não tem uma crença livre de indexical alguma para suprir o sentido do indexical. Por conseguinte, ter uma crença que seja satisfeita pelo referente do indexical não é necessário para se expressar um pensamento pelo uso de uma sentença composta por este indexical.

A última das três objeções concerne principalmente ao indexical ‘eu’ e pretende mostrar como ter uma crença correta a respeito do objeto sobre o qual é o pensamento de primeira pessoa é insuficiente para apreender ou expressar pensamentos dessa natureza. Suponha que Eric Blair afirme ‘Eu sou o escritor de *1984*’. Sabemos que Aldous Huxley não pode apreender exatamente o mesmo pensamento que Eric Blair (seção 1.3). De acordo com a proposta em consideração, para Aldous Huxley apreender o pensamento expresso por Eric Blair, ele deve completar o sentido do predicado ‘ser o escritor de *1984*’ com um sentido que ele crê que seja satisfeito por Eric Blair. Porém, Perry mostra que ter uma crença que seja sobre a pessoa que satisfaz o predicado não é suficiente para conferir a um indivíduo um pensamento de primeira pessoa. Suponha que Aldous Huxley provenha o sentido do proferimento de Eric Blair de ‘eu’ com o sentido da descrição ‘o autor de *A Revolução dos Bichos*’. O resultado da substituição é um pensamento verdadeiro pois quem é o autor de *A Revolução dos Bichos* é o escritor de *1984*. Agora, suponha que Aldous Huxley profira ‘Eu sou o escritor de *1984*’ e acredite que é ele quem satisfaz a descrição ‘o autor de *A Revolução dos Bichos*’ e o predicado. Neste caso, por essa proposta, o pensamento que Aldous Huxley pensa é verdadeiro, pois ele pensa um pensamento composto pelo sentido da descrição e pelo

sentido do predicado e o indivíduo que satisfaz a descrição também satisfaz o predicado. Entretanto, intuitivamente, o pensamento de Aldous Huxley não é verdadeiro como decorre da análise em consideração. Ou seja, por essa proposta, o fato de o sujeito suprir o indexical ‘eu’ com um sentido que determina o objeto correto que satisfaz o predicado seria suficiente para o pensamento ser dito verdadeiro. Mas um pensamento de primeira pessoa não pode ser considerado verdadeiro porque as crenças que o falante associa a si “acidentalmente” são sobre o indivíduo que satisfaz o predicado. O pensamento de primeira pessoa só é verdadeiro se a pessoa que pensa satisfaz o predicado. Ademais, Eric Blair pode ter um pensamento de primeira pessoa mesmo que todas as descrições que ele associe a si próprio não sejam corretas sobre si. Eric Blair pode ter um pensamento verdadeiro sobre si ao se ver no espelho e pensar ‘Eu estou vestindo um paletó marrom’ mesmo que ele creia que satisfaz todas as descrições que são satisfeitas por Aldous Huxley. Ou seja, não é porque Eric Blair crê em descrições que não são satisfeitas por si que ele não pode ter pensamentos de primeira pessoa verdadeiros. Esse tipo de pensamento, conclui Perry, é independente de qualquer crença livre de indexical que o sujeito tenha sobre si mesmo. Esta é a terceira razão contra a ideia de que a crença do sujeito participa do pensamento expresso por uma sentença composta por um indexical.

Uma possível resposta a essa objeção é dizer que a descrição que Eric Blair associa ao ‘eu’ no seu proferimento da sentença ‘Eu sou o escritor de *1984*’ não é livre de indexicais. Mas essa não é uma resposta adequada, pois, diz Perry, não podemos explicar o sentido do ‘eu’ recorrendo a outros indexicais uma vez que não sabemos qual é o sentido dos indexicais. Alguém ainda poderia sugerir que há uma sentença livre de indexicais que tem o valor cognitivo equivalente à sentença ‘Eu sou o escritor de *1984*’ quando pensada por Eric Blair embora não sejamos capazes de explicitá-la. Contra essa



sugestão, diz Perry, já foi mostrado que seria irrelevante a existência de uma tal sentença.

Essas três objeções são, para Perry, razões suficientes para se negar a posição fregeana de que expressões indexicais possam expressar um sentido completante e que, portanto, sentenças compostas por indexicais possam expressar pensamentos de mesma natureza dos pensamentos fregeanos. Descartada a opção descritivista, para Perry, somos persuadidos a ratificar a teoria da referência direta, apresentada na parte final do seu artigo.

### 2.1.2 Teoria da referência direta dos indexicais

A teoria proposta por Perry (1977) irá sustentar as ideias presentes na primeira e na segunda sugestão, a saber, o papel como sentido e o pensamento como informação, e rejeitar a identificação de Frege entre o sentido da sentença e o pensamento expresso por ela. O pensamento deixa de ser composto pelo sentido das expressões subsentenciais da sentença que o expressa e passa a ser um par ordenado composto pelo sentido incompleto do predicado e pelo objeto que é o valor do indexical no contexto de uso (1977, p. 67). O sentido do indexical, i.e., seu papel, mantém a função de ser o modo de apresentação do objeto e ser o portador do valor cognitivo, porém deixa de compor o pensamento ou a proposição.

Retomando o exemplo de ‘Ele é o escritor de 1984’, o pensamento expresso por essa sentença quando apontado para Eric Blair é composto, de acordo com a teoria de Perry, pelo próprio Eric Blair e pelo sentido incompleto do predicado de ser o escritor de 1984, que pode ser representado pelo par  $\langle \hat{x}, \mathcal{S}_p \rangle$ , em que  $\hat{x}$  é Eric Blair ele mesmo, e não um conteúdo conceitual ou descritivo que o represente ou denote, e  $\mathcal{S}_p$  é

o sentido do predicado ‘ser o escritor de 1984’. O uso da mesma sentença acompanhado de uma demonstração que indica um objeto diferente, p.ex., uma demonstração que aponta para Aldous Huxley, irá expressar o pensamento composto por Aldous Huxley ele mesmo, representado por AH, e o sentido do predicado, a saber,  $\langle AH, \mathcal{S}_p \rangle$ . Essa teoria é capaz de distinguir os pensamentos expressos por diferentes usos de uma única sentença e, portanto, explicar sem problemas como os dois usos expressam conteúdo com valores de verdade diferentes. A equivalência indesejada entre os pensamentos expressos por sentenças compostas por indexicais não reaparece porque Perry está isento do compromisso de Frege de localizar o valor cognitivo no pensamento e pode inserir o próprio objeto neste último. Sentenças que têm como termo singular descrições definidas continuam a expressar pensamentos fregeanos. A sentença ‘O autor da frase ‘Big Brother is watching you’ é o escritor de 1984’ expressa um pensamento que pode ser representado pelo par  $\langle \mathcal{S}_{BB}, \mathcal{S}_p \rangle$ . Esse pensamento não é equivalente ao que é expresso pela sentença ‘Ele é o escritor de 1984’ quando demonstrado Eric Blair, visto que este é composto pelo próprio Eric Blair,  $\langle \overset{\circ}{x}, \mathcal{S}_p \rangle$ . Dessa forma, é perfeitamente plausível que o sujeito tenha ações diferentes desencadeadas pela apreensão dos dois pensamentos, afinal são pensamentos distintos.

Na teoria de Perry, deixa de existir o problema que aparece na teoria fregeana da diferença cognitiva entre duas sentenças que usam expressões indexicais diferentes para predicar a mesma propriedade do mesmo objeto (p. 34). Apesar de os proferimentos das sentenças ‘Isto é o *Enterprise*’, demonstrando para a da frente, e ‘Aquilo é o *Enterprise*’, demonstrando a parte de trás do navio, exprimirem o mesmo pensamento composto pelo navio e o sentido do predicado, o sentido das expressões utilizadas, i.e., o papel dos indexicais que representa o modo de apresentação e apreensão do

pensamento e provê com um valor cognitivo o pensamento, diferem. Em outras palavras, expressões indexicais consideradas em contextos diferentes, ainda que exprimam o mesmo pensamento, diferem com relação ao seus papéis; e a diferença do papel das expressões representa a diferença no modo de apreender o mesmo pensamento. Tal diferença justifica a divergência de comportamento e atitudes proposicionais. Resumidamente, “Same thought apprehended, different sense entertained, different behavior.” (PERRY, 1977, p. 68). Com relação ao pensamento composto por Eric Blair e pelo sentido da propriedade de ser o escritor de 1984,  $\langle \overset{\circ}{x}, \mathcal{S}_p \rangle$ , um sujeito pode ter atitudes diferentes se o apreender através de diferentes sentidos. P.ex, pelo sentido de ‘Ele é o escritor de 1984’, o sujeito pode acreditar que o pensamento  $\langle \overset{\circ}{x}, \mathcal{S}_p \rangle$  é verdadeiro, embora o considere falso se apreendido através do sentido de ‘Você é o escritor de 1984’. Já o acesso ao mesmo pensamento através do sentido de ‘Eu sou o escritor de 1984’ só está disponível a Eric Blair; Aldous Huxley pode achar que o apreende através do mesmo sentido que Eric Blair quando pensa que é Eric Blair e tenta apreender o pensamento através do sentido de ‘Eu sou o escritor de 1984’. Contudo, essa via só está *de fato* disponível a Eric Blair, pois é ele que está inserido no pensamento.

Parece ser facilmente observado que é o papel do indexical que justifica a diferença no modo como o pensamento é apreendido quando as expressões indexicais são completamente diferentes. Mas se os sentidos dos indexicais comparados não forem tão distintos, p.ex., os indexicais ‘ele’ e ‘aquele homem’, algumas dúvidas quanto à obviedade dessa explicação podem surgir. Em que exatamente consiste a diferença entre apreender o pensamento  $\langle \overset{\circ}{x}, \mathcal{S}_p \rangle$  pelo sentido da sentença ‘Ele é o escritor de 1984’ e pelo sentido de ‘Aquele homem é o escritor de 1984’? À primeira vista, as duas

expressões indexicais parecem ter exatamente a mesma regra de uso, i.e., o mesmo papel e, conseqüentemente, o mesmo sentido. Mas nós temos intuições que nos dizem que um indivíduo racional pode acreditar no pensamento quando apreendido pelo sentido da primeira sentença mas não acreditar no mesmo pensamento apreendido pelo sentido da segunda sentença. Isso poderia ser o caso, p.ex., em uma situação em que no primeiro proferimento é demonstrado Eric Blair e ele está de costas para o ouvinte e no segundo proferimento Eric Blair está de frente. Perry levanta uma questão semelhante a essa em um exemplo em que um sujeito aponta para Vênus pela manhã e diz ‘Aquela é a Estrela da Manhã’ e aponta para Vênus de noite e diz ‘Aquela não é a Estrela da Manhã’, que é o mesmo que dizer que de noite ele não crê em ‘Aquela é a Estrela da Manhã’. Nessa situação, as duas sentenças expressam o mesmo pensamento, a saber, o pensamento composto por Vênus e sentido do predicado de ser a estrela da manhã, representado por  $\langle \star, \mathcal{S}_M \rangle$ , e aparentemente o mesmo sentido é utilizado para apreender o mesmo pensamento, uma vez que a expressão linguística utilizada para se referir a Venus é a mesma. Porém, o sujeito mantém atitudes proposicionais diferentes perante o conteúdo dos dois proferimentos. Para explicar essa situação, Perry relembra a sutileza do seu princípio de distinção de pensamentos: “The correct principle is simply that no thoughtful person will accept a sense and its negation *in the same context* [...]” (1977, p. 69. Ênfase minha), ou seja, a diferença entre as atitudes proposicionais é justificada com base na diferença entre os contextos dos proferimentos. Anteriormente, Perry havia atribuído valor cognitivo ao papel, ou seja, é ele que justifica a diferença entre atitudes proposicionais com relação ao mesmo pensamento. Com isso Perry quer dizer que contextos fazem parte do sentido do indexical? Ele não discorre mais sobre esse assunto no artigo, mas sua intenção provavelmente foi a de defender que, no caso de um pensamento ser sustentado através do papel de um demonstrativo, a

demonstração que o acompanha faz parte do papel (essa sugestão é efetivamente proposta por Kaplan e será detalhada na próxima seção). Assim, o indivíduo pode acreditar no que foi expresso de manhã pelo proferimento da sentença ‘Aquele é a Estrela da Manhã’ mas não acreditar no que foi expresso à noite pelo proferimento da mesma sentença porque cada proferimento é acompanhado de uma demonstração diferente da outra.

Em suma, a teoria de Perry explica as atitudes proposicionais com relação a pensamentos expressos e apreendidos por expressões indexicais recorrendo ao papel. O pensamento é mantido como objeto de uma atitude proposicional, mas sozinho ele não possui nenhuma significância cognitiva e nem é capaz de provocar nenhuma atitude proposicional. Nesta estão envolvidos dois elementos: um sentido e um pensamento. É importante notar que Perry não faz observação alguma no artigo de 1977 sobre se é possível a um indivíduo ter uma atitude proposicional conhecendo apenas o papel. O que ele diz é que um indivíduo pode expressar um pensamento por uma sentença indexical sem saber que pensamento é esse, p.ex., alguém pode expressar o pensamento que o dia 31 de outubro de 2010 é um belo dia por meio do proferimento da sentença ‘Hoje é um belo dia’, sem saber que o pensamento é sobre o dia 31 de outubro de 2010. Mas em nenhum momento Perry afirma que o indivíduo pode acreditar nesse pensamento. À primeira vista, parece ser legítimo passar da afirmação que um indivíduo pode expressar um pensamento sem saber qual é esse pensamento para a afirmação de que o indivíduo pode manter uma atitude proposicional com relação a um pensamento sem saber qual é esse pensamento. Mas a seguinte situação pode suscitar dúvidas sobre essa inferência. Considere um círculo de pessoas com uma pessoa cega no meio. Se a pessoa cega aponta para algum lugar em sua volta e diz ‘Ele está vestindo um paletó marrom’, para Perry, ela expressou um pensamento mesmo sem saber quem é o

referente de ‘ele’. Mas é duvidoso que ela possa ter alguma atitude proposicional perante seu próprio proferimento, i.e., que ela possa acreditar no que profere.

## 2.2 KAPLAN

Na introdução deste capítulo, mencionei que Kaplan recorre a argumentos modais para justificar porque conteúdos descritivos não podem ser a contribuição semântica de expressões indexicais. Ele mostra que descrições definidas se comportam como designadores não-rígidos enquanto que expressões indexicais se comportam como designadores rígidos. Tendo apenas dois ‘candidatos’ pleiteando a posição de ser conteúdo semântico de expressões indexicais, a saber, conteúdos descritivos e o próprio objeto, e eliminada a possibilidade de conteúdos descritivos serem uma opção adequada, Kaplan conclui que o conteúdo de expressões indexicais é o próprio objeto ao qual ela se refere<sup>10</sup>. Nas próximas subseções, irei desenvolver os argumentos de Kaplan e explicar suas motivações para aderir à teoria da referência direta para indexicais. Antes disso, é preciso, primeiro, esclarecer a terminologia usada por ele. Feito isso, apresento sua teoria, e, por último, exponho as dificuldades da teoria quando confrontada com os problemas de atitudes proposicionais abordados neste trabalho.

### 2.2.1 Questões preliminares

Kaplan faz uso de dois ‘tipos’ de contextos, um chamado de *contexto de uso* e outro de *circunstância de avaliação* ou *situação contrafactual*. Estes dois construtos teóricos são utilizados para representar os elementos contextuais relevantes envolvidos no proferimento de uma sentença indexical e na avaliação do conteúdo do proferimento.

---

<sup>10</sup> Este argumento é semelhante ao oferecido por Kripke (1980) contra teorias descritivistas de nomes próprios.

Os elementos geralmente relevantes no contexto de uso envolvem basicamente um agente ( $\alpha$ ), i.e., o proferidor de uma sentença, um instante temporal ( $\tau$ ), uma localização espacial ( $\mathcal{L}$ ), e um mundo possível ( $w$ ), mas outros elementos também podem ser incluídos dependendo do que é relevante para a expressão indexical usada. Se o indexical utilizado for ‘eu’, ‘aqui’ ou ‘agora’, os elementos básicos citados são suficientes; se for um demonstrativo, como ‘isto’, ‘ele’ ou ‘aquele’, além dos elementos básicos, é preciso adicionar o objeto demonstrado ( $\mathcal{d}$ ). Já os elementos relevantes envolvidos no construto teórico que representa uma circunstância de avaliação serão determinados de acordo com a proposição a ser avaliada. Se a sentença avaliada for ‘Eric Blair é o escritor de 1984’, devem ser considerados na circunstância de avaliação considerada Eric Blair e um mundo possível para determinar a extensão do predicado ‘ser o escritor de 1984’, i.e., o conjunto dos indivíduos que satisfazem o predicado. A diferença entre o contexto de uso e a circunstância de avaliação aparece no emprego que é feito do construto teórico  $\langle \alpha, \tau, \mathcal{L}, w \rangle$ . Se estiver representando os elementos envolvidos no proferimento da sentença, então a n-upla é chamada de contexto de uso, e nessa ocasião será determinado o conteúdo expresso pelo proferimento<sup>11</sup>. P.ex., a sentença ‘Eu sou o escritor de 1984’ proferida por Aldous Huxley, no mundo atual,  $w_\alpha$ , em um instante temporal  $\tau'$  e um local  $\mathcal{L}'$ , tem os elementos relevantes do contexto de uso representados por  $\langle AH, \tau', \mathcal{L}', w_\alpha \rangle$ . O conteúdo do que é expresso pela sentença composta por um indexical é determinado pelas regras linguísticas das expressões que compõem a sentença considerando os parâmetros do contexto de uso. No caso da sentença exemplificada, a regra linguística do ‘eu’ pede para que seja carregado para a

---

<sup>11</sup> Apesar de eu falar de proferimento de sentença, para Kaplan, o *input* da teoria semântica não é uma ocorrência concreta de uma expressão linguística, a saber, uma expressão falada ou escrita. O que está em análise é o que ele chama de *ocorrência*, i.e., uma sentença em um contexto (“sentence-in-a-context”), a combinação de uma expressão e um contexto. Um dos motivos para essa distinção e para a opção de Kaplan de tratar de ocorrências e não de proferimentos estão ligados a problemas que aparecem na formalização de argumentos na lógica dos demonstrativos. Ver KAPLAN (1989), p. 522-3, 546.

proposição o proferidor ou o agente do contexto e a do predicado pede que seja levado para a proposição a função da propriedade que ele representa, conteúdo que pode ser representado por  $\langle AH, \mathcal{P} \rangle$ . Depois de determinado o conteúdo do proferimento, avaliamos seu valor de verdade recorrendo aos elementos relevantes indicados pela proposição. Esses elementos também podem ser organizados em n-uplas, e são chamados de circunstância de avaliação. Para avaliarmos o valor de verdade da proposição  $\langle AH, \mathcal{P} \rangle$  iremos considerar circunstâncias que envolvem os parâmetros indicados pela proposição que são Aldous Huxley, algum instante temporal, uma localização espacial em um mundo possível,  $\langle AH, t, l, w \rangle$ , e avaliaremos se, com relação a esses parâmetros, a função que representa a propriedade é ou não satisfeita por Aldous Huxley, i.e., se o conteúdo é verdadeiro ou falso. Um contexto de uso e uma circunstância de avaliação podem ser compostos pelos mesmos elementos, como é o caso quando avaliamos o valor de verdade do proferimento de Aldous Huxley com relação ao mundo, o instante temporal e a localização espacial em que ele fez o proferimento (nesse caso, o conteúdo é falso, visto que no mundo atual quem escreveu *1984* foi Eric Blair). Essas duas noções serão melhor esclarecidas no decorrer da argumentação de Kaplan, por ora basta saber que Kaplan distingue o momento em que o conteúdo é expresso do momento em que ele é avaliado.

No início desta seção afirmei que Kaplan considera que expressões indexicais são designadores rígidos (os motivos serão apresentados na seção seguinte). O conceito de ‘designador rígido’ foi cunhado por Saul Kripke em suas famosas conferências de 1970. Contudo, de acordo com Kaplan, Kripke oferece duas definições diferentes do que é um designador rígido. A primeira diz que um designador rígido faz referência ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis, inclusive nos mundos em que o objeto não existe: “Let’s call something a *rigid designator* if in every possible world it



designates the same object [...]” (KRIPKE, 1980, p. 48). No parágrafo seguinte ao do trecho citado, Kripke parece ‘enfraquecer’ sua noção ao dizer que “[...] a designator rigidly designates a certain object if it designates that object wherever the object exists.” (KRIPKE, 1980, p. 49), i.e., que um designador rígido é aquele que designa o mesmo objeto *apenas nos mundos possíveis em que o objeto existe*, e nos que ele não existe, não designa nada. O modo como Kaplan usa o termo ‘designador rígido’ está conforme a primeira acepção: um indexical é um termo que se refere ao mesmo objeto, previamente determinado no contexto do uso, em todos os mundos possíveis, inclusive naqueles em que o objeto não existe. Isso significa que a sentença ‘Eu sou o escritor de 1984’ pode ser considerada em inúmeros contextos de uso, contextos em que Aldous Huxley é o proferidor, ou em que Eric Blair é o proferidor, etc., e, portanto, expressar mais de um conteúdo, pois a regra de uso do ‘eu’ pode fixar conteúdos diferentes em cada contexto. Porém, uma vez fixado o referente do indexical ‘eu’, os elementos que podem variar em circunstâncias de avaliação para avaliar o conteúdo são o instante temporal, localização espacial e mundo possível; o agente deve se manter o mesmo porque ele é o referente de uma expressão que designa rigidamente. São circunstâncias de avaliação do proferimento de Aldous Huxley de ‘Eu sou o escritor de 1984’ em  $\tau'$ ,  $\mathcal{L}'$ , no mundo atual:  $\langle \text{AH}, \tau', \mathcal{L}', w_\alpha \rangle$ , i.e., uma circunstância idêntica ao contexto;  $\langle \text{AH}, \tau'', \mathcal{L}'', w_\alpha \rangle$ , uma circunstância que difere do contexto de uso no instante temporal e no local do proferimento, mas estão contidos no mesmo mundo possível;  $\langle \text{AH}, \tau', \mathcal{L}', w'' \rangle$ , tal que o mundo  $w''$  é um mundo em que Aldous Huxley é o escritor de 1984, etc. Não são circunstâncias de avaliação da proposição expressa pelo proferimento de Aldous Huxley n-uplas ordenadas em que o objeto que se avalia se satisfaz ou não o

predicado de ‘ser o escritor de 1984’ é diferente de Aldous Huxley, p.ex.,  $\langle \overset{\circ}{\tau}, \tau', \mathcal{U}, w_\alpha \rangle$ , onde  $\overset{\circ}{\tau}$  representa Eric Blair ele mesmo.

Diferente do que acontece com expressões indexicais, a maioria das descrições definidas não mantém em todas as circunstâncias de avaliação a estabilidade do referente que a satisfaz no contexto de uso, logo, são *não-rígidas*. A descrição ‘O autor de *A Revolução dos Bichos*’, em todos os contextos de uso, expressa o mesmo conteúdo, a saber, a função que representa a propriedade de ser o único indivíduo autor de *A Revolução dos Bichos*. Quando essa descrição compõe uma sentença, p.ex., a sentença ‘O autor de *A revolução dos Bichos* é o escritor de 1984’, esta expressará em todos os contextos de uso uma única proposição, que pode ser representada por  $\langle \mathcal{d}\mathcal{d}_{RB}, \mathcal{P} \rangle$ , onde  $\mathcal{d}\mathcal{d}_{RB}$  representa a função da descrição ‘o autor de *A Revolução dos Bichos*’. Ao avaliar este conteúdo, verificamos se nas circunstâncias de avaliação a função que representa a propriedade de ser o autor de *A Revolução dos Bichos* é satisfeita por um e apenas um indivíduo e se ele também satisfaz a função que representa o predicado de ser o escritor de 1984. No mundo atual, Eric Blair é o único indivíduo que satisfaz a propriedade expressa pela descrição definida, portanto, nessa circunstância, ‘o autor de *A Revolução dos Bichos*’ se referirá a Eric Blair. Num mundo em que Aldous Huxley satisfaz a propriedade de ser o autor de *A Revolução dos Bichos*, a descrição se refere a Aldous Huxley e ele é o indivíduo relevante para avaliar o valor de verdade da proposição. Ou seja, o indivíduo a ser considerado em circunstâncias de avaliação como relevante para o valor de verdade do conteúdo de sentenças compostas por descrições pode mudar de acordo com as circunstâncias dependendo de quem satisfizer, no mundo possível de cada circunstância, a propriedade expressa pela descrição.

Nem todas as descrições se comportam dessa forma. Há descrições que se referem ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis, como as descrições de objetos necessários, que são, em geral, descrições de objetos da matemática ou geometria, como ‘o número par primo’, ‘a figura geométrica com três lados iguais’, etc.<sup>12</sup> Mas, para Kaplan, ainda há diferenças entre indexicais e descrições rígidas. Uma descrição definida rígida, ainda que se refira ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis, se refere a ele por um mecanismo de satisfação; “acontece” de ser o mesmo objeto determinado em todos os mundos possíveis, mas o seu conteúdo semântico é uma propriedade que só pode ser satisfeita por um único objeto. Uma expressão indexical é rígida porque é diretamente referencial, i.e., seu conteúdo semântico é apenas o próprio objeto. Apesar de o seu conteúdo poder variar de contexto para contexto, uma vez determinado o referente do indexical, em um contexto de uso, ele será automaticamente considerado em circunstâncias de avaliação.

### 2.2.2 Argumentos para um tratamento diretamente referencial de indexicais

A teoria de Kaplan se baseia em dois princípios que ele caracteriza como óbvios. O primeiro afirma que o referente do indexical puro depende do contexto e o referente do demonstrativo depende da demonstração associada a ele, ou seja, diferentes usos de ‘eu’, ‘aqui’, ‘ele’, ‘aquele’, etc., podem se referir a diferentes objetos. Esse princípio é aparentemente não controverso; quando Eric Blair profere ‘eu’, seu uso faz referência a Eric Blair, e quando Aldous Huxley profere ‘eu’, seu proferimento se refere a Aldous Huxley. Ou, no caso dos demonstrativos, quando alguém profere ‘ele’ e aponta para

---

<sup>12</sup> Por meio de uma manobra artificial é possível tornar as descrições definidas não-rígidas em rígidas. Para isso, basta adicionar o operador de atualidade, @. Mas isso fará com que a descrição perca sua característica de descrição, a saber, de se referir a um objeto por meio da satisfação da condição expressa por ela e se torne uma expressão diretamente referencial. Isso porque, para Kaplan, o operador @ é um indexical puro, e uma descrição composta por um indexical puro é igualmente um indexical puro.

Eric Blair, o referente do proferimento da expressão é Eric Blair, mas se proferir a mesma expressão e apontar para Flipper, o referente será Flipper, ou seja, o referente de um proferimento de ‘ele’ depende de qual é o objeto demonstrado. O segundo princípio, tópico desta subseção, afirma que indexicais puros e demonstrativos são diretamente referenciais, ou seja, assim como Perry, Kaplan também defende que a única contribuição semântica de indexicais é o próprio objeto. Os argumentos de Kaplan para esse princípio recorrem a exemplos de argumentos modais.

O primeiro exemplo Kaplan utiliza para mostrar porque o significado linguístico dos indexicais puros não pode fazer parte da proposição expressa. Considere um proferimento de Eric Blair de ‘Eu gostaria que eu não estivesse falando agora’ em  $t'$ . Se o significado linguístico dos indexicais fosse o conteúdo expresso por eles, então Eric Blair estaria desejando algo como o proferidor da sentença não estar falando no momento do proferimento. Sabemos que descrições definidas, em circunstâncias de avaliação, se referem ao objeto que satisfaz a condição expressa por aquelas. Portanto, o mundo possível que Eric Blair deseja é aquele em que o proferidor não está falando no momento em que profere o proferimento. Entretanto, em nenhuma circunstância de avaliação pode haver algum indivíduo que satisfaz a condição de ser o proferidor do proferimento no momento em que o proferimento é proferido sem que esteja falando. Ou seja, se fosse o caso de indexicais puros expressarem um conteúdo composto apenas do significado linguístico, Eric Blair estaria desejando uma situação impossível. Contudo, nossas intuições nos conduzem a afirmar o contrário, inclusive somos capazes de descrever a situação em que o desejo de Eric Blair é realizado, a saber, um mundo possível em que Eric Blair não esteja falando em  $t'$ . Logo, considerar o significado linguístico de indexicais puros como o único conteúdo expresso por eles não pode ser correto.

Com isso, Kaplan não quer descartar a contribuição do significado linguístico, que ele chama de caráter, para determinar o conteúdo do indexical. Para ele, essa situação mostra que a tese abaixo é correta:

*(T1) The descriptive meaning of a pure indexical determines the referent of the indexical with respect to a context of use but is either inapplicable or irrelevant to determining a referent with respect to a circumstance of evaluation. (KAPLAN, 1989b, p.500)*

Ou seja, ‘o proferidor’ e ‘o instante do proferimento’ são descrições necessárias para determinar o referente do indexical no contexto de uso, porém nas circunstâncias de avaliação elas não atuam. Em circunstâncias de avaliação, o que está sendo considerado é o próprio objeto, como podemos perceber na descrição que fazemos da situação em que o desejo de Eric Blair é satisfeito: dizemos que nessa situação *Eric Blair* não está falando em  $t'$ . Disso Kaplan obtém a segunda tese:

*(T2) When what was said in using a pure indexical in a context c is to be evaluated with respect to an arbitrary circumstance, the relevant object is always the referent of the indexical with respect to the context c. (KAPLAN, 1989b, p.500)*

Esta segunda tese diz que, em qualquer circunstância de avaliação, o objeto relevante para determinar o valor de verdade do conteúdo expresso por um proferimento de uma sentença composta por um indexical é o objeto determinado pelo caráter do indexical no contexto de uso. Tanto o caráter quanto o conteúdo são entendidos, por Kaplan, como funções: o primeiro é uma função que, partindo de um contexto, determina um conteúdo. Este, por sua vez, é uma função que, em circunstâncias de avaliação, determina extensões apropriadas para a expressão considerada: um objeto para nomes próprios, descrições definidas ou indexicais; um conjunto de indivíduos para o conteúdo

de um predicado; e um valor de verdade, quando a função for conteúdo de uma sentença ou de um proferimento.

O caráter dos indexicais possui uma sensibilidade contextual ausente no caráter dos nomes próprios e descrições definidas, pois a cada contexto, um novo conteúdo pode ser determinado. O caráter de ‘eu’ considerado num contexto em que Eric Blair é o proferidor, expressa um conteúdo que, para Kaplan, é composto pelo próprio Eric Blair. Considerando o mesmo caráter em um contexto em que o proferidor é Aldous Huxley, ele irá determinar outro conteúdo, a saber, um conteúdo composto pelo próprio Aldous Huxley. O mesmo não se segue com nomes próprios nem descrições definidas; o nome próprio ‘Eric Blair’ considerado em qualquer contexto expressará *sempre* o conteúdo que, para Kaplan, é composto pelo próprio Eric Blair. Da mesma forma com os nomes ‘Aldous Huxley’, ‘Flipper’, ‘Ana Luísa’, etc. A descrição ‘o autor de *A Revolução dos Bichos*’ tem um caráter que também determina o mesmo conteúdo em qualquer contexto de proferimento, a saber, a propriedade de ser o autor de *A Revolução dos Bichos* satisfeita por um e apenas indivíduo.

Com relação ao conteúdo, indexicais e nomes próprios mantêm uma estabilidade que não é mantida no caso das descrições. Aqueles, por serem diretamente referenciais, determinam o mesmo objeto em todas as circunstâncias de avaliação. Ou seja, todas as circunstâncias de avaliação adequadas para avaliar o conteúdo do proferimento feito por Eric Blair de ‘Eu sou o escritor de *1984*’ terão Eric Blair como parâmetro, pois o conteúdo do indexical ‘eu’ é o próprio Eric Blair. Assim como todas as circunstâncias de avaliação adequadas para avaliar o conteúdo da sentença ‘Eric Blair é o escritor de *1984*’ serão constituídas necessariamente por Eric Blair. Com as descrições definidas o objeto que o conteúdo determina na circunstância de avaliação pode variar, pois o conteúdo não é um objeto mas sim uma condição que pode ser satisfeita por diferentes

objetos dependendo do mundo considerado. A descrição ‘o autor de *A Revolução dos Bichos*’, considerada no mundo atual, se refere a Eric Blair porque é ele que satisfaz a condição expressa por ela. No mundo  $w$  (p.48), sabemos que quem satisfaz essa condição é Aldous Huxley, portanto o objeto relevante para avaliar, nesse mundo, o valor de verdade do conteúdo de uma sentença composta pela descrição é Aldous Huxley.

A incompatibilidade entre o comportamento do caráter e do conteúdo de indexicais e descrições definidas é razão suficiente para não podermos identificar uma expressão com outra e dizer que ‘eu’ e ‘o proferidor’, ou ‘agora’ e ‘o momento do proferimento’ são intersubstituíveis. Para que duas expressões sejam intersubstituíveis, elas precisam concordar em caráter e em conteúdo, pois isso implicará que, em contextos idênticos, as duas expressões firmarão o mesmo conteúdo, e que, em todas as circunstâncias de avaliação, elas terão a mesma extensão. Essas duas condições são expressas pelos dois princípios de Kaplan:

(F1) The character of the whole is a function of the character of the parts. That is, if two compound well-formed expressions differ only with respect to components which have the same Character, then the Character of the compounds is the same. (KAPLAN, 1989b, p.507)

e

(F2) The Content of the whole is a function of the Content of the parts. That is, if two compound well-formed expressions, each set in (possibly different) contexts differ only with respect to components which *when taken in their respective contexts* have the same content, then the content of the two compounds *each taken in its own context* is the same. (KAPLAN, 1989b, p.507)

O primeiro dá condições para afirmarmos a identidade do caráter, e o segundo, do conteúdo. Se duas expressões linguísticas cumprirem (F1) e (F2), então elas são intersubstituíveis.

Esses são os argumentos de Kaplan a favor do tratamento diretamente referencial de indexicais puros. Em poucas palavras, indexicais puros são diretamente referenciais porque não podem ser substituídos por nenhuma descrição definida.

Os argumentos de Kaplan para mostrar que demonstrativos também são diretamente referenciais, novamente, recorrem a argumentos modais. A estrutura dos argumentos também é muito similar. Com indexicais puros, Kaplan mostrou que o seu caráter não pode ser o conteúdo. O mesmo será argumentado para demonstrativos. A diferença reside na estrutura interna do caráter de um indexical puro e do caráter de um demonstrativo. Enquanto o caráter do indexical puro é ‘completo’, ou seja, ele por si só, considerado em um contexto, é suficiente para revelar um referente, o caráter do demonstrativo precisa de um elemento extralinguístico para cumprir a mesma função, a saber, uma demonstração, um olhar ou qualquer outra saliência contextual. Suponha um contexto em que esteja presente Eric Blair, Aldous Huxley e Flipper. Se, nesse contexto, considerarmos apenas a sentença ‘Ele é o escritor de *1984*’ sem qualquer demonstração, ainda não seremos capazes determinar um conteúdo. Seria o conteúdo que Eric Blair é o escritor de *1984*? Ou que Aldous Huxley é o escritor de *1984*? Ou ainda que Flipper é o escritor de *1984*? Sem alguma evidência presente no contexto não se pode dizer que a sentença expressa o primeiro, o segundo ou o terceiro conteúdo. Por isso, afirma Kaplan, o caráter de um demonstrativo é composto pela regra linguística justaposta a uma demonstração. Mas essa definição precisa ser melhor refinada, pois elementos extralinguísticos não podem compor uma regra linguística. Para resolver esse “problema”, Kaplan propõe traduzir a demonstração que acompanha o demonstrativo



em uma descrição definida que seja satisfeita pelo objeto demonstrado pela demonstração. Suponhamos, então, que no exemplo haja uma demonstração para Eric Blair e suponha que ele seja o único indivíduo do contexto vestindo um paletó marrom. Nesse caso, o caráter completo do demonstrativo ‘ele’ é uma regra como: ‘o indivíduo do sexo masculino demonstrado pelo falante vestindo um paletó marrom’, e, nesse contexto, se refere a Eric Blair.

Agora, suponha que o caráter do demonstrativo seja o conteúdo expresso por ele. A proposição expressa no contexto acima descrito seria, então, que o indivíduo do sexo masculino vestindo um paletó marrom demonstrado pelo falante é o escritor de *1984*. Sabemos que descrições, quando consideradas em circunstâncias contrafactuais, se referem ao objeto que a satisfaz na circunstância. Imaginemos uma circunstância em que Aldous Huxley seja o indivíduo que satisfaz a descrição e que Eric Blair continue sendo o escritor de *1984*. Seria correto, i.e, estaria de acordo com nossas intuições, dizer que, nessa circunstância, o conteúdo daquilo que foi proferido no contexto descrito no parágrafo anterior é falso? Para Kaplan, é certo que não. Uma circunstância de avaliação que falsifica o que foi expresso por ‘Ele é o escritor de *1984*’ demonstrando para Eric Blair é uma circunstância em que Eric Blair não é o escritor de *1984*, pois é de Eric Blair que está sendo predicada a propriedade de ser o escritor de *1984* e não de qualquer indivíduo que possa ser demonstrado por aquela demonstração, i.e., e não de qualquer indivíduo que esteja vestindo um paletó marrom. Além do mais, queremos também considerar circunstâncias nas quais pode não haver demonstrações sendo feitas. Considere uma circunstância em um mundo  $w'''$  em que Eric Blair seja o escritor de *1984*, mas que não haja nenhuma demonstração para Eric Blair. Nesse caso, seria o conteúdo expresso no contexto falso porque não há objeto que satisfaz a descrição ou a demonstração? Novamente, nossas intuições parecem nos encaminhar para uma

resposta negativa a essa pergunta. A partir dessas considerações, para Kaplan, parece ser correto o que é afirmado na tese abaixo:

(T3) the relevant features of the demonstratum *qua demonstratum* (compare, the relevant features of the  $x$  *qua the x Fx*)—namely, that the speaker is pointing at it, that it has a certain appearance, is presented in a certain way—cannot be the essential characteristics used to identify the relevant individual in counterfactual situations. (Kaplan, 1989b, p.513)

No caso dos demonstrativos, o caráter também tem apenas a função de fixar o referente do indexical no contexto de uso, mas o que é considerado em circunstâncias de avaliação é o próprio objeto e não aquilo que teria sido demonstrado em várias circunstâncias de avaliação. Ou seja, demonstrativos são designadores rígidos e não podem ter como contribuição semântica o conteúdo de uma descrição definida, pois descrições definidas são não-rígidas e se comportam de modo diferente dos demonstrativos em circunstâncias de avaliação.

### 2.2.3 O problema da atribuição de atitudes proposicionais

Sempre que teorias da referência direta estão sendo discutidas, emerge a questão da diferença no valor cognitivo entre o conteúdo de duas sentenças que usam diferentes expressões linguísticas diretamente referenciais para predicar a mesma propriedade do mesmo objeto. Como vimos no capítulo 1, Frege lida com esse problema mantendo a significância cognitiva da proposição nela mesma, e, por isso, inserindo o sentido da demonstração, ou modo de apresentação do objeto, na proposição. Consequentemente, Frege rejeita a teoria da referência direta. Perry opta por fazer a distinção entre objetos de atitudes proposicionais – proposições ou pensamentos – e aquilo que detém significância cognitiva. Ele mantém a postura de que as proposições são compostas

pelos próprios objetos, mas é o modo de apreender o conteúdo que tem valor cognitivo. Kaplan seguirá o mesmo caminho de Perry.

Reconsideremos o exemplo do navio *Enterprise* de Perry. Apresentei que, para Kaplan, o caráter do demonstrativo requer a complementação de uma demonstração, e, para cumprir essa função, esta é traduzida para uma descrição. Portanto, o caráter completo do demonstrativo ‘isto’ quando considerado no caso em que a ele é associado a demonstração para a parte da frente do navio seria uma descrição similar a ‘o navio que tem a parte da frente demonstrada’, representada por  $isto (dd'_{EN})$ , e o caráter do demonstrativo quando considerado no caso em que é associado a demonstração para a parte de trás seria expresso por uma descrição equivalente a ‘o navio que tem a parte de trás demonstrada’, representada por  $isto (dd''_{EN})$ . Assim como Perry, Kaplan também defende que o valor cognitivo reside no caráter. Pelo princípio de composicionalidade do caráter, (F1), (p. 54), temos que o caráter da primeira ocorrência da sentença é composto pelo caráter do demonstrativo no primeiro contexto justaposto ao caráter do predicado, representado por  $\{isto (dd'_{EN}), N\}$ , onde ‘N’ representa a função do predicado ‘ser o *Enterprise*’, enquanto que o caráter da segunda ocorrência da sentença é composto pelo caráter do demonstrativo considerado no segundo contexto justaposto ao caráter do predicado, representado por  $\{isto (dd''_{EN}), N\}$ . Sendo o caráter o objeto com relação ao qual uma sujeito mantém uma atitude proposicional, e comparando atitudes mantidas com relação a dois caracteres diferentes, não há problemas em manter atitudes proposicionais diferentes ainda que elas sejam com relação ao mesmo conteúdo, como é o caso do sujeito que acredita no que é expresso no primeiro contexto mas não acredita no que é expresso no segundo contexto.

Esse modo de explicar as atitudes proposicionais também parece ser eficiente para justificar por que a racionalidade do sujeito não precisa ser abandonada no caso de ele não acreditar no que é expresso pelo proferimento de ‘Este navio é este navio’, sendo o primeiro demonstrativo acompanhado por uma demonstração que aponta para a parte da frente do *Enterprise*, e o segundo demonstrativo acompanhado por uma demonstração que aponta para a parte de trás do *Enterprise*. Os dois demonstrativos têm caracteres distintos, porque são acompanhados por demonstrações distintas, e apresentam o objeto por modos de apresentação distintos. Essa sentença, considerada no contexto descrito, é análoga a uma sentença de identidade entre duas descrições definidas como ‘O autor de *A Revolução dos Bichos* é o escritor de *1984*’.

Apesar de Kaplan atribuir significância cognitiva ao caráter, ele reconhece que este não pode ser o objeto do pensamento ou de atitudes proposicionais, como pode ser percebido no trecho abaixo:

[...] Is character, then, the object of thought?  
If you and I both say to ourselves,

(B) "I am getting bored"

have we thought the same thing? We could not have, because what you thought was true while what I thought was false. (1989b, p.530)

Se o caráter sozinho fosse objeto de atitude proposicional e, por extensão, objeto do pensamento, então o que Eric Blair pensa quando diz a si mesmo ‘Eu sou o escritor de *1984*’ e o que Aldous Huxley pensa quando diz a si mesmo a mesma sentença seriam idênticos. Mas isso não pode ser correto, pois o que Eric Blair pensa é verdadeiro, enquanto que o que Aldous Huxley pensa é falso, e, pelo critério de distinção de

pensamentos, um pensamento não pode ter dois valores de verdade diferentes<sup>13</sup>. Também não pode ser a posição de Kaplan que o objeto de atitudes proposicionais seja apenas o conteúdo, uma vez que o conteúdo de proferimentos de sentenças compostas por indexicais são compostos pelo próprio objeto, e, então, retornaríamos ao problema que incitou Frege a bipartir o conteúdo semântico. A terceira opção que resta a Kaplan é dizer que o objeto de atitudes proposicionais é um complexo formado pelo conteúdo e pelo caráter. O que Eric Blair pensa quando diz a si mesmo ‘Eu sou o escritor de 1984’ é um composto do conteúdo determinado pelo caráter,  $\langle \frac{\phi}{\alpha}, \mathcal{P} \rangle$ , mais o caráter do ‘eu’ que é o caráter por meio do qual ele acessa a proposição.

Nenhuma dessas opções parece ser legitimamente atribuível a Kaplan. Ao mesmo tempo em que ele diz que o objeto de uma atitude proposicional não pode ser apenas o caráter, em alguns casos ele recorre apenas ao caráter para justificar sua posição de que um indivíduo pode crer no que é expresso por um proferimento sem saber o conteúdo expresso por ele: “A kidnapped heiress, locked in the trunk of a car, knowing neither the time nor where she is, may think ‘It is quiet here now’” (KAPLAN, 1989b, p.536). Na nota seguinte ao trecho acima, ele ainda ratifica sua posição:

‘Can the heiress plead that she could not have believed a singular proposition involving the place  $p$  since when thinking ‘here’ she didn’t *know* she was at  $p$ , that she was, in fact, unacquainted with the place  $p$ ? No! Ignorance of the referent is no excuse.’(1989b, p.536)

A intenção de Kaplan parece ser a de defender uma posição muito similar à de Perry, a saber, a de que o conteúdo de um pensamento deve ser livre de qualquer significância cognitiva e esta é dada pela perspectiva através da qual a proposição é apresentada. E, apesar de não ser possível apreender um conteúdo sem uma perspectiva,

---

<sup>13</sup> Comparar com a primeira sugestão de Perry (p. 32).

i.e., sem ser através de um caráter, os dois não se confundem. Ainda que essa seja a posição de Kaplan, é difícil perceber como ele pode defender isso e negar que o objeto de uma atitude proposicional seja uma combinação entre um caráter e um conteúdo, para sustentar que um indivíduo possa manter uma atitude proposicional com relação a apenas um caráter. Será possível ter atitudes proposicionais sem saber qual o conteúdo é acreditado, pensado, negado, duvidado? A intuição de Kaplan parece dizer que sim, embora seja difícil de depreender de seu ensaio de 1989b exatamente o que isso significa.

### 3 PODEM DEMONSTRATIVOS NÃO TER SENTIDO?

No primeiro capítulo deste trabalho, vimos uma opção de teoria da referência descritivista e no segundo capítulo duas teorias da referência direta. A primeira se fundamenta em argumentos que envolvem atitudes proposicionais, enquanto a segunda se baseia em argumentos modais, no caso de Kaplan, ou se baseia apontando problemas internos na teoria oposta, no caso de Perry. Neste capítulo, passo para as objeções de Richard Heck (2002) contra a teoria de Perry para expressões indexicais. Suas objeções são fundamentadas em uma determinada concepção de comunicação e mostram como a teoria não se ajusta a essa concepção, que, para Heck, é a pretensão de Perry.

Antes do seu artigo sobre o sentido de expressões indexicais, Heck (1995) já havia elaborado uma objeção semelhante contra teorias da referência direta para nomes próprios. Como nomes próprios são expressões mais “simples”, no sentido de não serem sensíveis ao contexto, penso ser melhor primeiro apresentar o argumento de Heck para nomes próprios e, em seguida, desenvolver o argumento para indexicais. Para isso, primeiro apresento sua concepção de comunicação e exponho como ela pode influenciar na decisão sobre qual é a contribuição semântica de nomes próprios. Depois, mostro como, para Heck, o mesmo ocorre com expressões indexicais.

Antes de passar para os argumentos de Heck, preciso fazer algumas distinções terminológicas a fim de evitar mal-entendidos. Por causa da sua concepção de comunicação, Heck precisa distinguir três elementos que estão envolvidos em uma atitude proposicional; são eles: proposição, valor cognitivo e conteúdo cognitivo. A proposição é, para Heck, o significado ou conteúdo que é expresso por uma sentença ou proferimento de uma sentença (a mesma definição de Frege, Kaplan e Perry). O que eu chamo simplesmente de ‘valor cognitivo’ Heck chama de ‘valor cognitivo comum’ que significa o mesmo que, para ele, é o que Frege chama de valor cognitivo (p. 12), em

suas palavras, ‘utility for the acquisition and application of knowledge, for reasoning, and so forth’ (Heck, 1995, p.86). Como mostrei no início do capítulo 1, para Frege, o fato de a sentença ‘Eric Blair é George Orwell’ possibilitar ao indivíduo fazer mais inferências do que a sentença ‘Eric Blair é Eric Blair’ quer dizer que os valores cognitivos das duas sentenças são diferentes. Porém, adverte Heck, nem todos os falantes fazem as mesmas inferências quando de posse do mesmo valor cognitivo. Afinal quantas e quais serão as inferências feitas depende das crenças que cada falante possui. Vejamos como aparece essa diferença entre as inferências individuais que cada sujeito pode fazer, p.ex., com o valor cognitivo adquirido pelo sujeito que aceita como verdadeiro o conteúdo expresso pela sentença ‘Eric Blair tem a voz ligeiramente afeminada’. Suponha que o sujeito  $X$ , antes de crer na proposição expressa pela sentença acima, cria que George Orwell é o escritor de *1984* e que George Orwell é idêntico a Eric Blair. A inferência que ele pode fazer ao passar a crer que Eric Blair tem a voz ligeiramente afeminada é que George Orwell tem a voz ligeiramente afeminada. Suponha, agora, que o sujeito  $Y$  crê que George Orwell é o escritor de *1984*, mas não crê que George Orwell é idêntico a Eric Blair. Então  $Y$ , ao acreditar que Eric Blair tem a voz ligeiramente afeminada, não está em posição de inferir que George Orwell tem a voz ligeiramente afeminada, como pode inferir  $X$ . Logo, o valor cognitivo expresso pela sentença ‘Eric Blair tem a voz ligeiramente afeminada’ é diferente para  $X$  e para  $Y$ , i.e., para cada indivíduo o valor cognitivo de uma proposição é diferente. Heck não altera a terminologia para falar desse valor cognitivo para o falante, porém, para evitar equívocos, eu chamarei o valor cognitivo para um falante de ‘conteúdo cognitivo’. Ou seja, o valor cognitivo, p.ex., do que é expresso pela proposição ‘Eric Blair tem a voz



ligeiramente afeminada' pode ser o valor cognitivo de vários conteúdos cognitivos, que variam de falante para falante.

O motivo de Heck para insistir que haja um valor cognitivo comum a todos os conteúdos cognitivos que são adquiridos pela aceitação de uma mesma sentença é que, para ele, parecer haver um único conteúdo em que os sujeitos passam a acreditar ao aceitar a sentença como verdadeira, que é o conteúdo da crença a partir do qual o conteúdo das outras crenças podem ser inferidos (Heck, 1995, p.87, nota 11).

### 3.1 CONCEPÇÃO DE COMUNICAÇÃO

A ideia por trás da concepção de comunicação de Heck é muito básica e intuitiva. Todos nós temos crenças acerca do mundo, e transmitir o conteúdo dessas crenças é um dentre os vários motivos que nos incitam a nos comunicar uns com os outros. A fim de alcançar esse propósito, proferimos sentenças que julgamos serem adequadas para passar o conteúdo de uma crença que temos. P.ex., um professor de literatura tem a crença de que Eric Blair é o escritor de *1984* e deseja passar esse conteúdo aos seus alunos. Para isso, ele irá proferir uma sentença que expressa adequadamente o conteúdo de sua crença, que, nesse caso, é a sentença 'Eric Blair é o escritor de *1984*'. Mas para que a comunicação seja bem sucedida, não basta que apenas o falante cumpra suas "funções", ainda é preciso que os ouvintes entendam adequadamente a sentença ou o proferimento de uma sentença, se for o caso de uma sentença composta por um indexical. Entender uma sentença (ou um proferimento) significa entender seu significado. Como o significado de uma sentença é a proposição por ela expressa, dizer que alguém entende uma sentença é o mesmo que dizer que ele entende a proposição por ela expressa. Isto quer dizer que podemos afirmar que os

alunos entenderam a sentença ‘Eric Blair é o escritor de 1984’ se, e somente se, eles entenderam a proposição expressa pela sentença. Ao entender a proposição, se eles estiverem dispostos a acreditar no que é expresso, então eles passarão a ter a mesma crença que a do professor. A explicação de Heck sobre o que significa dizer que a crença do professor e do aluno são a mesma é que irá definir sua concepção de comunicação.

Para Heck, Frege defende que o pensamento que o professor comunica, que é o objeto de sua crença, é idêntico ao pensamento que o aluno apreende. Heck se refere às posições que apresentam esse tipo de descrição sobre a transmissão de crenças de *Concepção Ingênua da Comunicação* (Heck, 2002, p.19). Mas há um problema em dizer que, rigorosamente, os conteúdos da crença do professor e da crença do aluno são *exatamente* o mesmo. Apesar de Heck mostrar com nomes próprios como pode ser duvidoso que falante e ouvinte creiam exatamente no mesmo conteúdo, o problema se torna mais nítido com expressões indexicais. Suponha que, ao entender e crer na proposição expressa pela sentença, o ouvinte passe a crer exatamente no mesmo conteúdo que o falante crê. Disso se segue que, se Eric Blair transmite o conteúdo de sua crença de autoconsciência (“self-conscious”) pela sentença ‘Eu sou o escritor de 1984’, então um ouvinte, ao entender e crer na proposição expressa, passa a ter uma crença de autoconsciência. Porém, é duvidoso que outra pessoa além de Eric Blair possa ter essa crença de autoconsciência. Além disso, é duvidoso que Eric Blair queira transmitir ao ouvinte uma crença de autoconsciência sobre o ouvinte. De acordo com Heck, o que deve acontecer nessa situação é que aquilo em que o ouvinte pode crer, e em que é o intuito de Eric Blair fazê-lo acreditar se aceitar seu proferimento como verdadeiro, é um conteúdo que, apesar de ser diferente do de Eric Blair, tem algo em comum com o conteúdo da sua crença; este “algo em comum” Heck chama de valor

cognitivo. Logo, aquilo em que o ouvinte crê quando aceita a proposição expressa por uma sentença é um conteúdo que, apesar de diferente, tem o mesmo valor cognitivo que o conteúdo do falante.

O erro da concepção ingênua da comunicação está em afirmar que o conteúdo cognitivo do professor e do aluno é idêntico ao valor cognitivo expresso pela sentença. A concepção de Heck é mais adequada porque permite que os conteúdos cognitivos que os ouvintes formam variem desde que preservem o valor cognitivo expresso pela sentença. Logo, de acordo com essa concepção de comunicação, o que o falante transmite pelo proferimento de uma sentença é, na verdade, o valor cognitivo. O professor quer que o aluno passe a crer não no mesmo conteúdo, porque, como vimos, isso seria incoerente, mas em algum conteúdo cognitivo similar ao seu com respeito ao valor cognitivo. O conteúdo cognitivo que o aluno irá formar é proveniente do seu entendimento do que foi proferido pelo professor, ou seja, da sentença. Como entender uma sentença é entender seu significado, e esta é a proposição expressa por ela, então o conteúdo cognitivo do aluno irá depender dos elementos presentes na proposição. Portanto, a proposição deve ser constituída de tal forma que preserve o valor cognitivo que o falante deseja comunicar. Isso irá deixar claro como os conteúdos cognitivos do professor e do aluno podem estar associados a uma mesma sentença e ao mesmo tempo diferir.

Vejamos como Heck utiliza o valor cognitivo como critério para decidir qual tratamento é o mais adequado para nomes próprios, se o tratamento referencialista ou o descritivista.

### 3.2 NOMES PRÓPRIOS

A fim de dar conta do aspecto da comunicação que afirma que os falantes podem associar conteúdos cognitivos diferentes a uma mesma proposição, as teorias não mais identificam o significado da sentença com o conteúdo cognitivo associado a ela, ou seja, elas distinguem o significado da sentença, a proposição, do objeto de atitudes proposicionais, o conteúdo cognitivo. Heck (1995) denomina essas teorias de *Visão Híbrida* porque elas incorporam tanto teses da teoria da referência descritivista quanto da teoria da referência direta. A parte descritivista diz que o que está envolvido em atitudes proposicionais são intensões, i.e., modos de apresentação dos objetos (na terminologia aqui usada, conteúdos cognitivos) envolvidos, e é motivada pela reconhecida eficiência dessas teorias em explicar atitudes proposicionais e pelas dificuldades enfrentadas pelas teorias da referência direta para dar conta do mesmo fenômeno. Pelas teorias descritivistas, alguém pode acreditar no que é expresso por ‘George Orwell é o escritor de *1984*’ e ao mesmo tempo não acreditar no que é expresso por ‘Eric Blair é o escritor de *1984*’ sem ser irracional porque os conteúdos cognitivos que o indivíduo associa às duas sentenças, i.e., os objetos das duas crenças são diferentes no que diz respeito ao modo de apresentação que o indivíduo associa a cada um dos nomes, e não devem ser identificados com o próprio referente, que seria idêntico para os dois nomes (p.13). A parte referencialista da Visão Híbrida sustenta que a proposição expressa por sentenças compostas por nomes próprios, p.ex., ‘Eric Blair é o escritor de *1984*’, é constituída pelo próprio objeto que é o referente do nome, representado por  $\hat{x}$ , e a propriedade referida pelo predicado  $\mathcal{P}$ , a saber,  $\langle \hat{x}, \mathcal{P} \rangle$ . A razão para defender essa tese advém principalmente dos argumentos de Kripke em *Naming and Necessity* (1980) que mostram a irrelevância de descrições definidas que representam o conteúdo cognitivo que um falante associa a um nome próprio enquanto sua contribuição semântica.

A família de teorias chamadas de Visão Híbrida defende que, apesar de objetos de crença serem intensões, o conteúdo semântico relevante de um nome próprio, i.e., aquilo que é carregado para a proposição, é apenas o referente do nome. Tais teorias também concordam com a concepção de comunicação exposta na seção anterior, ou seja, que os conteúdos cognitivos que os falantes associam à mesma sentença são diferentes, embora concordem em valor cognitivo. Por isso elas defendem que os falantes podem associar a um nome próprio intensões tão diferentes quanto queiram, contanto que elas sejam sobre o mesmo objeto (Heck, 1995, p. 90). Para essas teorias, os conteúdos cognitivos que podem ser associados a uma sentença pelos falantes precisam ter em comum apenas o fato de serem sobre os mesmos objetos que constituem a proposição expressa pela sentença à qual esses conteúdos cognitivos estão associados. Como aquilo que é comum aos conteúdos cognitivos de cada falante é o valor cognitivo, segue-se que, para essas teorias, o valor cognitivo é a proposição que é composta pelos próprios referentes das expressões subsentenciais que compõe a sentença usada para expressá-lo. Então se o professor de literatura associa, digamos, o conteúdo cognitivo que o autor de *A Revolução dos Bichos*<sup>14</sup> é o escritor de 1984 à sentença ‘Eric Blair é o escritor de 1984’, esse conteúdo cognitivo é adequado a ela porque é sobre o mesmo referente que a proposição expressa pela sentença. E, se um aluno associa o conteúdo cognitivo ‘O autor da frase ‘Big Brother is watching you’ é o escritor de 1984’, este também é adequado à sentença porque é sobre o mesmo referente que a proposição expressa por esta. Contudo, mostra Heck, essa teoria é insustentável porque, como veremos, permite que situações análogas às do puzzle fregeano reapareçam, quer dizer, que um sujeito não possa manter atitudes proposicionais

---

<sup>14</sup> Por uma questão de simplicidade da exposição, vou tratar os conteúdos cognitivos como se fossem descrições definidas, mas a crítica de Heck não deve ser restringida apenas a teorias que defendem o conteúdo cognitivo como descrições definidas.

diferentes com relação ao conteúdo cognitivo que ele associa a sentenças compostas por nomes próprios correferenciais.

As teorias da Visão Híbrida, ao permitir que as intensões que os falantes associam a uma sentença possam variar indiscriminadamente desde que preservem o referente da sentença, perdem o poder de explicação que as teorias descritivistas possuem nesses casos. Pelas teorias descritivistas um conteúdo cognitivo associado à sentença ‘Eric Blair é o escritor de *1984*’ não é adequado à sentença ‘George Orwell é o escritor de *1984*’ porque o conteúdo cognitivo associado à primeira sentença possui um valor cognitivo diferente do valor cognitivo associado à segunda sentenças. E, por isso, de acordo com elas, não é irracional crer em uma e não crer na outra. Pelas teorias da Visão Híbrida, não há motivos para um conteúdo cognitivo estar associado à primeira sentença e não estar à segunda. Por isso, não há motivação racional para um indivíduo associar um conteúdo cognitivo a uma sentença e outro à outra. Pelas teorias da Visão Híbrida, o conteúdo cognitivo que um sujeito racional associa a ‘Eric Blair é o escritor de *1984*’ é tão adequado a esta sentença quanto à sentença ‘George Orwell é o escritor de *1984*’, porque ele é sobre os mesmos referentes que os referentes das duas sentenças. Mas se um sujeito associa conteúdos cognitivos diferentes às duas sentenças, é porque, ele entendeu coisas diferentes das duas sentenças. E, além disso, um sujeito que crê em uma sentença mas não crê na outra não aceitaria que a intensão que ele associa a uma possa estar associada à outra. As teorias da Visão Híbrida não são capazes de preservar essas diferenças nos valores cognitivos associados às duas sentenças se afirmarem que os conteúdos cognitivos adequados às mesmas o são por serem sobre os mesmos objetos.

A partir dessas considerações, Heck conclui que, para explicar a diferença nas atitudes proposicionais, e, conseqüentemente, no valor cognitivo de sentenças

compostas por nomes próprios, é necessário considerar mais coisas além do próprio referente. Isso que precisa ser adicionado deverá fazer parte da proposição porque é ela o critério para determinar os conteúdos cognitivos adequados à sentença. Ao introduzir um elemento além do próprio referente do nome, ou até mesmo substituí-lo por outra entidade, isso fará com que um sujeito, ao entender a sentença ‘George Orwell escreveu *1984*’, forme um conteúdo cognitivo cujo valor cognitivo seja diferente do valor cognitivo do conteúdo cognitivo que ele forma ao entender a sentença ‘Eric Blair é o escritor de *1984*’.

### 3.3 – EXPRESSÕES INDEXICAIS

O argumento para os nomes próprios precisar ser alterado para poder ser corretamente aplicado a indexicais. A ideia básica continua sendo a de que um falante forma um conteúdo cognitivo a partir do entendimento adequado da proposição que, como já vimos, representa também o valor cognitivo. Mas com expressões indexicais, por elas serem sensíveis ao contexto, a “expressão” que expressa uma proposição não é uma sentença, mas um proferimento de uma sentença. Nesse caso, o falante forma um conteúdo cognitivo a partir do entendimento do *proferimento* de uma sentença.

Uma das coisas que o falante entende quando entende um proferimento de uma sentença composta por um indexical é o significado linguístico das expressões que a compõem. Quando Eric Blair profere ‘Eu sou o escritor de *1984*’, uma das coisas que entendemos é que o proferidor é o escritor de *1984*. Mas é certo que entender apenas o significado linguístico da sentença proferida não é suficiente para o ouvinte apreender o valor cognitivo expresso e formar um conteúdo cognitivo adequado ao proferimento. O proferimento de Eric Blair de ‘Eu sou o escritor de *1984*’ e o proferimento da mesma sentença feito por Aldous Huxley são idênticos em significado linguístico. Considerá-lo

a única contribuição proposicional da expressão ‘eu’ faria com que tanto a proposição expressa por Eric Blair quanto a expressa por Aldous Huxley fossem a mesma, a saber,  $\langle eu, \mathcal{P} \rangle$ , tal que *eu* representa o significado linguístico do indexical ‘eu’. Disso se seguiria que eles expressam o mesmo valor cognitivo e não seria possível explicar como um sujeito mantém atitudes proposicionais diferentes com relação aos dois proferimentos, que é o esperado.

As proposições expressas pelos proferimentos de sentenças compostas por indexicais é reconhecidamente dependente do contexto do proferimento. Logo, para entender a proposição expressa por uma sentença composta por um indexical e formar um conteúdo cognitivo com o valor cognitivo adequado ao proferimento, o ouvinte precisa necessariamente conhecer os elementos contextuais envolvidos no momento do proferimento. Para um ouvinte entender adequadamente um proferimento da sentença ‘Eu sou o escritor de *1984*’, ele precisa saber quem é o proferidor. O que temos, então, é que o ouvinte precisa saber que o primeiro proferimento foi feito por Eric Blair e que o segundo foi feito por Aldous Huxley para poder formar conteúdos cognitivos com valores cognitivos diferentes e, sem ser irracional, poder concordar com o que Eric Blair afirma e discordar de Aldous Huxley. Nesse caso, a informação que ele recorre é apenas ao próprio proferidor, o que nos deixa com as seguintes proposições:  $\langle \text{EB}, \mathcal{P} \rangle$  e  $\langle \text{AH}, \mathcal{P} \rangle$  para, respectivamente, o primeiro e segundo proferimento.

Entretanto, aponta Heck, para que o falante forme um conteúdo cognitivo com o valor cognitivo adequado ao proferimento de Eric Blair não é suficiente que o conteúdo cognitivo seja sobre o mesmo objeto que é o proferimento. Para mostrar essa insuficiência, basta delinear uma situação em que dois proferimentos que, por essa proposta expressam a mesma proposição, deem origem a atitudes proposicionais



diferentes. Imagine que alguém que eu julgue confiável aponte para um homem que está de costas, vestindo um paletó marrom, e diga para mim ‘Ele é o escritor de 1984’, e eu passe a acreditar no conteúdo cognitivo que formei ao entender a proposição expressa. Agora, suponha que passado um tempo, eu esteja conversando com um homem e ele me diga ‘Eu sou o escritor de 1984’, mas eu não acredite nele porque eu não o identifico com aquele que foi demonstrado anteriormente, porque, p.ex., a pessoa demonstrada estava vestindo um paletó marrom e a pessoa com quem eu falo não está. Se a concordância entre os objetos sobre os quais é o meu conteúdo cognitivo e sobre os quais é o proferimento fosse suficiente para o meu conteúdo cognitivo ser adequado ao proferimento, então eu não tenho como manter a crença que eu tenho no que é expresso pelo primeiro proferimento e a descrença no que foi expresso pelo segundo proferimento sem ser irracional. Pois, nesse caso, os dois proferimentos expressariam a mesma proposição, e, por conseguinte, o mesmo valor cognitivo. Logo os conteúdos cognitivos que eu associo a cada um dos proferimentos teriam o mesmo valor cognitivo. Mas, pelo critério de distinção de valores cognitivos, os valores cognitivos dos dois conteúdos cognitivos devem ser diferentes. Contudo, a situação descrita mostra que há contextos em que isso não se dá. Portanto, considerar a proposição expressa por um proferimento de uma sentença composta por um indexical constituída apenas dos referentes não é plausível.

Uma resposta para essa objeção é dizer que o valor cognitivo do conteúdo cognitivo que o falante forma ao entender o proferimento de ‘Ele é o escritor de 1984’ enquanto é apontado para Eric Blair não é dado apenas pelo conhecimento do referente, mas também pelo conhecimento do significado linguístico do indexical usado. Por essa proposta, a proposição expressa pode ser assim representada:  $\langle\langle \textit{ele}, \overset{\circ}{\text{✱}} \rangle, \mathcal{P}\rangle$ , onde *ele* representa o significado linguístico de ‘ele’, enquanto que a proposição expressa

pelo proferimento de Eric Blair de ‘Eu sou o escritor de 1984’ é, pela minha perspectiva,  $\langle\langle \text{você}, \text{ } \langle \text{ } \rangle, \mathcal{P} \rangle\rangle$ , onde *você* representa o significado linguístico de ‘você’. Proposições diferentes representam valores cognitivos diferentes que determinam conteúdos cognitivos diferentes, e temos, então, a justificativa para eu acreditar no conteúdo cognitivo que associo ao primeiro proferimento mas não acreditar no conteúdo cognitivo associado ao segundo: os valores cognitivos dos dois conteúdos cognitivos são diferentes, e diferem precisamente no significado linguístico das expressões indexicais usadas para se referir a Eric Blair. Essa teoria Heck chama de *Two-Factor View* e atribui a mesma a Perry. Na exposição da sua teoria, Perry não inclui o significado linguístico na proposição (seção 2.1.2). O que ele diz é que o significado linguístico dá a perspectiva através da qual a proposição, que é neutra com relação ao valor cognitivo, é apreendida. Mas como o que Heck chama de proposição inclui tudo aquilo que é relevante para determinar seu valor cognitivo, ele atribui a Perry a posição de que o significado linguístico faz parte da proposição. A proposta de inserir o significado linguístico na proposição expressa é motivada principalmente pelo problema enfrentado por Frege com relação ao sentido do indexical ‘eu’.

Como vimos na seção 1.3, Frege é constrangido a afirmar que sentenças compostas pelo indexical ‘eu’ expressam dois pensamentos (que em sua teoria é o mesmo que dizer que uma sentença expressa dois valores cognitivos): um pensamento é de acesso exclusivo do falante, e o outro pode ser acessado por todos os outros falantes. A proposta de Perry (seção 2.1.2) e da *Two-Factor View* é que uma proposição apenas seja expressa, mas que o valor cognitivo seja dado pelo significado linguístico através do qual a proposição é acessada. Portanto, apesar de haver uma única proposição expressa pelo proferimento de Eric Blair de ‘Eu sou o escritor de 1984’, o valor cognitivo que explica o acesso autoconsciente que apenas Eric Blair tem é dado pelo

significado linguístico de ‘eu’. E o valor cognitivo que os outros falantes podem adquirir é dado pelo significado linguístico de outros indexicais, p.ex., se estou conversando com Eric Blair e ele profere essa sentença, eu acesso a proposição expressa por Eric Blair pelo significado de ‘aquele com quem estou falando’, que é o significado linguístico de ‘você’. Inserindo o significado linguístico no valor cognitivo, uma única proposição seria capaz de ter mais de um valor cognitivo. Ignorando o fato de que Heck mostrou a equivalência entre proposição expressa por uma sentença ou proferimento e que mesmo a proposta de Perry teria que admitir, assim como Frege, duas proposições sendo expressas por apenas um proferimento, Heck apresenta duas objeções contra essa proposta.

A primeira delas é a impossibilidade de generalização da teoria. Considerar o significado linguístico como parte do valor cognitivo poderia funcionar no caso da expressão ‘eu’, mas isso não se aplica a demonstrativos. Retomando o exemplo do navio apresentado por Perry (p. 35), pela proposta em consideração, o proferimento de ‘Isto é o *Enterprise*’ apontando para a parte da frente expressa o valor cognitivo composto pelo significado linguístico de ‘isto’, o navio *Enterprise* e o predicado de ser *Enterprise*, que pode ser representado por  $\langle\langle \text{isto}, \text{☞}, N \rangle\rangle$ . Mas o segundo proferimento de ‘Isto é o *Enterprise*’<sup>15</sup> apontando para a parte de trás também expressaria o mesmo valor cognitivo, pois este proferimento envolve as mesmas expressões linguísticas e se refere ao mesmo objeto. Se concordássemos com isso, então, novamente, não teríamos como explicar como o indivíduo, sem ser irracional, acredita no que é expresso pelo primeiro proferimento mas não acredita no que é expresso pelo segundo, visto que os dois proferimentos expressariam o mesmo valor cognitivo.

---

<sup>15</sup> No exemplo original as expressões demonstrativas usadas nos dois proferimentos diferem. Para fins de argumentação, Heck homogeneiza os demonstrativos que compõem as sentenças proferidas.

Heck menciona uma possível solução para sua objeção (2002, p. 12), atribuída por ele a David Braun (1996), e que se assemelha à posição de Kaplan com relação ao caráter dos demonstrativos, mas logo a descarta. Braun sugere que o significado linguístico de um demonstrativo é uma função que pode fornecer um caráter diferente à expressão demonstrativa a cada demonstração que o acompanha. O caráter é, por sua vez, uma função que de contextos determina um conteúdo. Isso quer dizer que o valor cognitivo do proferimento da sentença ‘Isto é o *Enterprise*’ demonstrando a parte da frente poderia ser representado da seguinte forma:  $\langle\langle \textit{isto (frente)}, \text{☞} \rangle, N \rangle$ , onde *isto (frente)* representa o caráter do indexical ‘isto’ que resulta da combinação da expressão linguística ‘isto’ com a demonstração que aponta para a parte da frente do navio. E o valor cognitivo do proferimento da mesma sentença apontando para a parte de trás seria algo que pudesse ser representado por  $\langle\langle \textit{isto (trás)}, \text{☜} \rangle, N \rangle$ , onde *isto (trás)* representa o caráter que a expressão ‘isto’ tem quando combinado seu significado linguístico com a demonstração da parte de trás do navio. Aparentemente, Braun é bem sucedido em sua explicação. Mas, sobre essa posição, Heck apenas diz: “I don't myself think that this is an adequate response, but let us set this matter aside, for there is a more serious problem.” (2002, p. 12).

O problema “mais sério” ao qual Heck se refere é que quando consideramos o significado linguístico de uma expressão indexical como parte do valor cognitivo expresso pelo proferimento, acabamos trazendo para o valor cognitivo a relação que o falante tem com o referente do indexical no momento em que profere a sentença. Se o falante opta por comunicar o conteúdo de uma crença que possui por meio de uma sentença composta por um indexical, ele vai escolher o indexical adequado de acordo com a relação que ele mantém com o objeto no momento do proferimento. P.ex., se eu

estivesse conversando com Eric Blair e desejasse transmitir a crença que eu tenho de ele ser o escritor de *1984*, eu escolheria o indexical ‘você’ para comunicar o valor cognitivo da minha crença; se Eric Blair estivesse a 5 metros de distância de mim e eu desejasse transmitir minha crença para a pessoa que estivesse ao meu lado, então escolheria o demonstrativo ‘ele’ ou ‘aquele homem’ e apontaria para Eric Blair. Mas o fato de eu utilizar ‘você’, ‘ele’ ou ‘aquele homem’ para comunicar o valor cognitivo do conteúdo cognitivo em que creio não está relacionado com valor cognitivo do meu conteúdo cognitivo; o significado linguístico dos indexicais apenas expressa a relação que o falante mantém com o objeto no momento em que profere uma sentença para transmitir o valor cognitivo, mas não altera, ou não deveria alterar, o próprio valor. Dessa forma, continua Heck, se tomarmos um proferimento de uma sentença composta pelo indexical ‘você’, p.ex., estaríamos introduzindo no valor cognitivo um elemento referente à relação entre falante e objeto e, então, criaríamos crenças indexicais essencialmente de segunda pessoa. Entretanto, diferentemente do indexical ‘eu’, “The word ‘you’ has no correlate at the level of thought: if not, then the contents of the beliefs we express using the word ‘you’ have very little to do with its standing meaning.” (HECK, 2002, p. 12). Para Heck, que haja pensamentos essencialmente de primeira pessoa, i.e., crenças de autoconsciência, é algo que pode ser discutido. Mas ele nega veementemente que haja valores cognitivos que, em virtude de serem comunicados por meio do indexical ‘você’, sejam essencialmente de segunda pessoa. E essa indesejada geração de valores cognitivos essencialmente ligados à expressão indexical que foi usada para expressá-los é consequência da posição que defende a consideração do significado linguístico no valor cognitivo, logo, para Heck, esta não pode ser a posição correta.

Essa objeção é baseada, a meu ver, em nossa intuição de que exatamente o mesmo valor cognitivo que foi expresso pelo proferimento da sentença composta pela

expressão indexical  $\alpha$  pode ser expresso substituindo  $\alpha$  por outra expressão indexical  $\beta$ , desde que haja acomodação contextual. Intuitivamente, o mesmo valor cognitivo comunicado por ‘Você é o escritor de 1984’ pode ser igualmente comunicado pelo proferimento de ‘Ele é o escritor de 1984’ apontando para Eric Blair. No entanto, se o significado linguístico for critério de distinção para os valores cognitivos que são expressos pelos proferimentos das sentenças, como sustenta a *Two-Factor View* e a teoria de Perry, essa dinâmica do valor cognitivo expresso pela sentença indexical é perdida. Os indexicais ‘você’ e ‘ele’ (inserindo ou não a demonstração) não possuem o mesmo significado linguístico, logo, contribuiriam de formas diferentes para os valores cognitivos expressos pelos proferimentos das sentenças, bem como diferenciariam as proposições expressas por cada um dos proferimentos. Proposições diferentes determinam conjuntos diferentes de conteúdos cognitivos, negando, dessa forma nossa intuição inicial de que sentenças compostas por eles podem ser usadas para comunicar o mesmo valor cognitivo.

Depois de todas essas objeções, Heck descreve o que, para ele, acontece na comunicação por sentenças compostas por indexicais e qual o papel do significado linguístico na apreensão e na expressão de um valor cognitivo. Essa descrição é baseada principalmente no princípio de Entendimento de Evans (1982) e, a partir dela, Heck apresenta as condições que os elementos que compõem a proposição de uma futura teoria do indexicais devem cumprir. Instigada pela descrição de Heck dos elementos envolvidos na comunicação de conteúdos cognitivos indexicais, no capítulo seguinte, trato da teoria de Evans.

No final de seu artigo, Heck faz algumas observações que desestimulam a busca por um significado objetivo para sentenças ou proferimentos de sentenças. Para ele, essa investigação é uma herança da concepção ingênua da comunicação, e que, uma vez que

abandonamos esta concepção, deveríamos também despojar-nos o esforço de procurar entidades objetivas que estejam na posição de “significado” de uma expressão linguística. Tudo isso, claro, se o escopo da teoria for a explicação do funcionamento da linguagem natural e concordar com a sua concepção de comunicação.

#### 4 EVANS

Heck finaliza seu artigo (2002) indicando que uma solução inspirada na teoria de Evans poderia dar conta do problema da expressão e re-expressão de crenças indexicais. Seguindo sua sugestão, passo agora a discutir a teoria de Evans.

“Understanding Demonstratives” é o artigo em que Evans (1985) deu atenção exclusiva a expressões indexicais. À primeira vista sua posição no artigo pode ser interpretada como uma tentativa de acomodar a teoria fregeana do sentido e da referência ao comportamento dos indexicais. Em um sentido trivial é possível atribuir a Evans a tentativa de adequar a teoria fregeana ao comportamento dos indexicais. A teoria de Evans é uma teoria neo-fregeana (no sentido de recorrer a um sentido para explicar a relação entre o uso das expressões e os objetos aos quais elas se referem). Se for nesse sentido dito que em seu artigo Evans faz uma tentativa de adequar a teoria fregeana aos indexicais, então é um sentido trivial, não comprometedor e não é contra tal interpretação de Evans que quero argumentar. Trivial porque o mesmo tipo de tentativa deve ser atribuído a qualquer teoria que recorre a uma espécie de sentido, incluindo toda a gama de teorias da referência descritivas. Não comprometedor porque a única ligação com Frege é o esquema de referência passar por um sentido, dando a liberdade para ser defendido qualquer entidade enquanto sentido, seja ela psicológica ou objetiva. E não é contra o qual desejo argumentar porque seria um esforço em vão visto que, como veremos, Evans conserva o espírito do tratamento fregeano para explicar a referência.

Neste capítulo apresentarei a teoria de Evans exposta em seu livro *The Varieties of Reference* (EVANS, 1982). Não me restrinjo ao seu artigo de 1985 pois penso que muitas das suas ideias seriam perdidas. Para comparar os resultados da teoria de Evans



com as nossas intuições linguísticas, e avaliar se ela é uma boa teoria, primeiro trabalho os conceitos que ele denomina de *Ideia*, *pensamento*, *information-link* e *sistema informativo*, para, em seguida, expor sua teoria para expressões indexicais.

#### 4.1 APRESENTAÇÃO GERAL

Retomemos o exemplo de Eric Blair para compreender a terminologia usada por Evans. O que significa um sujeito entender a sentença ‘Eric Blair é o escritor de 1984’? A explicação das teorias da referência que vimos até agora defendem que um sujeito entende o conteúdo expresso pela sentença se apreender a proposição expressa por ela. Pela teoria fregeana, o sujeito apreende a proposição composta pelo sentido,  $\mathcal{S}_{EB}$ , do nome ‘Eric Blair’, que representa um modo de apresentação de Eric Blair, e pelo sentido,  $\mathcal{S}_p$ , da propriedade de ser o escritor de 1984 – que podemos representar como  $\langle \mathcal{S}_{EB}, \mathcal{S}_p \rangle$ ; e pelas teorias referencialistas a proposição apreendida é composta por Eric Blair ele mesmo e pela propriedade, representada por  $\langle \hat{x}, \mathcal{P} \rangle$ .

O esquema proposto por Evans é ligeiramente diferente dos anteriores e propõe a seguinte explicação. O sujeito que entende a sentença ‘Eric Blair é o escritor de 1984’ não apreende nenhuma proposição, mas *pensa* um pensamento sobre Eric Blair que predica dele a propriedade de ser o escritor de 1984. Esse pensamento é composto pela habilidade do sujeito de identificar o objeto, no caso Eric Blair, e de saber o que faz o objeto sobre o qual é o pensamento satisfazer a propriedade predicada, ou seja, saber o que faz Eric Blair ser o escritor de 1984. Esquemáticamente representando, o pensamento associado a uma sentença predicativa como ‘a é F’ é composto pela habilidade de identificar *a* e a habilidade que o sujeito tem de saber o que faz *a* ser *F*.

Evans chama as habilidades de identificar um objeto e de saber o que faz um objeto ser *F* de *Ideia* do objeto e *Ideia* do conceito.

Em seu livro, Evans não está muito interessado em conduzir uma investigação detalhada sobre a parte do pensamento que envolve a habilidade de pensar a propriedade. Sua preocupação maior é com as várias formas de pensar a referência, com as várias formas de identificar o objeto sobre o qual é o pensamento, como o título de seu livro diz “*the varieties of reference*”. Para Evans, o sujeito tem, a princípio<sup>16</sup>, três modos para saber o que faz Eric Blair ser Eric Blair, i.e., para identificar um objeto: por descrição, demonstração ou reconhecimento.

O modo de identificação descritivo é, em linhas gerais, o modo de pensar um objeto (se houver) que se apóia numa descrição definida que o sujeito toma como sendo univocamente satisfeita pelo objeto (se houver). Ele é geralmente invocado por nomes descritivos, como ‘Julius’, e descrições definidas, como ‘o presidente do Brasil de 2010’. Mas Evans também não está interessado em discutir esse modo de pensar o objeto pois, como ele diz, “I think we have a fairly clear Idea of what description-based identification amounts to.” (EVANS, 1982, p.136). Seguindo Evans, também deixarei de lado as minúcias desse modo de identificação.

O modo de identificação demonstrativo é normalmente associado a expressões indexicais. Ele só está disponível ao sujeito se os recursos utilizados pelo sujeito para identificar o objeto forem provenientes de uma relação causal entre o objeto e sujeito, como no caso do sujeito estar na presença de Eric Blair e o identificar enquanto a pessoa que ele está vendo. A existência dessa relação causal, que Evans chama de *information-link*, posiciona o sujeito para receber *informações* do objeto, que são as propriedades do

---

<sup>16</sup> Em teoria, para Evans, nós temos três modos “puros” de identificar o objeto. Mas isso não quer dizer que uma identificação não possa ser mista e recorrer a mais de um modo de identificação. Aliás, normalmente identificamos um objeto do nosso pensamento utilizando mais de um modo de identificação.

objeto, como ele estar localizado na frente do sujeito no momento em que ele pensa o pensamento, estar vestindo um paletó marrom, ser alto, ter um bigode fino, estar sentado, etc. O pensamento que emprega o modo de identificação demonstrativo é chamado de *pensamento baseado na informação* e será discutido detalhadamente nas próximas seções.

E para ilustrar o último modo de identificação, a identificação por reconhecimento, suponha que eu estou em uma festa, sentada no bar, e um homem senta ao meu lado, pede um café, toma seu café, e vai embora. Momentos depois me encontro novamente na mesa com ele e fico sabendo que ele é o escritor de *1984* e penso desse sujeito enquanto aquele que vi tomando café há momentos atrás que ele é o escritor de *1984*. Na teoria de Evans, o modo de identificação por reconhecimento é associado a nomes próprios não-descritivos, como ‘Eric Blair’ ou ‘Flipper’, ou a demonstrativos que fazem referência a objetos de encontros passados. Esse modo será também discutido nas próximas seções, apesar de não com o mesmo detalhamento que o modo demonstrativo, por dois motivos. Primeiro por ser útil no entendimento do modo demonstrativo por comparação. Depois porque compartilha características com o modo demonstrativo, p.ex., é um modo também dependente de uma relação causal com o objeto, portanto, de um *information-link*; o pensamento que emprega o modo de identificação por reconhecimento também é um pensamento baseado na informação; e, como veremos, o modo demonstrativo depende da existência do objeto, bem como o modo por reconhecimento depende.

Pela descrição geral dos três modos, percebemos que todos requerem que o sujeito saiba alguma característica discriminatória do objeto. Dependendo do nível das propriedades discriminatórias usadas pelo sujeito para identificar o objeto, as Ideias formadas podem ser distinguidas em fundamentais e não fundamentais. As Ideias

fundamentais são formadas a partir do conhecimento do sujeito de diferenças de bases fundamentais do objeto, ou seja, propriedades que distinguem o objeto de qualquer outro objeto. Em geral, diz Evans, nós não pensamos nos objetos recorrendo a diferenças de bases fundamentais (1982, p.107). Elas são mais usadas para pensar objetos abstratos, como números, formas geométricas, conjuntos. Normalmente, identificamos os objetos recorrendo às suas diferenças não fundamentais, i.e., diferenças que, apesar de não individuarem o objeto de qualquer outro objeto, funcionam para identificar o objeto sobre o qual é o pensamento. P.ex., quando identifico Eric Blair como o indivíduo cuja voz é ligeiramente afeminada, ou como o indivíduo localizado à minha frente, ou ainda como o indivíduo que vi há momentos atrás, eu identifico Eric Blair recorrendo a características não fundamentais de Eric Blair, i.e., a características que não o identificam ou individualizam “absolutamente”. Eric Blair possivelmente não é o único indivíduo no mundo cuja voz é ligeiramente afeminada, mas, se dentro do meu conhecimento sobre o mundo, ele for o único indivíduo cuja voz é ligeiramente afeminada, então individualizá-lo dessa forma é, para mim, um modo adequado de pensar somente em Eric Blair.

A preocupação deste trabalho é com questões específicas concernentes às expressões demonstrativas. Por isso analiso detalhadamente o modo de identificação demonstrativo, suas condições de estabelecimento e consequências, e deixo de lado os problemas e méritos do tratamento de Evans dos modos descritivo e de reconhecimento.

Antes de falar da identificação demonstrativa, primeiro discuto a definição de informação e de *information-link* para Evans. Em seguida, apresento o conceito de Ideia demonstrativa. Com essas noções esquematizadas, retomo as três situações descritas na introdução e apresento o que, para mim, é uma análise coerente com a teoria de Evans sobre as três situações.

## 4.2 INFORMAÇÃO, SISTEMA INFORMATIVO E *INFORMATION-LINK*

Informação é o conceito utilizado por Evans para se referir ao conteúdo objetivo do mundo: as propriedades dos objetos e as relações mantidas entre eles. Numa situação em que Eric Blair está vestindo um paletó marrom, um chapéu verde e uma gravata amarela, são informações de Eric Blair as propriedades de estar vestindo um paletó marrom, um chapéu verde e uma gravata amarela. Claro que há mais informações de Eric Blair, como sua localização espaço-temporal e a relação que ele mantém com os outros objetos no mundo, além de outras que podem não ser conceitualizadas. Mas, por hora, vou me ater apenas às propriedades pertinentes à sua vestimenta. As informações dos objetos no mundo podem ser adquiridas por um sujeito pela percepção, como acontece quando eu vejo que Eric Blair está vestindo um paletó marrom, um chapéu verde e uma gravata amarela, ou pela comunicação, quando alguém me diz que Eric Blair está vestido de tal-e-tal maneira. Ao trazer as informações de um objeto à vida cognitiva do sujeito, elas passam a ser o conteúdo de um estado cognitivo. O estado cognitivo cujo conteúdo é uma informação de um objeto é chamado de *estado informativo*.

A relação que se mantém entre um estado informativo e o objeto no mundo sobre o qual é o estado é, para Evans, análoga à relação que há entre uma fotografia e o objeto fotografado. Em suas palavras, “We can speak of a certain bit of information being of, or perhaps from, an object, in a sense resembling the way in which we speak of a photograph being of an object.” (EVANS, 1982, p.124). Dizemos se uma fotografia é de um objeto depois da comparação entre as relações e propriedades representadas na fotografia com as relações e propriedades do objeto no mundo. Uma foto é de Eric Blair se seu conteúdo for de um sujeito vestindo um paletó marrom, chapéu verde e gravata

amarela (supondo que Eric Blair esteja vestindo um paletó marrom, chapéu verde e gravata amarela). A função do mecanismo que assimila as informações de Eric Blair, a máquina fotográfica, é coletar as informações do objeto relevante com o qual ele mantém numa relação causal e armazenar essas informações na forma de fotografia preservando ao máximo as propriedades e relações do objeto fotografado. É claro que algumas informações serão perdidas, mas quanto menos alterações acontecerem, mais eficiente é considerado o mecanismo.

O nosso mecanismo de coleta e armazenagem de informação do objeto, vagamente descrito nos parágrafos anteriores, é chamado por Evans de *sistema informativo*. Como descrevi, ele pode adquirir informações do objeto por dois tipos “canais” – comunicação e percepção – que podem ser usadas para identificar o objeto. Podemos perceber o objeto, receber informações diretamente dele e utilizar essas informações para identificá-lo, como é o caso quando eu vejo Eric Blair vestindo um paletó marrom, chapéu verde e gravata amarela e o identifico como aquele sujeito vestido de tal-e-tal maneira. Ou podemos adquirir a informação que usamos para individuar o objeto por intermédio de outra pessoa. Suponha que eu nunca tenha ouvido falar de Eric Blair. Suponha também que alguém tenha encontrado com Eric Blair, e passado a identificar Eric Blair recorrendo a informações x, y e z adquiridas nesse encontro. Se ele me disser ‘Eric Blair é o escritor de *1984*’, o nome ‘Eric Blair’ será introduzido em meu vocabulário e, apesar de eu nunca ter encontrado com Eric Blair, eu poderei pensar em Eric Blair. Para pensar em Eric Blair eu preciso identificá-lo de alguma forma. Para Evans, as informações que eu uso no meu modo de identificar Eric Blair são as mesmas usadas pelo indivíduo que introduziu o nome em meu vocabulário. Isso acontece porque, se eu não ouvi de mais ninguém nada sobre Eric Blair, então, possivelmente meu modo de identificar Eric Blair será algo como ‘o sujeito que ouvi

falar de Fulano'. Como Fulano identifica recorrendo a informações x, y e z, então meu modo de identificar Eric Blair também pode ser considerado como um modo que recorre às informações x, y e z. Nesse sentido, eu posso identificar um objeto recorrendo a informações do mesmo, ainda que nunca ter estado numa relação causal direta com ele.

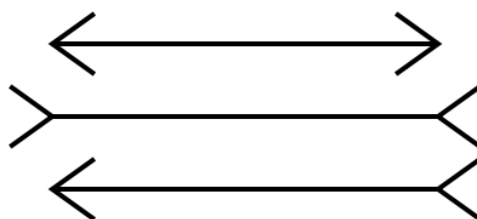
É válido ressaltar que a informação adquirida por um sujeito por meio da comunicação precisa ter sido em algum momento causalmente afetada pelo objeto do qual é a informação; se não no momento inicial, i.e., na introdução da informação na cadeia comunicativa, então em algum momento da cadeia comunicativa entre a posição do sujeito que recebe a informação e a introdução do conteúdo. Isso porque a informação exige, por definição, a existência de uma relação causal com o objeto sobre o qual ela é. Se um conteúdo transmitido pela comunicação não esteve em nenhum momento causalmente relacionado com o objeto do qual ele é, então esse conteúdo não pode ser chamado de informação.

O modo como Evans descreve o sistema informativo deixa evidente sua preocupação em manter a objetividade do *input* e *output* do mesmo. A aparência do objeto é a informação assimilada pelos sentidos e armazenada pelo sujeito (o paletó de Eric Blair não parece marrom para o sujeito, ele é marrom; o chapéu e a gravata de Eric Blair não me parecem verde e amarela, respectivamente, elas são verde e amarela). Sendo as propriedades do objeto carregadas de objetividade e o sistema informativo um mecanismo de armazenagem, então, o conteúdo do estado informativo, i.e., a informação armazenada, é também objetiva. Por isso Evans pode apreciar os elementos envolvidos no sistema informativo como objetivos. Para ele, é importante se afastar da figura da 'epistemologia tradicional' (que define o conteúdo da informação em termos de sensação – o paletó de Eric Blair parece ser marrom para o sujeito que o vê, a voz de

Eric Blair parece ser ligeiramente afeminada para o sujeito que a escuta - e de crença – o estado informativo do sujeito é a crença que o paletó de Eric Blair é marrom e que sua voz é ligeiramente afeminada -, qualificando, dessa forma, o *input* e *output*, respectivamente, do sistema informativo como subjetivo) por três razões. A primeira diz respeito ao tratamento da informação adquirida como *sensação* mas não é tratada detalhadamente no livro. Evans apenas diz:

This is not the place to explain and develop the criticism which this reconstrual [a descrição do mecanismo pela epistemologia tradicional] has received in recent times. At least as regards perception, it is now widely realized that the traditional conception gets things impossibly the wrong way round. The only events that can conceivably be regarded as data for a conscious, reasoning subject are *seemings* – events, that is, already imbued with (apparent) objective significance [...]. (EVANS, 1982, p.123)

As duas outras razões são sobre o problema de definir o estado informativo em termos de crença, e atribuir subjetividade ao *output* do sistema informativo do sujeito. A primeira razão é a independência do estado informativo com relação à crença. O sujeito estar ou não num estado informativo é independente se ele acredita que o estado é verídico ou não; algum episódio do passado pode hoje ser acreditado como alucinação ainda que ele continue parecendo verídico. A necessidade dessa dissociação aparece em experiências que brincam com nossas percepções. P.ex., a ilusão de Müller-Lyer (1889):



(Fig.1)



Sabemos ou cremos que as três linhas são do mesmo tamanho, mas não por isso a informação adquirida e armazenada acompanha nossa crença. O conteúdo da crença diverge do conteúdo do estado informativo, cujo conteúdo é aquilo que objetivamente percebemos. Ou seja, apesar de crermos que as três linhas são do mesmo tamanho, elas nos parecem e são armazenadas como se fossem de tamanhos distintos.

O segundo motivo é com relação à noção de *crença* e a primitividade do sistema informativo. De acordo com Evans, o modo como a epistemologia tradicional justifica a independência da crença sobre o estado informativo (como ela explica, p.ex., a discrepância entre nossa crença sobre os tamanhos das linhas e o fato delas nos parecerem ser de tamanhos diferentes) é afirmando que o *output* do sistema, i.e., o estado informativo, não é o conteúdo de uma crença, mas uma inclinação *prima facie* do sujeito em acreditar no *input* do sistema, i.e., na sensação. Mas, diz Evans novamente, “I cannot help feeling that this gets things the wrong way round” (EVANS, 1982, p.124) seguida da seguinte justificativa. A noção de crença é reconhecidamente sofisticada por envolver noções de juízo e raciocínio; o sujeito crê em algo que julga verdadeiro e cuja verdade não contradiz outras crenças do seu sistema de crenças. Dizer que no sistema informativo a noção de crença está envolvida, especificamente dizer que um estado informativo é um estado de crença, implica em trazer para o sistema a sofisticação que a noção carrega. Mas, para Evans, a independência da crença com relação ao estado informativo é uma evidência de que o que está envolvido no sistema informativo são elementos mais básicos e a partir dos quais as operações de crença, juízo e raciocínio operam.

Portanto, para Evans, a informação é a propriedade do objeto que assimilamos e que, ao ser assimilada, se torna conteúdo de um estado informativo. Essa informação

pode ser utilizada para identificar o objeto do qual ela é no momento em que é adquirida, pode ser armazenada para posterior uso, ou pode ser descartada. Uma vez que fixei o modo como o conceito *informação* é usado por Evans, posso, agora, indicar o significado de *information-link*. (o entendimento completo do uso que Evans faz deste termo depende ainda da noção de *Ideia* à qual será dedicada a próxima seção).

O conceito de *information-link* não é explicitamente delimitado por Evans. A primeira ocorrência de '*information-link*' no livro (p.144) é na sua tentativa de esclarecer como Strawson (1959) usa o conceito de percepção na formulação da condição suficiente para a identificação demonstrativa. No contexto da passagem de Strawson que Evans cita, aquele distingue dois tipos de identificação que um sujeito pode ter de um objeto, a saber, a identificação que Strawson chama de *relativa* e a identificação que ele chama de *demonstrativa*. A primeira seria uma identificação relativa apenas a um domínio específico de particulares ("range of particulars") (1959, p.18). Por oposição à primeira, a identificação demonstrativa não é relativa a nenhum tal domínio, e recorre simplesmente à capacidade do sujeito de selecionar ("pick out") um objeto por meio da percepção, i.e., visão, audição, etc. No entanto, observa Evans, o conceito de 'percepção' é vago. Por exemplo, falamos de ver alguém na televisão ou escutá-lo no rádio, de ver alguém no espelho, ou vê-lo em seu reflexo. Mas apenas ver a sombra de alguém não é intuitivamente caracterizado como uma *percepção* da pessoa de quem é a sombra. Falamos sem qualificação que vemos uma estrela, apesar de ela não mais existir quando a percebemos, mas não falamos sem qualificação de escutar Caruso quando escutamos um CD. Devido a esta vagueza, Evans recorre à noção de *information-link* para tentar restringir a aplicação da condição da identificação demonstrativa e explicitar a intenção de Strawson. O essencial para a identificação demonstrativa, diz Evans, é que haja um canal ("channel") entre o sujeito e o objeto que

seja o caminho por meio do qual o sujeito recebe informação (“states and doings”) do objeto, e este canal é o que ele chama *information-link*. Apesar do intuito de Evans ser o de clarificar o conceito de ‘percepção’, ele acaba por ser tão ou mais obscuro que Strawson. Fazendo uma análise das ocorrências relevantes de ‘*information-link*’ ao longo do livro de Evans, penso ser correto entender que o *information-link* é uma relação causal que deve permitir ao sujeito receber informações sobre os objetos. A ressalva de ser uma relação causal que permita ao sujeito receber informações sobre o objeto é essencial para caracterizar o *information-link* “útil” na identificação do objeto. Evans não quer que qualquer relação causal com o objeto permita a expressão de pensamentos demonstrativos. Sua intenção parece ser de restringir a expressão de pensamentos demonstrativos apenas nos casos em que houver uma relação causal adequada com o objeto. Porém, ele não diz explicitamente o que torna uma relação causal adequada para a expressão de um pensamento demonstrativo. Em alguns trechos podemos extrair alguma indicação do que torna uma relação adequada, como no momento em que Evans aborda a questão da existência ou não de diferenças entre os requisitos exigidos por pensamentos-‘aqui’ (“‘here’-thoughts”) e pensamentos-‘isto’ (“‘this’-thoughts”) (os requisitos serão apresentados na seção 4.5. deste trabalho). Em dois momentos em que Evans caracteriza a posição que sustenta que há diferenças entre os requisitos exigidos para se pensar pensamentos-‘aqui’ e pensamentos-‘isto’, o seu emprego de *information-link* parece indicar uma contradição. Na primeira passagem, Evans afirma que aqueles que defendem a diferença entre os dois tipos de pensamentos costumam localizá-la no fato de os pensamentos-‘isto’ serem pensamentos baseados na informação, portanto dependentes da existência do *information-link*, e pensamentos-‘aqui’, por outro lado, “do not seem to depend necessarily either upon the subject's actual possession of information from the place, or upon the actual existence of an

information-link with the place.” (pp.152-3). Mais adiante, Evans parece atribuir o contrário aos defensores da diferença entre pensamentos-‘aqui’ e pensamentos-‘isto’:  
“This position would hold that an information-link with a place constitutes an adequate basis for a ‘here’-identification of a place.” (p.164). Como Evans pode uma vez dizer que para tal posição pensamentos-‘aqui’ não dependem de *information-link* e em seguida dizer que para ela é suficiente a existência do *information-link*? Para que esse dois trechos não sejam entendidos como de fato contraditórios, parece-me que podemos entender que na primeira caracterização da posição, Evans quer dizer que ela não condiciona a expressão de pensamentos-‘aqui’ à existência de uma relação causal por meio da qual seja possível ao indivíduo receber informações do local. Para tal posição, a existência de uma mera relação causal é condição suficiente para que o indivíduo sustente pensamentos-‘aqui’, mesmo que por essa relação ele não possa adquirir informações do objeto.

Outro trecho em que também pode ser observada a restrição da relação causal relevante para a expressão do pensamento demonstrativo é a observação de Evans sobre o que é vetado ao sujeito quando ele caracteriza a posição adversária. De acordo com esta posição, diz Evans, “one can think ‘I Wonder what is like here’ when one is blindfolded, anaesthetized, and has one’s ears blocked” (p.152), situação que, para ele, não pode ser admitida. Ou seja, a posição contrária à sua defende que pensamentos-‘aqui’ não dependem que o *information-link* seja um canal aberto para o sujeito receber informações do local (por isso, alguém que esteja com os olhos vendados, anestesiado e tenha os ouvidos tampados poderia sustentar pensamentos-‘aqui’), é suficiente haver um *information-link qualquer* com o lugar.

Se essa relação causal for tal que permita ao sujeito receber informações do objeto por meio da percepção, então o *information-link* é chamado de *information-link*

*perceptual*. As relações que caem sob essa classificação são aquelas em que o objeto é visto, tocado, cheirado, ouvido ou degustado. Se a informação for proveniente de uma relação causal intermediada por outro sujeito (como descrito na p. informação pela comunicação), então o *information-link* em questão é chamado de *information-link testimonial*.

O *information-link* perceptual pode ainda ser “divido” em dois grupos dependendo do momento em que a informação assimilada pelo canal perceptual é usada para identificar o objeto sobre o qual ela é. Se quando ela for usada o *information-link* perceptual entre o sujeito e o objeto ainda se mantiver, então Evans continua com a nomenclatura de *information-link perceptual*. Se quando a informação for usada para identificar o objeto não houver mais o *information-link* entre o objeto e o sujeito, então o *information-link* é de *memória*. A diferença entre esses dois tipos de *information-link* ficará mais clara nas duas seções seguintes, nas quais abordo o conceito de Ideia e esclareço um modo do sujeito “utilizar” uma informação.

Outra característica relevante com relação ao *information-link* que Evans também não discorre detalhadamente é com relação ao critério de distinção entre *information-links*. Ter um critério claro sobre a distinção de *information-links* me parece importante pois a diferença entre os *information-links* implica na diferença entre os pensamentos formados pelo sujeito. P.ex., se eu indivíduo Eric Blair recorrendo a informações obtidas por um *information-link* de memória, o pensamento composto por essa Ideia é um pensamento de reconhecimento. Se eu indivíduo Eric Blair recorrendo a informações obtidas por um *information-link* perceptual, então meu pensamento composto por essa Ideia será um pensamento demonstrativo. Os dois critérios de distinção de *information-links* que atribuo a Evans são extraídos da sua descrição em nota de rodapé de uma situação em que haveria falha na Ideia demonstrativa.

Ele propõe uma situação em que um sujeito, sem saber, vê uma xícara  $X$  mas segura uma xícara  $Y$ , e faz referência demonstrativa, ou intenciona fazer, ao que ele erroneamente supõe que é uma única xícara usando a expressão ‘essa xícara’ (p.250). Nessa situação, para Evans, o sujeito não faz referência a nenhuma das duas xícaras, pois dois *information-links* diferentes, que “ocorrem” em vias sensoriais diferentes, estão conectados com a expressão fornecendo informações sobre dois objetos diferentes. Aparentemente, a razão para serem dois *information-links* é por estarem conectados a objetos diferentes, já que não parece ser razoável dizer que se o sujeito estivesse vendo e tocando a mesma xícara, então haveria dois *information-links* diferentes com relação ao mesmo objeto. Donde parece ser possível atribuir a Evans que o modo pelo qual *information-links* perceptuais se distinguem é por meio do objeto com o qual o sujeito está relacionado, ou seja, dois *information-links* do mesmo tipo serão diferentes se envolverem objetos diferentes. Mas é possível distinguir *information-links* mesmo que eles sejam sobre o mesmo objeto; é o caso, p.ex., quando eles são de “tipos” diferentes, i.e., quando, apesar de serem com relação ao mesmo objeto, um for perceptual e outro de memória, ou um testemunhal e outro perceptual, etc.

#### 4.3 PENSAMENTO E IDEIA

Retomando o que foi dito na seção 4.1., ‘*pensamento*’ se refere à habilidade que o sujeito tem, ao entender uma sentença, de saber o que a torna verdadeira. Se o sujeito entende uma sentença predicativa, p.ex., ‘Fa’, então ele possui a capacidade de decidir se o objeto –  $a$  - satisfaz a propriedade -  $F$ . A capacidade do sujeito de decidir se o objeto no mundo satisfaz a propriedade depende de ele identificar o objeto no mundo do qual uma propriedade é predicada. Portanto, depende da habilidade do sujeito individuar

o objeto relevante para o pensamento. Essa habilidade Evans chama de *Ideia*. (a terminologia é emprestada de Geach (1957) e o emprego de letra maiúscula é para apontar o uso técnico da palavra)

Diferente do sentido fregeano, uma *Ideia* não é uma entidade cuja existência independe do sujeito e passível de ser apreendida pelo sujeito. Ao contrário, ela é subjetiva - habilidade *do* sujeito de individuar o objeto ao qual a *Ideia* se refere - e não é ‘apreendida’, a *Ideia* surge das informações possuídas pelo sujeito do objeto a ser individuado.

A semelhança que a *Ideia* tem com o sentido fregeano é estar submetida a um tipo de princípio de composicionalidade que Evans chama de Condição da Generalidade<sup>17</sup>. De forma geral, o princípio da Condição da Generalidade é expresso como se segue:

[I]f a subject can be credited with the thought that *a* is *F*, then he must have the conceptual resources for entertaining the thought that *a* is *G*, for every property of being *G* of which he has a conception.” (EVANS, 1982, p.104).

O princípio afirma que não só o pensamento é uma habilidade composta de outras habilidades mas também que as habilidades que compõem o pensamento são independentes uma da outra, no sentido de a habilidade de individuar o objeto do pensamento ser “destacável” da habilidade de saber o que faz um objeto satisfazer a propriedade exercitada no pensamento. Ou seja, a habilidade do sujeito de saber o que faz Eric Blair ser o escritor de *1984* é composta das habilidades do sujeito de individuar Eric Blair e saber o que faz um objeto ser o escritor de *1984*. E a habilidade do sujeito de individuar Eric Blair é tal que não pode estar *apenas* associada à habilidade do

---

<sup>17</sup> Tradução minha. No original, “*Generality Constraint*” (EVANS, 1982, p.104)

sujeito saber o que faz um objeto ser o escritor de *1984* sem poder ser considerada a mesma habilidade exercitada em outro pensamento, p.ex., que Eric Blair tem a voz ligeiramente afeminada. Essa característica da habilidade, i.e., da Ideia, permite que uma série de pensamentos sobre Eric Blair sejam sustentados individuando Eric Blair da mesma maneira. Se o sujeito tem o pensamento que Eric Blair é o escritor de *1984* e sabe o que faz um objeto ser o autor da frase ‘Big Brother is watching you’, então o sujeito é capaz de ter o pensamento que Eric Blair é o autor da frase ‘Big Brother is watching you’.

A validade da *Condição da Generalidade* é quase como um fato bruto para Evans. Ele admite que não poderia fornecer argumentos para demonstrar que o pensamento segue a *Condição da Generalidade*. Contudo, diz ele, para perceber a plausibilidade do princípio é suficiente observar o sistema de pensamento possuído por nós:

Even readers not persuaded that any system of thought must conform to the Generality Constraint may be prepared to admit that the system of thought we possess – the system that underlies our use of language – does conform to it. (1982, p.104, nt.22).

Curiosamente alguns parágrafos adiante, após considerar contra-exemplos à *Condição da Generalidade*, Evans recua com relação à obviedade do princípio “Perhaps it ought to be conceded that the Generality Constraint is an ideal, to which our actual system of thoughts only *approximately* conforms.” (1982, p.105. Ênfase minha). O princípio da *Condição da Generalidade* é o ponto a partir do qual Evans desenvolve sua teoria das Ideias demonstrativas e fundamenta objeções fortes contra os tratamentos disponíveis para o comportamento de indexicais. Por esse motivo teria sido razoável que Evans defendesse melhor sua validade.



A habilidade de individuar um objeto depende do conhecimento que o sujeito possui sobre ele. Mas não é qualquer conhecimento do objeto que o sujeito possui que o capacita com a habilidade de individuá-lo. P.ex., suponha que eu encontre Eric Blair em uma festa e que esse seja o único conhecimento sobre ele que eu tenha. Se eu pensar Eric Blair enquanto a pessoa que encontrei na festa não serei capaz de individuar Eric Blair, já que várias pessoas satisfazem essa condição, visto que eu encontrei-me provavelmente com outras pessoas além de Eric Blair. Há um tipo específico de conhecimento envolvido nessa habilidade que é o que responde a seguinte pergunta: Qual é o fato que faz com que haja dois objetos desse tipo ao invés de um (ou três ao invés de dois)? (EVANS, 1982, p.106). A resposta a essa pergunta pode ser acomodada em dois grupos e resulta na distinção entre a Ideia fundamental e a Ideia não-fundamental.

De modo geral, sabemos quais são as propriedades de um objeto às quais devemos prestar atenção para diferenciá-los de outros tipos de objetos. P.ex., as cores se diferenciam dos números porque aquelas possuem propriedades fenomenológicas que estes não possuem. Estes se diferenciam de figuras geométricas pois números não possuem forma. E cores se diferenciam de figuras geométricas porque aquelas não possuem forma e estas não possuem as propriedades fenomenológicas apropriadas para as cores. Mesmo com relação a objeto espaço-temporais, i.e., objetos que alteram com o passar do tempo, sabemos diferenciá-los entre si. Canecas são diferentes de mesas porque canecas não possuem as propriedades das mesas. Mesas não são carros porque não possuem as propriedades pertinentes aos carros. E carros não são canecas porque não possuem as propriedades pertinentes a canecas.

Para cada objeto de um tipo sabemos também quais são as propriedades que os distinguem de outros objetos do mesmo tipo. P.ex., dentro do tipo *forma geométrica*, o

que diferencia o quadrado do triângulo é que o primeiro é uma forma que possui quatro lados iguais unidos em ângulos retos e o segundo possui três lados unidos em ângulos cuja soma é  $180^\circ$ . Do mesmo modo com os objetos do tipo *número*, o número *três* se diferencia dos outros números por ser o terceiro número na série dos números. O caso das cores se mostra especialmente interessante e é um exemplo comum de que nem todo o conhecimento que usamos para individuar um objeto pode ser conceituado. Perceptivamente distinguimos mais cores do que nos é possível por meio do esquema conceitual que temos das cores. No caso de objetos espaço-temporais, o conhecimento do que os diferenciam dos outros objetos do mesmo tipo são suas coordenadas espaço-temporais. Duas canecas se diferenciam entre si porque uma se localiza em  $l'$  em  $t'$  enquanto a outra está em  $l''$  em  $t'$ . O mesmo para mesas, carros, etc.

Diferente dos objetos atemporais, que, ao saber o que o distingue de todos os outros do mesmo tipo, já é possível distinguí-lo de objetos de outros tipos, com objeto espaço-temporais não é suficiente saber suas coordenadas para saber distinguir o tipo, ou, seguindo a terminologia de Grush (1998), o sortal ao qual o objeto pertence. Isso porque dois sortais podem compartilhar as mesmas coordenadas espaço-temporais, como no caso de uma estátua feita de cera que tem dois tipos de objetos (estátua e pedaço de cera) ocupando o mesmo lugar no mesmo instante temporal.

Ter os tipos de conhecimento descritos acima de um objeto é saber especificamente o que faz ele diferente de outros, na terminologia de Evans, é saber a *diferença de base fundamental* do objeto. Se o sujeito individua o objeto do pensamento recorrendo a diferenças de base fundamental apropriadas ao objeto, então o sujeito tem uma *Ideia fundamental* do objeto.

Mas também é possível que o sujeito pense o objeto recorrendo a outras diferenças do mesmo. P.ex., o sujeito vendo uma estátua azul, não muito brilhante, pode

pensar que ela é feia não pensando que a estátua localizada no local  $\mathcal{L}'$  no instante  $\tau'$  é feia, mas pensar que o objeto azul não muito brilhante é feio<sup>18</sup>. Nesse caso, o sujeito identifica o objeto recorrendo a *diferenças de bases não-fundamentais*, e, então, tem uma *Ideia não-fundamental* do objeto.

Os dois modos de individuar um objeto do pensamento, Ideia fundamental e não-fundamental, suscitam dois tipos de análises do que torna o pensamento predicativo composto por elas verdadeiro: uma análise voltada para pensamentos constituídos pela Ideia fundamental e outra para pensamentos constituídos pela Ideia não-fundamental, tanto para objetos atemporais quanto para espaço-temporais.

O pensamento predicativo que envolve a Ideia fundamental de um objeto atemporal terá o valor de verdade dependente apenas de uma proposição do tipo  $\langle \delta, \mathcal{F} \rangle$ <sup>19</sup>, que conjuga a habilidade de individuar o objeto a partir da diferença de base fundamental –  $\delta$  – com a habilidade de saber o que faz um objeto satisfazer uma propriedade –  $\mathcal{F}$ . Ou seja, o pensamento sobre o número três que predique dele a propriedade de ser um número primo é verdadeiro se for composto pela Ideia fundamental do três –  $\delta^*$  – e a habilidade de saber o que faz um objeto ser um número par primo, representada pela proposição  $\langle \delta^*, \text{um número par primo} \rangle$ .

Para objetos espaço-temporais, a Ideia fundamental do objeto e do conceito são relativizados a um instante temporal. O pensamento expresso tem, portanto, uma Ideia

---

<sup>18</sup> Na maioria dos exemplos recorro a conceitos para ilustrar os modos como o sujeito pode pensar os objetos. Mas não necessariamente o sujeito tem que ser capaz de conceituar a diferença do objeto por meio da qual ele pensa o objeto. Imagine que em cima de uma mesa haja três blusas de cores diferentes, uma amarela, uma azul e outra de uma cor da qual o sujeito não tem um conceito formado (normalmente chamamos essas cores ‘de-burro-quando-foge’ ou ‘vão-de-cerca’). O sujeito pode identificar a terceira peça por meio da sua cor mesmo não sendo capaz de traduzir o modo pelo qual pensa a blusa por uma descrição ou um conceito.

<sup>19</sup> Neste trabalho adoto o esquema ‘ $\langle \dots \rangle$ ’ para representar a proposição de cada uma das teorias aqui apresentadas, quaisquer que sejam seus componentes – objeto, conceito ou habilidade – para facilitar a comparação de como os tratamentos oferecidos para o funcionamento e contribuição proposicional de expressões indexicais lidam com a questão da re-expressão da crença expressa por tais expressões.

fundamental relativa a um instante temporal,  $\delta_t$ , bem como uma propriedade,  $F_t$ . Desse modo, para pensar um pensamento verdadeiro de que  $a$  era  $F$ , ou será  $F$ , depende da habilidade do sujeito de sustentar o pensamento representado pela proposição  $\langle \delta_{t'}, F_{t'} \rangle$ , tal que  $t$  é diferente de  $t'$ <sup>20</sup>, cuja possibilidade de ser sustentado, por sua vez, depende de sustentar as proposições: (i)  $\langle \delta_t, F_t \rangle$ , a habilidade do sujeito em decidir se o objeto possui a propriedade  $F_t$ , e (ii)  $\langle \delta_t = \delta_{t'} \rangle$ , o conhecimento do sujeito de que as duas Ideias fundamentais são do mesmo objeto, em outras palavras, o conhecimento das condições de identidade do objeto através do tempo. Portanto, as condições a serem satisfeitas para um sujeito poder sustentar o pensamento verdadeiro sobre a estátua ser azul são: a capacidade de sustentar o pensamento representado pela proposição  $\langle \delta_{t'}^*, F_{t'}^* \rangle$ , tal que  $\delta_{t'}^*$  é a Idéia fundamental do objeto relativa ao instante no presente  $t'$  e  $F_{t'}^*$  é a capacidade de saber o que faz um objeto ser azul em um instante temporal  $t'$ .  $F_t$  é satisfeito por  $\delta_t^*$  logo  $\delta_t^*$  e  $\delta_{t'}^*$  se referem ao mesmo objeto.

Mesmo em pensamentos que envolvem Ideias não-fundamentais dos objetos, as Ideias fundamentais têm seu lugar. A escolha por parte do sujeito de quais informações utilizar para individuar o objeto revela uma determinação prévia dos limites do objeto que ele tem em mente, ou seja, o conhecimento implícito do tipo de objeto do qual é a Idéia. Imagine uma mesa marrom com uma caneca verde em cima. O fato de um sujeito pensar a caneca enquanto o objeto verde, e não verde e marrom ou marrom, já delimita o tipo de objeto que é o objeto do pensamento, a saber, do tipo caneca. E, ainda que o sujeito não pense o objeto pela sua diferença de base fundamental, por meio do tipo de objeto que ele é e da coordenada espaço-temporal, ele tem meios de dispor dessas

<sup>20</sup> Se  $t$  não for diferente de  $t'$ , então a análise prescinde da proposição  $\langle \delta_t = \delta_{t'} \rangle$ , e isso significa que o objeto é considerado 'atemporalmente', perdendo sua característica temporal.

informações. Com essa função de *background* da Ideia fundamental do objeto, passo agora a expor a análise de Evans que se seguem das habilidades envolvidas na verdade de pensamentos que envolvem Ideias não-fundamentais de objetos atemporais e espaço-temporais.

Para um sujeito sustentar um pensamento verdadeiro que envolve uma Ideia não-fundamental de um objeto atemporal do tipo  $\langle \alpha, \mathcal{F} \rangle$ , tal que  $\alpha$  é uma Ideia não-fundamental, ele deve ter (i) uma Ideia fundamental do objeto,  $\delta$ , e a habilidade para pensar o objeto recorrendo a uma Ideia não-fundamental,  $\alpha$ , a saber,  $\langle \delta, \alpha \rangle$ ; e (ii) a habilidade de saber se o objeto da Ideia fundamental satisfaz o conceito  $\mathcal{F}$ , representado pela proposição do tipo  $\langle \delta, \mathcal{F} \rangle$ . Para fins de ilustração, suponha que só haja uma caneca no mundo e que, portanto, a alusão à coordenada espaço-temporal da caneca seja dispensável. Como sabemos, individuar a caneca enquanto o objeto verde, i.e., por meio da Ideia não-fundamental  $\alpha$ , carrega consigo um esquema geral da Ideia fundamental da caneca,  $\delta^*$ . Naturalmente o sujeito pode ser creditado com o conhecimento do que faz a proposição  $\langle \delta^* = \alpha \rangle$  verdadeira. O objeto que satisfaz o conceito  $\mathcal{F}$  é o objeto de diferença de base fundamental  $\delta^*$ , não o objeto verde, pois sem pelo menos o esquema da Ideia fundamental da caneca não há objeto que possa satisfazer o conceito, portanto o sujeito também precisa ter a habilidade representada por  $\langle \delta^*, \mathcal{F} \rangle$ .

No caso de objetos espaço-temporais, basta adicionar a condição de identidade através do tempo. Então temos que as habilidades envolvidas para sustentar o pensamento verdadeiro representado pela proposição  $\langle \alpha, \mathcal{F}_t \rangle$ , composta por uma Ideia não-fundamental, para um instante temporal  $t$  qualquer, são as habilidades envolvidas nas proposições: (i)  $\langle \delta'_t = \alpha \rangle$ , habilidade do sujeito de poder determinar a

Ideia fundamental  $\delta'_t$  do objeto que ele pensa por  $\alpha$ ; (ii)  $\langle \delta'_t, \delta_t \rangle$ , conhecimento do sujeito das condições de identidade do objeto através do tempo, e (iii)  $\langle \delta_t, \mathcal{F}_t \rangle$ , habilidade do sujeito de decidir se o objeto possui a propriedade  $\mathcal{F}_t$ .

#### 4.4 IDEIAS BASEADAS NA INFORMAÇÃO

Como apresentei na seção anterior, a Ideia de um objeto é a habilidade do sujeito de individuar o objeto a partir do conhecimento que ele tem do objeto. As propriedades do objeto às quais o sujeito recorre para individuar o objeto podem ser de nível fundamental ou não-fundamental, implicando na distinção entre Ideias fundamentais e não-fundamentais. Além dessas duas categorias, Evans faz outra catalogação das Ideias cujo critério é a natureza do conhecimento que a origina.

O conhecimento que o sujeito tem do objeto pode ser puramente descritivo, e não precisa estar causalmente conectado com o objeto, se houver tal objeto, p.ex. ‘o maior número primo menor que 2.000.000’ ou ‘o inventor do zíper’, no primeiro caso sabemos que há tal número, no segundo exemplo, pode não haver objeto correspondente. Mas, nas palavras de Evans, “Very often, our thoughts about objects rest upon *information* which is causally derived from an individual...” (EVANS, 1982, pp.77-78), i.e., o conhecimento está causalmente ligado ao objeto e é uma *informação* do objeto (4.2.). O primeiro tipo de conhecimento produz Ideias descritivas e o segundo Ideias baseadas na informação (“information-based Ideas”). As Ideias baseadas na informação são ainda subdivididas em dois grupos com relação ao intervalo de tempo entre o momento em que a informação é adquirida e o momento em que a Ideia recorrendo àquela informação é exercitada: Ideias baseadas na identificação por reconhecimento e Ideias baseadas na identificação demonstrativa.

Uma Ideia é baseada na identificação por reconhecimento se basicamente duas condições forem cumpridas: (i) o *information-link* pelo qual a informação do objeto foi adquirida pelo sujeito não estiver presente no momento em que o sujeito exercita a habilidade de individuar o objeto, no momento em que forma a Ideia; e (ii) o sujeito exercitar a habilidade de individuar o objeto na presença do objeto. É o que acontece no caso do sujeito, na festa, encontrar Eric Blair no bar pedindo café e momentos depois, sentado na mesa, descobre que ele é o escritor de *1984* e pensa Eric Blair enquanto aquele que ele viu pedindo café há momentos atrás que ele é o escritor de *1984*. O sujeito, no primeiro encontro, estabelece um *information-link* com Eric Blair e adquire uma informação sobre ele. Essa informação fica retida no sistema informativo do sujeito enquanto conteúdo de um estado informativo. No segundo encontro com o objeto, estabelecido outro *information-link* com Eric Blair, o sujeito traz a informação adquirida no primeiro encontro à mente, e utiliza-se dessa informação para individuar Eric Blair no pensamento de ele de ser o escritor de *1984*.

Não é qualquer tipo de conhecimento do objeto que origina Ideias baseadas no reconhecimento. Evans pretende explorar um tipo de informação que comumente gera a distinção entre lembrar *do* objeto e lembrar de um objeto que satisfaz uma ou uma sequência de propriedades, como ele mesmo observa em nota de rodapé,

We colloquially draw a distinction between remembering that there was such-and-such a thing and remembering the thing, and between remembering that there was such-and-such an incident or episode and remembering the episode. I believe that this distinction turn on the kind of information retained. (EVANS, 1982, p.267).

A informação que corresponde a “lembrar do objeto”, e que dá origem à identificação por reconhecimento, é uma informação não-conceitual, i.e., uma informação que não

pode ser traduzida por uma descrição, seja porque a descrição não esgota o conteúdo da informação, seja porque o sujeito não é capaz de conceituar o conteúdo.

As Ideias baseadas na identificação por reconhecimento são de suma importância na teoria de Evans por serem as Ideias associadas a nomes próprios e mereceriam um estudo detalhado. Contudo, não irei me ater às questões que envolvem tais Ideias, visto ser o pensamento demonstrativo o foco deste trabalho. Volto agora a atenção para o segundo grupo de Ideias, as Ideias demonstrativas, que dentre os vários modos de se diferenciarem das Ideias por reconhecimento um deles é pelo breve intervalo entre o momento da aquisição e de uso da informação.

#### 4.5 IDEIAS DEMONSTRATIVAS

Se o *information-link* que provê o sujeito com a informação que ele utiliza para formar uma Ideia do objeto se mantiver durante o momento em que um sujeito sustenta o pensamento composto por ela, então o sujeito pode ter uma identificação demonstrativa do objeto, ou seja, uma Ideia demonstrativa (o sujeito *pode* ter uma identificação demonstrativa do objeto porque o *information-link* com ele é necessário porém não suficiente, como veremos adiante).

O fato de o sujeito manter o *information-link* com o objeto traz uma característica especial para o pensamento demonstrativo pela seguinte razão. O pensamento baseado na informação é guiado pelas informações que o sujeito adquire do objeto sobre o qual é o pensamento. É função do *information-link* prover o sujeito com informações do objeto. As informações são, então, arquivadas numa espécie de dossiê que o sujeito mantém do objeto, chamado de concepção controladora do objeto. É a partir das informações presentes na concepção controladora do objeto que o sujeito



sustenta, determina suas atitudes proposicionais perante o objeto e a significância do pensamento. No caso do pensamento demonstrativo, que é o caso em que o canal que nutre a concepção controladora do objeto se mantém, a concepção controladora é alterada de acordo com as alterações do objeto. A dinâmica do pensamento demonstrativo acompanha a dinâmica do objeto, ou, nas palavras de Evans,

[...] demonstrative thoughts take place in the context of a *continuing* informational link between subject and object: the subject has an evolving conception of the object, and is so situated *vis-à-vis* the object that the conception which controls his thinking is disposed to evolve according to changes in the information he receives from the object. (1982, p.146).

Uma das consequências no comportamento do sujeito dos pensamentos demonstrativos, que advém da condição necessária de manutenção do *information-link*, é disposição imediata do sujeito de tratar as informações provenientes do objeto como apropriadas para avaliar o pensamento sobre o objeto. Isso porque o *information-link* que providencia as informações (concepção controladora) para identificar o objeto do pensamento para o sujeito é o mesmo que ele usa para avaliar o pensamento. A título de comparação, a situação contrária é representada por pensamentos baseados no reconhecimento, nos quais a concepção controladora usada para identificar o objeto é diferente da usada para julgar o pensamento: a primeira é originada no primeiro encontro com o objeto e usada para identificá-lo enquanto que a segunda é originada para julgar o pensamento, ou seja, determinar se o objeto identificado pela “primeira” concepção controladora satisfaz o conceito. P.ex., quando o sujeito encontra-se com Eric Blair no bar tomando café, ele forma um primeiro “dossiê” cujo conteúdo é o homem tomando café que identifica o objeto. Depois, sentado na mesa, ele tem uma concepção controladora do objeto cujo conteúdo é, suponhamos, o homem vestindo um

paletó marrom. O pensamento que ele forma identificando Eric Blair por reconhecimento e predicando dele que ele está vestindo um paletó marrom recorre às informações coletadas em dois encontros: a do primeiro encontro identifica o objeto sobre o qual é o pensamento e a do segundo é usada para julgar o pensamento (determinar sua atitude proposicional), com base na qual o sujeito decide se o objeto reconhecido satisfaz o conceito de estar vestindo um paletó marrom. No caso dos pensamentos demonstrativos, o “dossiê” cuja informação é usada para formar a Ideia de Eric Blair é o mesmo usado para julgar o pensamento. Isso quer dizer que o sujeito ao identificar Eric Blair demonstrativamente está imediatamente apto a julgar se o pensamento que ele está vestindo um paletó marrom é verdadeiro ou falso. O julgamento do pensamento não precisa passar pelo processo de identificação do sujeito à sua frente com aquele que ele encontrou no bar tomando café.

Apesar de o *information-link* entre sujeito e objeto ser necessário para sustentar um pensamento demonstrativo, para Evans, ele não é condição suficiente para o pensamento demonstrativo. Outras duas condições precisam ainda ser satisfeitas. O problema que Evans percebe em atribuir suficiência ao *information-link* está relacionado com o princípio da Condição da Generalidade que toda e qualquer Ideia precisa satisfazer. O que garante na Ideia demonstrativa que ela esteja conforme a Condição da Generalidade, e seja considerada uma Ideia adequada (uma Ideia conforme o tipo do objeto que ela identifica e o modo como identifica), é o fato do sujeito saber identificar o objeto. Como vimos nas seções anteriores, identificar um objeto significa saber as diferenças de bases fundamentais ou não-fundamentais do objeto. E mesmo que o sujeito identifique um objeto por meio da sua diferença de base não-fundamental, ainda assim ele deve saber a que sortal o objeto pertence e deve ser capaz de determinar suas coordenadas espaço-temporais. O que o *information-link* não garante por si só é o

envolvimento da Ideia fundamental do objeto na habilidade do sujeito de pensar o objeto com o qual ele tem o *information-link*. Voltando ao exemplo da caneca verde em cima da mesma marrom. O que o *information-link* provê o sujeito é com informações cujos conteúdos são: *x é verde*, *x é marrom* e *verde está em cima de marrom*. Mas isso, por si só, não garante a identificação de que o que é verde é uma caneca e o que é marrom é uma mesa; não há impedimentos da informação ser, p.ex., de um único objeto, i.e, de que o *x* que é verde é o mesmo *x* que é marrom. Essa identificação de que o objeto verde é uma caneca e o marrom é uma mesa é o que garante que a Ideia é uma Ideia adequada e está conforme à Condição da Generalidade. Pois é essa identificação que vai permitir ao sujeito sustentar não só pensamentos como ‘Isto é verde’, mas também ‘Isto é da Juliana’, ou ‘Isto foi comprado em Curitiba’, ou seja, identificar o objeto em outros pensamentos. Conforme Evans,

If the subject has an adequate Idea of an object, it must be capable of sustain indefinitely many thoughts about that object. Not only thought like ‘That player has committed a foul’, or ‘That player is good-looking’, as a man watches a game of football on the television, must be accounted for, but also thoughts like ‘That player has influenza’, ‘That player will die of cancer’, ‘That player weighs 20 stone’, ‘That player was born in Liverpool’. (1982, p.148)

Além da identificação “destacável do contexto”, outro aspecto da Ideia demonstrativa não é garantido pelo *information-link*. Iniciei esta seção expondo que um dos modos pelos quais uma Ideia demonstrativa se diferencia da Ideia por reconhecimento é pela continuidade do *information-link* entre o sujeito e o objeto que permite a ela ser desenvolvida de acordo com as alterações do objeto. Para que a Ideia seja alterada de acordo com as mudanças do objeto também não basta a manutenção do *information-link* por si só. Considere um sujeito olhando para uma mesa coberta de pílulas vermelhas e pensando de uma particular que ela é a pílula que Eric Blair tocou (EVANS, 1982,

p.172). Depois de um tempo o sujeito fica em dúvida se a pílula que ele agora presta atenção é a mesma sobre a qual ele teve o pensamento dois minutos atrás. Contudo, é provável que a pílula primeira, sobre a qual é o (suposto) pensamento, seja também percebida pelo sujeito, mesmo que não seja aquela que dois minutos depois ele prende sua atenção. Ou seja, o sujeito mantém o *information-link* com o objeto do qual é a informação, entretanto, ele por si só não garante que a Ideia seja alterada de acordo com o objeto do qual ela é. O pensamento que o sujeito sustenta em  $\tau_2$  não é um pensamento sobre o mesmo objeto, a mesma pílula, que o pensamento sustentado em  $\tau_1$ . A garantia de que é o mesmo objeto é dada pelo exercício de outra habilidade, a saber, a capacidade de rastrear o objeto.

A presença do *information-link* com o objeto e a habilidade de rastreá-lo durante o exercício da Ideia confere a esta a característica de poder ser alterada de acordo com as alterações do objeto sobre o qual ela é. As alterações são assimiladas pelo sujeito e imediatamente refletidas na habilidade de identificar o objeto. Essa característica fornece meios para pensarmos demonstrativamente um objeto em movimento. Suponha que um sujeito observe uma bola colorida de praia rolando e pense que aquela bola é bonita. Se a Ideia que o sujeito tem da bola é demonstrativa, então ele identifica o objeto a partir de informações adquiridas no instante  $\tau_1$  do encontro, formando uma Ideia  $\delta^*_1$ , cujo conteúdo envolve a localidade  $\mathcal{L}_1$  e o instante temporal  $\tau_1$ , visto que a Ideia adequada para um objeto do tipo espaço-temporal envolve a localização relativa a um instante temporal. Um segundo depois, a bola mudou de lugar e a Ideia adequada do objeto precisa também alterar para identificá-lo em sua nova posição. Exercendo a habilidade prática de rastrear a bola e mantendo o *information-link*, o sujeito altera a Ideia da bola para  $\delta^*_2$ , relativo à  $\mathcal{L}_2$  e  $\tau_2$ .

Penso que as informações que temos sobre o pensamento são suficientes para examinar como Evans lida com a re-expressão de crenças indexicais. O que ainda falta é explicar como se dá a conexão entre as Ideias e pensamentos com a linguagem, como essas habilidades podem ser incitadas por expressões linguísticas e possibilitar a comunicação.

#### 4.6 ESTRUTURA DA COMUNICAÇÃO

A ideia que Evans tem de comunicação, função da proposição e os papéis atribuídos ao falante e ao ouvinte, é análoga àquela atribuída por mim a Richard Heck, no capítulo anterior. Uma característica essencial da comunicação é poder ser um veículo de transmissão de conhecimento: se o falante tem o conhecimento de que  $x$  é  $F$  e profere uma sentença na qual ele se refere a  $x$  e predica  $F$  de  $x$ , então se o ouvinte entendeu o proferimento do falante ele passa a saber de  $x$  que ele é  $F$ . (1982, p.310). Para que a relação seja bem sucedida, é impreterível que ambas as partes cumpram adequadamente sua função. Ao ouvinte cabe o papel de entender o que foi dito pelo falante, e a este o papel de capacitar o ouvinte a ter o mesmo conhecimento que ele, de explicitar qual é o objeto do qual ele está falando, i.e., “which object an audience must think of in understanding his remark.” (EVANS, 1982, p.311).

Dentre os vários artifícios disponíveis ao falante para fazer o ouvinte entender sobre qual objeto algo é dito, um deles é a escolha da expressão indexical<sup>21</sup>. Ela está convencionalmente associada a uma propriedade – regra linguística - que deve ser satisfeita pelo objeto ao qual o falante pretende se referir no contexto de uso. Mas as

---

<sup>21</sup> Seguindo Evans e em virtude do tema do trabalho, me atenho a pensamentos baseados na informação, portanto pensamentos dependentes da existência do objeto (se não houver objeto sobre o qual é o suposto pensamento, então não há pensamento), que são mais bem expressos por expressões tradicionalmente chamadas de diretamente referenciais, mas que na terminologia de Evans são chamadas de *expressões referenciais*.

regras associadas aos indexicais contribuem muito pouco para a determinação do objeto do pensamento, no sentido de nem sempre conseguirem sozinhas decidir um único objeto em um contexto. Por isso, comumente o objeto ao qual elas se referem é salientado de alguma maneira, por um gesto, um olhar, um foco de luz ou o contexto pode deixar evidente o objeto sobre o qual o falante quer falar.

Nos casos de identificação demonstrativa, qualquer que seja a forma do objeto ser salientado, o ouvinte só saberá qual é esse objeto se ele tiver alguma informação perceptual do objeto. É claro que, a princípio, um sujeito pode, em um certo sentido, entender uma expressão demonstrativa sem precisar ter um *information-link* perceptual com o objeto. P.ex., se o falante profere a sentença ‘Ele está vestindo um paletó marrom’ demonstrando Eric Blair, mas o ouvinte não está vendo Eric Blair, alguém pode lhe avisar que é a Eric Blair que o falante faz referência. Com isso, o ouvinte pode vir a saber que Eric Blair está vestindo um paletó marrom. Mas esse não é o modo normal de se obter conhecimento do objeto sobre o qual é o proferimento, muito menos o meio “indicado” pelo falante pelo uso da expressão demonstrativa. Para Evans, para o ouvinte entender adequadamente o proferimento da sentença ‘Ele está vestindo um paletó marrom’ acompanhado de uma demonstração para Eric Blair, não basta que aquele identifique Eric Blair independente da forma como o faz. O ouvinte deve identificar Eric Blair do modo indicado pelo falante por meio da sentença, i.e., pelo modo demonstrativo. Para isso, ele deve manter um *information-link* com Eric Blair no momento em que sustenta o pensamento. Por isso, na situação em que alguém conta ao ouvinte que o falante faz referência a Eric Blair, Evans não considera o pensamento formado pelo ouvinte um pensamento adequado ao proferimento. O pensamento formado, nessa situação, é um pensamento que não é demonstrativo, já que o ouvinte não mantém o *information-link* com o objeto do pensamento no momento em que

sustenta o pensamento. Entender o proferimento da expressão demonstrativa não é uma questão de ter uma crença com o exato tipo de conteúdo, mas uma questão de ter e usar informação da origem certa (1982, p.307). Portanto, o uso de expressões indexicais requer do ouvinte que ele invoque não qualquer informação, mas uma informação específica do objeto, a saber, aquela proveniente do *information-link* perceptual.

Esse modo de explicar como o ouvinte entende o proferimento do falante torna plausível a ideia de como falante e ouvinte exploram o mesmo “modo de apresentação” do objeto, pois os elementos invocados pelo falante para fazer a referência são os mesmos requeridos do ouvinte para entender o proferimento. No caso da identificação demonstrativa esses elementos são: a manutenção do *information-link* perceptual, a capacidade de rastrear o objeto e o conhecimento da diferença de base fundamental ou não fundamental do objeto. Os elementos exigidos para invocar o modo de identificação adequado ao pensamento que o falante deseja comunicar estão implícitos na regra linguística do indexical, na medida em que é ela que orienta o ouvinte como identificar a referência.

Expressões indexicais têm em sua regra linguística a indicação de que para determinar seu referente é preciso recorrer a um conhecimento do contexto e, portanto, exigem a existência de um *information-link*. Nomes próprios (excluindo os nomes puramente descritivos), que para Evans são meio para expressar uma ideia de reconhecimento, indicam pela sua regra linguística que o modo adequado para pensar o referente é por reconhecimento. Essas ideias postas em prática nos deixam com a seguinte descrição. O falante que tem um pensamento demonstrativo sobre Eric Blair, portanto está na presença de Eric Blair, de que ele está vestindo um paletó marrom irá escolher as expressões linguísticas adequadas para expressar esse pensamento. A escolha será feita analisando a regra linguística das expressões da linguagem que

comunicam as Ideias que compõem o pensamento adequadamente. Uma expressão linguística comunica adequadamente uma Ideia se sua regra linguística indicar o modo de identificação usado pelo falante para formar a Ideia a ser comunicada. Como o pensamento em consideração é demonstrativo e as expressões que melhor comunicam as Ideias que compõem esses pensamentos são indexicais, a decisão do falante será de usar alguma expressão demonstrativa. A escolha de qual expressão demonstrativa, por sua vez, irá depender da relação que o falante e ouvinte mantêm com o objeto do pensamento, a saber, Eric Blair. Portanto, a regra linguística de uma expressão linguística tem não só a função de determinar o referente, mas também de indicar como o referente deve ser pensado, i.e., que tipo de *information-link* deve ser o canal por meio do qual as informações que o ouvinte irá recorrer devem ser adquiridas. Isso é importante porque Ideias formadas a partir de informações provenientes de canais diferentes possuem características diferentes. As informações adquiridas pelo *information-link* perceptual, p.ex., se alteram de acordo com as alterações do objeto no momento em que o pensamento é sustentado. Isso não acontece com as Ideias formadas recorrendo a informações provenientes de um *information-link* de memória. Logo, se o falante forma uma Ideia de Eric Blair recorrendo ao primeiro tipo de *information-link* e o ouvinte recorrendo ao segundo, então as duas Ideias terão características diferentes e serão também diferentes “modos de apresentação” do objeto.

#### 4.7 PROBLEMA DA RE-EXPRESSÃO DA CRENÇA

Com o tratamento de Evans das expressões indexicais, voltemos à discussão das situações que envolvem expressão e re-expressão da crença indexical. Primeiro, vejamos como a teoria de Evans explica o problema da diferença entre o conteúdo



expresso pelo proferimento da sentença ‘Ele é o escritor de 1984’ apontando para Eric Blair e o conteúdo expresso pelo proferimento da mesma sentença apontando para Aldous Huxley. Ao primeiro proferimento está associado um pensamento que pode ser representado por uma proposição composta pela Ideia demonstrativa de Eric Blair, seja ela fundamental ou não-fundamental, e a Ideia da propriedade *ser o escritor de 1984*, a saber,  $\langle \delta_{EB}^a, \mathcal{P} \rangle$ <sup>22</sup>. Esse proferimento difere do segundo por este estar associado a um pensamento que pode ser representado por uma proposição que difere da primeira com relação à Ideia do objeto sobre o qual é o pensamento, a saber,  $\langle \delta_{AH}^a, \mathcal{P} \rangle$ , em que  $\delta_{AH}^a$  é uma Ideia fundamental ou não-fundamental demonstrativa de Aldous Huxley. Portanto, a justificativa para que alguém mantenha atitudes proposicionais divergentes perante os dois proferimentos é explicitada pelo fato de eles serem pensamentos diferentes.

Também é diferente o pensamento expresso pela sentença composta pelo nome do objeto sobre o qual é o pensamento, p.ex., ‘Eric Blair é o escritor de 1984’, e o pensamento sobre o mesmo objeto expresso pelo proferimento de uma sentença composta por uma expressão indexical, p.ex., ‘Ele é o escritor de 1984’, apontando para Eric Blair. O primeiro expressa uma proposição composta pela habilidade de pensar Eric Blair que recorre à identificação por reconhecimento (de modo muito geral, pela teoria de Evans, nomes próprios não descritivos identificam seu objeto com base na habilidade do sujeito de reconhecer o objeto de um encontro anterior ou enquanto o objeto do qual Fulano falou) e a Ideia da propriedade de *ser o escritor de 1984*, a saber,  $\langle \delta_{EB}^r, \mathcal{P} \rangle$ . Enquanto o segundo expressa um pensamento que pode ser representado pela proposição composta pela Ideia demonstrativa de Eric Blair e a Ideia da

---

<sup>22</sup> O sobrescrito indica o tipo de *information-link* pelo qual a informação é adquirida.

propriedade de *ser o escritor de 1984*. Os pensamentos expressos pelos dois proferimentos exploram habilidades diferentes do sujeito para saber qual é o objeto do pensamento. A que é explorada no entendimento de um nome próprio não exige do sujeito que o objeto esteja presente no momento em que a referência é feita, ou a capacidade de rastrear o objeto, ou a existência de um *information-link* perceptual com o referente do nome. Tais condições são imprescindíveis no entendimento do proferimento de uma sentença cuja expressão referencial é uma expressão indexical.

O segundo problema é relacionado ao uso de expressões indexicais diferentes para se referir ao mesmo objeto, se a elas deve ou não estar associado o mesmo pensamento, p.ex., se o proferimento de ‘Você é o escritor de 1984’, falando com Eric Blair, e o proferimento de ‘Ele é o escritor de 1984’, apontando para Eric Blair, expressam a mesma proposição. Para Evans, o pensamento associado ao proferimento de ambas as sentenças é o mesmo. As expressões indexicais ‘você’ e ‘ele’ requerem as mesmas coisas do ouvinte: informação de Eric Blair proveniente do *information-link* perceptual, manutenção do *information-link*, capacidade do ouvinte de identificar Eric Blair (sortal ao qual Eric Blair pertence e coordenada espaço-temporal) e capacidade de rastrear Eric Blair. Se o ouvinte entende os dois proferimentos, portanto, se nos dois casos sustenta o pensamento composto pela Ideia *adequada* de Eric Blair, então ele não poderá ter atitudes diferentes (ao mesmo tempo) perante os dois pensamentos, que, na verdade, são o mesmo. Se o contrário acontecer, então ao ouvinte não pode ser creditado o entendimento dos dois proferimentos, que dizer, o ouvinte não forma dois pensamentos demonstrativos como indicam as expressões linguísticas usadas pelo falante para comunicar seu pensamento. Será o caso de alguma condição para se ter a Ideia adequada de Eric Blair não ter sido cumprida, seja porque o ouvinte não é capaz de rastrear Eric Blair, ou porque recorre a *information-links* diferentes para identificar

Eric Blair (p.ex., se algum dos dois *information-links* invocados for, erroneamente, o de reconhecimento ou testemunho, enquanto o outro for, corretamente, o perceptivo). Ou seja, a mesma proposição representa os “dois” pensamentos associados aos dois proferimentos, a saber, a proposição que conjuga a Ideia demonstrativa de Eric Blair com a Ideia da propriedade de *ser o escritor de 1984*,  $\langle \delta_{EB}^d, \mathcal{P} \rangle$ .

O mesmo tipo de análise funciona para o caso do navio *Enterprise* proposto por Perry. O proferimento de ‘Isto é o *Enterprise*’, demonstrado para a frente do navio, expressa um pensamento que pode ser representado pela proposição  $\langle \delta^d, \mathcal{N} \rangle$ , tal que  $\delta^d$  é a Ideia demonstrativa do navio, seja ela fundamental ou não-fundamental, e  $\mathcal{N}$  a Ideia da propriedade de *ser o Enterprise*. Para o ouvinte ter a Ideia adequada do navio ele precisa ter (i) o mesmo *information-link* que o falante, a saber, *information-link* perceptual, (ii) o *information-link* precisa ser mantido, (iii) o ouvinte deve ser capaz de individuar o navio e (iv) de rastreá-lo. Exatamente as mesmas condições precisam ser cumpridas para o ouvinte entender o segundo proferimento de ‘Isto é o *Enterprise*’, demonstrado para a parte de trás do navio. Portanto, os dois proferimentos expressam o mesmo pensamento.

A visão de Evans sobre a re-expressão de crenças indexicais é encontrada no Apêndice do capítulo 6 do seu livro e no artigo de 1985. Ele a apresenta como uma alternativa que Frege naturalmente aceitaria (em várias passagens, argumentando contra a posição oposta ou a favor da sua, Evans diz “Frege might well have thought”, “Frege might be credited with”, etc.). Não examinarei aqui se Evans está correto ou não em atribuir tal posição a Frege. Aparentemente, o espírito do tratamento de Evans está de acordo com a afirmação de Frege: “Se alguém quiser dizer hoje o mesmo que expressou ontem usando a palavra ‘hoje’, deve substituir esta palavra por ‘ontem’.” (1918, p.296.

Tradução minha). Essa passagem parece indicar que o pensamento se mantém o mesmo apesar das alterações contextuais, e que para expressar o mesmo pensamento é preciso alterar as expressões linguísticas por meio das quais o pensamento é expresso, exatamente como acontece com a proposta de Evans. Mas é preciso verificar se os pormenores desta não são conflitantes com a teoria da referência fregeana. Deixemos esse problema de lado, e voltemos à posição de Evans sobre a questão da re-expressão da crença.

É claro para Evans que a ninguém deve ser atribuída em  $t_2$  uma crença cujo conteúdo é um pensamento indexical se o sujeito não tiver a propensão acreditar no mesmo pensamento em  $t_2$ , salvaguardando os casos nos quais o sujeito tem evidências para negar tal pensamento. A ideia é que o sujeito não pode ter atitudes diferentes com relação ao mesmo pensamento simplesmente porque o tempo passou e o contexto se reorganizou. Ou seja, não é porque primeiro Eric Blair foi o interlocutor do sujeito que proferiu a sentença ‘Você é o escritor de 1984’ e depois de alterações contextuais Eric Blair é salientado de outra maneira e o sujeito profere ‘Ele é o escritor de 1984’, que o pensamento expresso é diferente. Se isso se der, é porque a Ideia de Eric Blair que o sujeito tem não é uma ideia adequada, e não porque o sujeito não foi capaz de rastrear Eric Blair. A capacidade de rastrear o objeto, que para a posição oposta a Evans é uma opção, é pré-condição para se ter o pensamento demonstrativo na teoria de Evans. Conforme Evans, “So one’s thought *at* a time is dependent upon an ability which is necessarily manifested only *over* time.” (1982, p.195). Toda referência indexical a Eric Blair envolverá a mesma Ideia de Eric Blair pois qualquer que seja a expressão indexical explorada para indicar Eric Blair (desconsidero agora o pensamento de auto-consciência que Eric Blair tem de si mesmo, pois, apesar de Evans não diferenciar as condição de satisfação para um sujeito sustentar um pensamento auto-consciente,

exigiria uma apresentação mais detalhada do argumento que não vem exatamente ao caso no momento), o seu entendimento exigirá as mesmas capacidades do ouvinte. Parece ser estranho dizer que o mesmo modo de apresentação está em jogo em qualquer referência indexical a Eric Blair. Mas é oportuno lembrar que, diferente do que sustenta Frege sobre a relação sentido e referência (o sentido dita a referência), para Evans, o modo de apresentação demonstrativo de Eric Blair é dinâmico, altera-se de acordo com as alterações do objeto, portanto, é ditado pelo referente, nesse caso, por Eric Blair.

É interessante notar a “independência” da linguagem com que Evans trata o pensamento. Não é porque uma expressão linguística mudou o modo de acesso ao pensamento que o pensamento também muda. O pensamento só muda se a habilidade utilizada pelo sujeito para individuar o objeto muda. Aí, então, temos uma “real” mudança do meio utilizado para dar expressão ao pensamento, como acontece com o caso da mudança entre ‘Eric Blair é o escritor de 1984’ e ‘Ele é o escritor de 1984’. Mas a primazia do pensamento sobre a linguagem é um tópico a ser tratado em outro trabalho.

#### 4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mostrei que, para Evans, tanto na situação do navio *Enterprise*, quanto na de Eric Blair, o pensamento expresso pelos proferimentos, bem como a proposição expressa, é o mesmo. Mas ainda falta explicar como um sujeito pode ter atitudes diferentes diante cada um dos proferimentos, p.ex., numa situação concordar com o que é expresso pelo proferimento de ‘Isto é o *Enterprise*’, demonstrando para a parte da frente do navio, e discordar do que é expresso pelo proferimento de ‘Isto é o *Enterprise*’, demonstrando para a parte de trás do navio, ou concordar com o que é expresso pelo proferimento de ‘Ele é o escritor de 1984’ demonstrando para Eric Blair e

discordar do proferimento ‘Você é o escritor de *1984*’ sendo Eric Blair seu interlocutor. Evans não se posiciona positivamente sobre como compreender o fenômeno, apenas diz que não podem ser pensamentos demonstrativos. Contudo, vislumbro duas possíveis análises que concordam com o que foi dito da teoria de Evans. Para a primeira, utilizo o método da eliminação. A teoria de Evans admite basicamente três modos para identificar um objeto: (i) demonstração, (ii) reconhecimento e (iii) descrição. Eliminei, seguindo a análise de Evans, a possibilidade de identificação demonstrativa nos dois casos. A identificação por reconhecimento, por sua vez, não pode ser cogitada pois supomos, ou podemos supor, que nem ouvinte nem falante tiveram encontros com o objeto anteriores àqueles em consideração, respectivamente, o navio *Enterprise* e Eric Blair. Logo, a única opção para Evans parece ser a de que a identificação utilizada pelo sujeito que toma atitudes diferentes perante os dois proferimentos é a identificação por descrição. Sendo esse o caso, podemos dizer que duas descrições diferentes são utilizadas para identificar o navio *Enterprise*, uma associada à expressão ‘isto’ acompanhada da demonstração para a parte da frente do navio e outra diferente associada à expressão ‘isto’ acompanhada da demonstração para a parte de trás do navio. Analogamente, duas descrições diferentes são usadas para identificar Eric Blair, uma associada a ‘você’ e outra associada a ‘ele’. Identificações diferentes refletem pensamentos diferentes, donde se segue a justificativa de duas atitudes proposicionais diferentes perante os dois proferimentos nos dois casos. Ou Evans poderia ainda negar que qualquer pensamento tenha sido sustentado nas duas situações, e essa seria a segunda análise por mim proposta, justificado pelo fato de o ouvinte, que supostamente pensou um pensamento, não ter sido capaz de formar qualquer tipo de Ideia adequada, seja ela baseada na identificação demonstrativa, descritiva ou por reconhecimento, e, portanto, não sabe a qual proposição do tipo  $\langle \delta, \mathcal{F} \rangle$  ele deve sustentar para ter um

pensamento verdadeiro com relação a cada um dos proferimentos. Contudo não percebo indícios nos textos de Evans (1982, 1985) que possam sugerir qualquer inclinação.

## Conclusão

No capítulo 1 mostrei como a teoria de Frege, que é favorável à identificação entre a proposição e o objeto de atitudes proposicionais, parece não ser uma teoria adequada para tratar do conteúdo semântico dos indexicais. Frege deixa claro sua intenção de atribuir sentido a expressões indexicais ao afirmar que um pensamento expresso em  $d$  utilizando uma sentença composta pelo indexical ‘hoje’, em  $d+1$  será expresso utilizando o indexical ‘ontem’ (1918, p.296). Mas, como mostrei, o modo como Frege caracteriza o sentido em 1892 para tratar de nomes próprios e descrições definidas parece não ser eficiente para tratar das expressões indexicais. O sentido precisa cumprir um conjunto de condições impostas por Frege em 1892 que não é coerente com o funcionamento dos indexicais. O sentido de tais expressões não pode ser apreendido por qualquer falante que entenda a linguagem, se referir a apenas um referente e sustentar apenas um valor cognitivo. Se o que é suficiente para apreender o sentido for apenas o conhecimento linguístico, então não há nenhuma diferença entre o pensamento expresso pelo proferimento de Eric Blair da sentença ‘Eu sou o escritor de 1984’ e o proferimento da mesma sentença feito por George Orwell. Entretanto, isso contraria não só nossas intuições, como também o critério epistêmico e de valor de verdade de distinção de pensamentos. Portanto, sem que Frege altere substancialmente sua teoria, não parece ser compreensível como o sentido possa ser dinâmico. As alterações que ele superficialmente prescreve em 1918 são ainda insuficientes para acomodar de maneira satisfatória as expressões indexicais em sua teoria.

Uma alternativa para contornar o problema da distinção de pensamentos mas que mantém o sentido enquanto aquilo que um falante apreende quando entende a linguagem são as teorias de Perry e Kaplan. Elas defendem que o pensamento ou a proposição expresso por um proferimento de uma sentença composta por um indexical



seja distinguido do portador do valor cognitivo. Este passa a ser o significado linguístico do indexical, enquanto aquele é composto pelo próprio referente do proferimento do indexical. Disso se segue que a diferença entre os proferimentos de Eric Blair e de Aldous Huxley da sentença ‘Eu sou o escritor de 1984’ está nos pensamentos expressos; o primeiro expressa um pensamento composto pelo próprio Eric Blair e a propriedade de ser o escritor de 1984 e o segundo, um pensamento composto pelo próprio Aldous Huxley, que podem ser representados, respectivamente por  $\langle \hat{x}, \mathcal{P} \rangle$  e  $\langle AH, \mathcal{P} \rangle$ . A diferença entre o valor cognitivo que o proferimento de Eric Blair tem para ele e o valor cognitivo que tem para os ouvintes é explicada pela diferença de acesso ao pensamento. Eric Blair é o único que pode apreender a proposição  $\langle \hat{x}, \mathcal{P} \rangle$  através do significado linguístico do ‘eu’; os ouvintes irão apreender a proposição por outras relações que podem ser representadas pelos significados linguísticos de outros indexicais, p.ex., ‘ele’, ‘você’, ‘aquele homem’, etc.

Pelas motivações explicadas na seção 2.2.3, Kaplan sustenta que atitudes proposicionais podem ser tomadas apenas com relação ao caráter dos indexicais e isso faz com que sua teoria incorra em contradição. Sua teoria não consegue explicar como são diferentes os valores cognitivos dos conteúdos que Eric Blair e Aldous Huxley acreditam ao aceitar como verdadeiros seus proferimentos de ‘Eu sou o escritor de 1984’. Para Kaplan, ambos acreditariam em um mesmo valor cognitivo composto pelo caráter do indexical ‘eu’ e do caráter do predicado ‘ser o escritor de 1984’, a saber,  $\{eu, \mathcal{P}\}$ . Mas isso é estranho, pois as inferências que cada um pode fazer a partir daquilo que acredita são obviamente distintas. Claro que isso não é razão para diminuir a relevância da teoria de Kaplan. Sua principal preocupação com relação aos indexicais não parece ser com a explicação da comunicação ou de atitudes proposicionais com

relação ao conteúdo expresso por sentenças compostas por tais proposições. Mas sim com a preservação de relações lógicas existentes entre o conteúdo afirmado pelas expressões linguísticas, como ele mesmo diz em “Afterthoughts”: “Logic and semantics are concerned not with the vagaries of actions, but with the verities of meanings.” (1989a, p.585). E considerando esse escopo para a teoria de Kaplan, ela é bem sucedida porque descarta o significado linguístico como parte do conteúdo expresso. Porém, com respeito a problemas epistêmicos ela é inconclusiva.

A melhor opção para Kaplan contornar problemas epistêmicos seria sugerir que o valor cognitivo é dado pela combinação entre o caráter e o conteúdo, que resultaria em uma teoria muito similar à de Perry. Este defende que, apesar de haver um conteúdo objetivo e neutro, livre de qualquer valor cognitivo determinado, uma atitude proposicional é tomada com relação a este quando ele é apreendido por uma perspectiva, que é representada pelo significado linguístico dos indexicais. Logo, uma atitude proposicional é justificada por um par constituído pelo pensamento (ou proposição) e pela regra linguística do indexical. Entretanto, como pretendi mostrar através do argumento de Heck, não é plausível sustentar essa posição. Ela parece funcionar bem no caso do indexical ‘eu’ porque este de fato expressa um valor cognitivo especial, distinto para o próprio falante, que só pode ser expresso e acessado por meio do indexical ‘eu’. O acesso da proposição composta pelo próprio Eric Blair e a propriedade de ser o escritor de *1984*, a saber,  $\langle \frac{\circ}{\times}, \mathcal{P} \rangle$  por meio de qualquer outro significado linguístico não provocaria em Eric Blair os mesmos estados cognitivos que provoca a apreensão através do significado linguístico de ‘eu’. Portanto, o valor cognitivo do conteúdo de Eric Blair é tal que precisa ser necessariamente acessado, i.e., expresso ou apreendido, por ele por meio do indexical ‘eu’. Mas o problema da teoria reside no fato de tornar todos os valores cognitivos da mesma forma especiais, ou seja,

de tornar todos eles essencialmente ligados ao significado linguístico usado para acessar a proposição.

Perry, como mostra Heck, ao defender que o significado linguístico do indexical atribui valor cognitivo ao objeto da atitude proposicional, sustenta que significados linguísticos diferentes correspondem a valores cognitivos diferentes. Portanto, uma proposição apreendida por meio do indexical ‘você’ não poderia ser expressa por meio do indexical ‘ele’ ou ‘aquele homem’, porque o valor cognitivo do momento da apreensão do pensamento seria diferente do valor cognitivo da expressão da proposição. Ou seja, se eu apreendo a proposição  $\langle \text{você}, \mathcal{P} \rangle$  expressa pelo proferimento de Eric Blair de ‘Eu sou o escritor de 1984’ por meio do significado do indexical ‘você’, e acredito que ela seja verdadeira, eu não poderia expressar o conteúdo em que creio por meio da sentença ‘Ele é o escritor de 1984’ pois o valor cognitivo por mim expresso neste caso seria diferente do que eu quero ou tenho a intenção de expressar. Eu só poderia expressar o mesmo valor cognitivo por meio do proferimento da sentença ‘Você é o escritor de 1984’. Logo, Perry seria constrangido a sustentar que o valor cognitivo de uma proposição apreendida por meio de um significado linguístico específico só pode ser expresso por meio do mesmo significado linguístico usado para apreendê-la. Mas isso, como afirmei acima, é o caso apenas com o valor cognitivo expresso pelo indexical ‘eu’; os valores cognitivos representados pelos significados linguísticos das outras expressões indexicais intuitivamente podem ser expressos uns pelos outros. P.ex., o valor cognitivo do conteúdo que eu formo quando acesso a proposição  $\langle \text{você}, \mathcal{P} \rangle$  por meio do significado linguístico do indexical ‘você’ intuitivamente poderia ter sido acessado através do significado linguístico de ‘ele’ ou ‘aquele homem’. Ou seja, as mesmas inferências que faço ao acessar a proposição pelo papel de ‘você’ poderiam ser feitas acessando a proposição pelo indexical ‘ele’ ou ‘aquele homem’. Portanto,

convencida pelos argumentos de Heck, também rejeito as teorias referencialistas como adequadas para explicar o comportamento dos indexicais.

O tratamento que me parece mais adequado a expressões indexicais é o de Evans, apresentado no capítulo 4. Sua análise mostra que a mera verbalização de um pensamento (ou proposição) por meio de uma sentença composta por um indexical não é suficiente para atribuímos a indexicalidade a ele, ou seja, que o pensamento expresso pela sentença seja tal que não possa ser expresso por uma sentença livre de indexical<sup>23</sup>. Para concluir isso, Evans conduz uma investigação sobre as condições a serem satisfeitas para um indivíduo poder apreender uma proposição indexical. A proposição, em sua teoria, passa a ser entendida como subjetiva e composta por Ideias que satisfazem o princípio da Generalidade. Uma Ideia é definida como a capacidade do sujeito de identificar o objeto sobre o qual é o pensamento; e a Ideia demonstrativa, que é aquela que compõe a proposição indexical, identifica o objeto com base no *information-link* perceptual entre o sujeito e o objeto. O modo como o sujeito identifica um objeto é reconhecendo o sortal ao qual o objeto pertence (ou pelo menos sendo capaz de reconhecer o sortal ao qual o objeto pertence no caso de ser apresentado a ele) e diferenciando o objeto do pensamento de todos os outros objetos que compartilham o mesmo sortal por coordenadas espaço-temporais. Além da identificação do objeto, a

---

<sup>23</sup> Uma conclusão análoga a essa é a que Donnellan (1966) obteve com descrições definidas. Ele mostra que a mera expressão de uma proposição pelo uso de uma sentença composta por uma descrição definida na posição de sujeito não torna, automaticamente, a proposição uma proposição geral. O tipo de proposição que o indivíduo expressa pelo uso da sentença não é determinado pelas expressões linguísticas, mas pelo modo como ele pensa o objeto. Suponha que numa festa eu veja Eric Blair segurando uma taça de martini com um líquido translúcido e deseje falar ao meu colega que ele é o escritor de *1984* proferindo a sentença ‘O homem bebendo martini é o escritor de *1984*’. Para Donnellan, nesse caso, a proposição expressa é uma proposição singular composta por Eric Blair e não uma proposição geral composta pelo predicado de ser o único homem bebendo martini, pois a intenção do sujeito foi de falar de um sujeito determinado e não de qualquer sujeito que satisfaz a propriedade expressa pela descrição definida. Ou seja, o mecanismo usado para expressar a proposição não determina a proposição automaticamente. Nem todas as proposições expressas por sentenças compostas por descrições definidas são proposições gerais. Apesar de Evans concordar com a ideia de Donnellan de que a linguagem não determina o pensamento, ele discorda do modo como este obtém sua conclusão.

Ideia demonstrativa exige também que o sujeito mantenha o *information-link* com o objeto e tenha a habilidade de rastreá-lo. Com isso, um proferimento da sentença ‘Ele é o escritor de 1984’ demonstrando Eric Blair e um proferimento da mesma sentença demonstrando Aldous Huxley expressam proposições diferentes porque envolvem habilidades diferentes para individuar um objeto. A primeira proposição envolve a Ideia demonstrativa de Eric Blair e a segunda a Ideia de Aldous Huxley. Proposições diferentes podem comportar valores de verdade diferentes e podem ser objetos de atitudes proposicionais contraditórias.

Porém, a teoria de Evans não é capaz de distinguir dois pensamentos demonstrativos sobre o mesmo objeto, e, portanto, não explica como um indivíduo pode racionalmente acreditar em ‘Ele é o escritor de 1984’ apontando para Eric Blair mas não acreditar em ‘Você é o escritor de 1984’, ou acreditar que ‘Isto é o *Enterprise*’ quando apontado para a parte da frente do navio mas não acreditar em ‘Isto é o *Enterprise*’ apontando para a parte de trás do mesmo navio. A habilidade envolvida nos pensamentos expressos pelos dois proferimentos comparados é a mesma, composta pelo sortal do qual o objeto participa, a localização espaço-temporal do objeto no momento do proferimento e a capacidade de rastreá-lo. Ou seja, se o sujeito tiver uma Ideia demonstrativa do objeto sobre o qual é o proferimento, então ele não pode racionalmente acreditar na primeira sentença e não acreditar na segunda. Se o sujeito for capaz de identificar de modo demonstrativo Eric Blair nos dois proferimentos, então ele deve ser capaz de manter sua atitude perante o que foi expresso pelos dois proferimentos, visto que a Ideia demonstrativa de Eric Blair é a mesma nos dois proferimentos pois envolve a mesma habilidade. E o mesmo se segue no caso do navio; se o indivíduo tem a Ideia demonstrativa do navio quando pensa os pensamentos expressos pelos dois proferimentos, então a Ideia do navio que compõe os pensamentos

é a mesma. Se é o caso do indivíduo sustentar atitudes diferentes com relação aos pensamentos que pensa, então um dos dois pensamentos, ou os dois, não envolve uma Ideia demonstrativa do objeto.

Com relação às expressões indexicais, nossas intuições são contraditórias. Ao mesmo tempo em que dizemos que o proferimento de ‘Isto é o *Enterprise*’ apontando para a parte da frente e o proferimento da mesma sentença apontando para a parte de trás expressam conteúdos cognitivos diferentes, também dizemos que os dois proferimentos podem ser usados para expressar o mesmo conteúdo. Ao mesmo tempo em que dizemos que ‘Você é o escritor de *1984*’ falando com Eric Blair e ‘Ele é o escritor de *1984*’ apontando para Eric Blair podem ser usados para expressar o mesmo conteúdo cognitivo, também dizemos que podemos ter atitudes diferentes perante os dois proferimentos. A *Two-factor View* tenta preservar essas duas intuições aparentemente contraditórias, mas, se o argumento de Heck estiver correto, então uma dessas intuições precisa ser abandonada. Claro que a escolha de qual intuição será descartada precisa ser bem justificada. Penso que a escolha e a justificativa de Evans são satisfatórias. Se os dois pensamentos forem de fato demonstrativos e se tais pensamentos são corretamente caracterizados por Evans, então não há modo de sustentar atitudes diferentes ainda que eles difiram apenas em regra linguística. Se um indivíduo mantém atitudes proposicionais diferentes, é porque, possivelmente, um dos pensamentos, ou os dois pensamentos, em consideração não é (ou não são) demonstrativo(s).

## Referências

BRAUN, David. Demonstratives and Their Linguistic Meaning. **Noûs**, v. 30, n. 2, jun. 1996, pp. 145-173.

CAPELLEN, Herman & LEPORE, Ernie. **Insensitive Semantics: A Defence of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

DONNELLAN, Keith. Reference and Definite Descriptions. **The Philosophical Review**, v. 75, n. 3, jul. 1966, pp. 281-304.

EVANS, Gareth. **The Varieties of Reference**. McDOWELL, John (Ed.). Oxford: Clarendon Press, 1982.

\_\_\_\_\_. **Collected Papers**. Oxford: Clarendon Press, 1985.

FREGE, Gottlob. On Sense and Nominatum. (1892) In: MARTINICH, A. P. (Ed.). **The Philosophy of Language**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1996, pp.186-198.

\_\_\_\_\_. The Thought: A Logical Inquiry. (1918) **Mind**, v. 65, n. 259, jul. 1956, pp.289-311. Versão inglesa de Peter Geach do original alemão.

GEACH, Peter. **Mental Acts: Their Content and their Objects**. London: Routledge & Kegan Paul, 1957.

GRUSH, Rick. (Ed.) **Electronic Journal of Analytic Philosophy: The Philosophy of Gareth Evans**, n. 6, 1998. Disponível em: <http://mind.ucsd.edu/misc/ejap/Contents.html>. Acesso em: 22 ago. 2010

HECK Jr., Richard G. Do demonstratives have sense?. **Philosophers' Imprint**, v. 2, n. 2, jun. 2002. Disponível no site < [www.philosophersimprint.org/002002/](http://www.philosophersimprint.org/002002/) >. Acesso em: 4 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. The sense of communication. **Mind**, v. 104, n.413, jan. 1995, pp.79-106.

KAPLAN, David. Afterthoughts. In: ALMOG, Joseph; PERRY, John & WETTSTEIN, Howard (Eds.). **Themes From Kaplan**. Oxford: Oxford University Press, 1989a, pp. 565-614.

\_\_\_\_\_. Demonstratives. In: ALMOG, Joseph; PERRY, John & WETTSTEIN, Howard (Eds.). **Themes From Kaplan**. Oxford: Oxford University Press, 1989b, pp. 481-563.

KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

PERRY, John. Frege on Demonstratives. (1977) In: YOURGRAU, Palle (Ed.). **Demonstratives**. New York: Oxford University Press, 1990, pp. 474-497.

\_\_\_\_\_. Indexicals and Demonstratives. In: HALE, Robert & WRIGHT, Crispin (Eds.). **Companion to the Philosophy of Language**, Oxford: Blackwells Publishers Inc., 1997.

\_\_\_\_\_. Indexicals, Context and Unarticulated Constituents. In: Proceedings of the 1995 CSLI-Armsterdam Logic, Language and Computation Conference. Stanford: CSLI Publications, 1998.

\_\_\_\_\_. Thought Without Representation. **Supplementary Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 60, 1986, pp. 263-283.

PREDELLI, Stefano. **Contexts – Meaning, Truth and the Use of Language**. New York: Oxford, Clarendon Press, 2005.

RECANATI, François. It is raining (somewhere). **Linguistics and Philosophy**, v. 30, 2007, pp. 123-146.

SALMON, Nathan. **Frege's Puzzle**. Atascadero, California: Ridgeview Publishing Company, 1991.

STANLEY, Jason. Context and Logical Form. **Linguistics and Philosophy**, 23, 2000, pp.391-434.

STRAWSON, Peter F. **Individuals**. London: Methuen et Co. Ltd., 1959.